



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ÁLVARO GOMES DE SOUSA

**A BATALHA DO LIVRAMENTO**

Ensino de história e conflitos agrários na Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG  
(1990-2024).

ANANINDEUA-PA

2024

ÁLVARO GOMES DE SOUSA

**A BATALHA DO LIVRAMENTO**

Ensino de história e conflitos agrários na Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG  
(1990-2024).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/*Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Roseane Corrêa Pinto Lima.

ANANINDEUA-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S725b Sousa, Álvaro Gomes de.

A Batalha do Livramento: ensino de história e conflitos agrários na Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG (1990-2024) / Álvaro Gomes de Sousa. — 2024.  
121 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva. Coorientador(a): Prof. Dr. Profa. Maria Roseane Corrêa Pinto Lima.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em Ensino de História, Ananindeua, 2024.

1. Ensino de História. 2. Educação Escolar Indígena. 3. História Agrária. 4. Colonização. 5. Terra Indígena. 6. Alto Rio Guamá. I. Título.

\CDD 370.1109811

---

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE ÁLVARO GOMES DE SOUSA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva e pela Coorientadora Profa. Dra. Maria Roseane Corrêa Pinto Lima e constituída pelas examinadoras Profa. Dra. Eliane Cristina Soares Charlet, Profa. Dra. Vanderlúcia da Silva Ponte e Profa. Dra. Siméia Nazaré Lopes, reuniu-se no dia 29 de agosto de 2024, às 09:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando ALVAROGOMES DE SOUSA intitulada: "A Batalha do Livramento: ensino de História e conflitos agrários na TerraIndígena Alto Rio Guamá – TIARG (1990- 2024)". Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. A Profa. Dra. Siméia Nazaré Lopes emitiu parecer sobre a dissertação, na condição de membro interno da banca. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) que o mestrando deve atender a sugestão da banca de melhorar o produto e, no texto, complementar a apresentação da escola e da participação dos alunos; 5) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito EXCELENTE, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva

Orientador

Profa. Dra. Maria Roseane Correa Pinto Lima

Coorientadora

Profa. Dra. Eliane Cristina Soares Charlet

Membro da Banca - Fac. de História CBRAG / UFPA

Profa. Dra. Vanderlúcia da Silva Ponte

Membro da Banca - PPLSA – UFPA

Profa. Dra. Siméia Nazaré Lopes

Membro da Banca - Fac. de História CANAN / UFPA

Documento assinado digitalmente  
 WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA  
Documento assinado digitalmente  
 MARIA ROSEANE CORREA PINTO LIMA<sup>UF</sup>  
Data: 29/11/2024 15:53:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Documento assinado digitalmente  
 ELIANE CRISTINA SOARES CHARLET  
Data: 29/11/2024 16:58:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Documento assinado digitalmente  
 VANDERLUCIA DA SILVA PONTE  
Data: 29/11/2024 16:09:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Documento assinado digitalmente  
 SIMEIA DE NAZARE LOPES  
Data: 01/12/2024 06:46:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Em memória de minha mãe guerreira, Vanda Rodrigues Gomes. Sem você eu jamais conseguiria. Amo a senhora, mãe Saudades eternas!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo fortalecimento espiritual que me proporcionou.

Aos grandes líderes indígenas do Povo Tembé, Félix Tembé e Clemente Tembé (Kelé Tembé) pela grande recepção, colaboração e ensinamentos. Sem suas devidas contribuições, este trabalho não alcançaria os resultados que foram almejados.

Aos meus alunos, em especial os alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio da Escola Jacaré. Sem eles este trabalho jamais teria acontecido.

Aos indígenas das aldeias Jacaré, Pirá, comunidades Tembé nas quais eu atuo como docente há mais de seis anos. São pessoas extremamente importantes na minha carreira profissional e formação humana, que abraçaram a ideia do trabalho e contribuíram muito nos momentos que mais precisei.

Às lideranças indígenas que autorizaram a pesquisa e contribuíram significativamente para que a mesma acontecesse Kamiran Tembé, Cláudio Tembé e Tazahu Tembé, meus sinceros agradecimentos.

Aos diretores e coordenadores Rosilda Tembé e Keite Moura, pelas dicas, entrevistas e aceitação do projeto que foi desenvolvido.

Ao Sr. Edmilson Tembé, pela entrevista sincera e por compartilhar suas experiências pessoais na luta em favor do Povo Tembé, meus sinceros agradecimentos.

À minha esposa, Maria José Souza, pela parceria e apoio nos momentos de crises e resiliência. Obrigado por todo o carinho ao longo desse percurso.

À minha comadre e irmã que a vida acadêmica me deu Vania Albuquerque, pelo carinho, apoio e ajuda profissional e pessoal na construção deste trabalho. És uma pessoa muito importante na minha vida.

Aos bons momentos que vivi com os colegas da Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFPB), Campus Ananindeua, turma 2022.

À minha orientadora que virou coorientadora, Maria Roseane Corrêa. És uma pessoa de extrema importância na minha vida acadêmica e pessoal. Gratidão enorme por ter você me acompanhando nesse processo.

Gratidão a todas/os as/os professoras/es da Pós-Graduação em Ensino de História do Campus Universitário de Ananindeua e aos demais colaboradores. Obrigado a todos!

## RESUMO

Este estudo discute conflitos agrários que envolvem a Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG e os sujeitos que a compõe, em especial, os indígenas Tembé da aldeia Jacaré. Percebe-se que os conflitos agrários marcaram e marcam atualmente um campo de existência e de resignificações para o povo Tembé em relação à conquista da terra. De forma mais específica, é analisada a Batalha do Livramento e, a partir de experiências no Ensino de História, discutem-se as lutas agrárias na conquista da terra e as abordagens deste tema dentro da sala de aula na Educação Básica. A Batalha do Livramento foi um conflito armado entre indígenas Tembé e posseiros que ocupavam a Terra Indígena Alto Rio Guamá, ocorrido na década de 90, tendo seu ápice em 1996, quando um grupo de mais de 70 indivíduos, indígenas da etnia Tembé, Timbira, Ka'apor, Guajajara e não indígenas, foram aprisionados por fazendeiros e posseiros durante três dias, submetidos à tortura e à falta de condições mínimas de sobrevivência, sendo somente resgatados pela Polícia Federal na Vila do Livramento, município de Garrafão do Norte. Deste modo, levantamos a bibliografia sobre o tema e desenvolvemos a pesquisa a partir das experiências docentes em sala de aula em comunidade indígena, bem como dos relatos dos sujeitos que vivenciaram e/ou rememoram aqueles acontecimentos que conformam um momento histórico importante na região e relevante para o trabalho no Ensino de História. A pesquisa se desenvolve a partir de entrevistas gravadas pelos alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio sobre a importância de se discutir os conflitos agrários para o Povo Tembé, além de entrevistas com os indivíduos que participaram do conflito, cruzando com referências bibliográficas pertinentes ao tema. Como resultado da pesquisa, propõe-se um material paradidático sobre O Povo Tembé e os Conflitos Agrários, que poderá ser utilizado tanto por professores indígenas, como não indígenas, sobretudo nas aulas de história, discutindo-se o ensino escolar indígena na região nordeste do Estado do Pará na Amazônia Contemporânea, valorizando a história do Povo Tembé.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Conflitos Agrários; Educação Escolar Indígena; Povo Tembé; Memória; Alto Rio Guamá.

## ABSTRACT

This study discusses agrarian conflicts involving the Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG and the subjects that comprise it, especially the Tembé indigenous people of the Jacaré village. It is clear that agrarian conflicts have marked and currently mark a field of existence and resignifications for the Tembé people in relation to the conquest of land. More specifically, the Battle of Livramento is analyzed and, based on experiences in History Teaching, the agrarian struggles in the conquest of land and the approaches to this theme within the classroom in Basic Education are discussed. The Battle of Livramento was an armed conflict between Tembé indigenous people and squatters who occupied the Alto Rio Guamá Indigenous Land, which occurred in the 1990s and reached its peak in 1996, when a group of more than 70 individuals, indigenous people of the Tembé, Timbira, Ka'apor, Guajajara and non-indigenous ethnic groups, were imprisoned by farmers and squatters for three days, subjected to torture and lack of minimum conditions for survival, and were only rescued by the Federal Police in Vila do Livramento, in the municipality of Garrafão do Norte. Thus, we surveyed the bibliography on the subject and developed the research based on teaching experiences in the classroom in an indigenous community, as well as on the reports of subjects who experienced and/or remembered those events that constitute an important historical moment in the region and relevant to the work in History Teaching. The research is developed based on interviews recorded by students in the 1st, 2nd and 3rd years of high school about the importance of discussing agrarian conflicts for the Tembé people, as well as interviews with individuals who participated in the conflict, cross-referencing with bibliographical references relevant to the topic. As a result of the research, we propose a supplementary educational material on the Tembé people and agrarian conflicts, which can be used by both indigenous and non-indigenous teachers, especially in history classes, discussing indigenous school education in the northeast region of the state of Pará in the contemporary Amazon, valuing the history of the Tembé people.

**Keywords:** History Teaching; Agrarian Conflicts; Indigenous School Education; Tembé People; Memory; Upper Rio Guamá.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da Terra Indígena Alto Rio Guamá .....	23
Figura 2 - Mapa do Município de Capitão Poço/PA e a localização da comunidade de Narcisa. ....	33
Figura 3 - Caminhão incendiado pelos indígenas Tembé na aldeia Bacaba entre os municípios de Santa Luzia do Pará e Capitão Poço, resultado constante da ocupação das terras indígenas por posseiros na aldeia Bacaba, 1997. ....	41
Figura 4 - Decreto de 04 de outubro de 1993, garantindo a demarcação e homologação das terras indígenas do Alto Rio Guamá .....	43
Figura 5 - Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio-Anexo Jacaré, Aldeia Indígena Jacaré, TIARG .....	44
Figura 6 - Indígenas Tembé presos feitos reféns na Vila Livramento, 1996.....	49
Figura 7 - Indígenas Tembé presos feitos reféns na Vila Livramento, 1996.....	50
Figura 8 - Jornal O Mensageiro, publica denúncia sobre invasões dentro do território indígena .....	51
Figura 9 - Ponte destruída pelos indígenas durante a “missão” na Vila Livramento, 1996. ....	52
Figura 10 - Indígenas derrubam ponte sobre o igarapé Tawary, principal acesso as aldeias indígenas no Alto Rio Guamá, 1996.....	53
Figura 11 - Indígenas Tembé reunidos na ramada da Aldeia São Pedro (TIARG durante a Semana dos Povos Indígenas) 2023. ....	68
Figura 12 - Anciã do Povo Tembé discursando sobre a importância da união em prol de objetivos coletivos da comunidade, Aldeia São Pedro (TIARG) 2023. ....	69
Figura 13 - Palestra realizada durante a Semana dos Povos Indígenas na Aldeia São Pedro (TIARG) 2023. ....	70
Figura 14 - Indígenas Tembé são resgatados na Vila Livramento pela Polícia Federal, ano de 1996. ....	77
Figura 15 - Alunos da 2ª série do ensino médio da escola Jacaré, produzindo questionário durante as aulas de história para a entrevista .....	81
Figura 16 - Alunos da escola Jacaré na produção e aplicação do projeto .....	82
Figura 17 - Alunos da escola Jacaré na produção e aplicação do projeto .....	83
Figura 18 - Produção de uma maquete de isopor representando o Território Indígena Alto Rio Guamá e seus limites geográficos. ....	84
Figura 19 - Apresentação da maquete pelos alunos da 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio na escola Francisco Magno Tembé .....	85
Figura 20 - Félix Tembé, em sua residência, durante a entrevista com os alunos no dia 05 de dezembro de 2023. ....	89
Figura 21 - Sr. Clemente Cruz dos Santos (Kelé Tembé) durante a entrevista no dia 15 de dezembro de 2023 na sua residência na Aldeia Zawahur. ....	94

### QUADROS

Quadro 1 - Áreas regularizadas pelo INCRA na Gleba Capitão Poço, ano de 1979. ....	35
Quadro 2. Questionário da pesquisa de campo. ....	79

### TABELAS

Tabela 1 - Culturas – Posição do Município de Capitão Poço em relação aos demais do Estado do Pará (1982-1986) .....	19
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>17</b>
<b>OS TEMBÉ E OS PROBLEMAS DE “COLONIZAÇÃO” NO ALTO RIO GUAMÁ</b>	<b>17</b>
1.1 A TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ E SEU PROCESSO DE OCUPAÇÃO.....	22
1.2 COLONIZAÇÃO E AS ONDAS MIGRATÓRIAS A PARTIR DA METADE DO SÉCULO XX.....	29
1.3 ALTO RIO GUAMÁ E A COMUNIDADE QUILOMBOLAS DE NARCISA .....	32
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>37</b>
<b>CONFLITOS AGRÁRIOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA EM MEIO À VIOLÊNCIA NA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ/PA.....</b>	<b>37</b>
2.1 A BATALHA DO LIVRAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	48
2.1 ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: O PAPEL DA ESCOLA NA LUTA PELA TERRA.....	58
2.3 EDUCAÇÃO DIFERENCIADA: EXPECTATIVAS DOS TEMBÉ SOBRE O ENSINO NAS ESCOLAS DAS ALDEIAS NO ALTO RIO GUAMÁ .....	62
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>68</b>
<b>NARRATIVA TEMBÉ ATRAVÉS DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL REALIZADA PELOS ALUNOS DO 1º, 2º E 3º ANO DO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA INDÍGENA JACARÉ E SUAS PERSPECTIVAS ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>68</b>
3.1 DIÁLOGOS ENTRE A NARRATIVA TEMBÉ E O ENSINO DE HISTÓRIA .....	71
3.2 PLANEJAMENTO METODOLÓGICO E PRODUÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PELOS ALUNOS.....	77
3.2.2 Produção do Questionário pelos alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio da Escola Indígena Anexo Jacaré.....	82
3.3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E FILMAGENS DO MATERIAL AUDIOVISUAL PELOS ALUNOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA INDÍGENA JACARÉ.....	91
3.3.1 Entrevista e filmagem com Félix Tembé.....	93
3.3.2 Entrevista e filmagem com Kelé Tembé.....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>108</b>

## INTRODUÇÃO

Discutir sobre os conflitos agrários na Amazônia é sempre algo complexo, pois não podemos falar de Amazônia como um todo homogêneo. Nesse caso, o mais correto seria o termo Amazônias, afinal, cada lugar e cada povo possui características muito distintas que podem ser analisadas de diversas maneiras e pontos de vista. Nesse sentido, na perspectiva do ensino, também se torna necessário pensar a partir das multiplicidades e diversidade dos povos amazônidas a fim de se compreenderem seus modos de ser e estar nessa região. As atuações e participações desses sujeitos que vivenciam cotidianamente as transformações impostas aos seus territórios, são experiências distintas que necessitam ser analisadas caso a caso para compreendermos de que modo cada região e cada povo é atingido pelas transformações que ocorrem em seus meios, suas culturas e seus hábitos, seus modos de pensar e sobreviver às investidas de grupos externos e projetos de desenvolvimento.

Desde 2016 venho realizando pesquisas sobre/na região do Alto Rio Guamá, onde as transformações impostas aos sujeitos que nela estão estabelecidos possuem diferenças cruciais quando comparadas, por exemplo, com a Zona Bragantina<sup>1</sup>. Embora sejam regiões próximas geograficamente, o processo de colonização colocado em prática no Alto Rio Guamá difere da Zona Bragantina quanto à política de efetivação e ocupação nesses territórios.

Enquanto na Zona Bragantina ocorre uma saturação<sup>2</sup> no estabelecimento dos sujeitos que vão se fixando às margens da Estrada de Ferro de Bragança e, posteriormente, vai ocasionando uma migração para além dela, no Alto Rio Guamá, esses sujeitos se estabelecem e se fixam na área, dando uma rotatividade econômica e proporcionando talvez um dos capitalismo agrários de maior efetividade na região do nordeste paraense.

Nessa perspectiva, esse trabalho busca compreender as transformações impostas ao Povo Indígena Tembé, da Aldeia Jacaré, localizados na Terra Indígena Alto Rio Guamá e as

---

<sup>1</sup> Cf. Leandro (2010), compreende-se por Zona Bragantina a maior zona de produção agrícola do estado do Pará, tendo como referência a Estrada de Ferro que se interligava as áreas e ramais de outros municípios daquela época, possibilitando, assim, o escoamento das grandes produções agrícolas como algodão, arroz, milho, mandioca, fumo e farinha. Ver: LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima. **Campesinato e abastecimento na Zona Bragantina (1880 – 1960)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2010. 122f.

<sup>2</sup> Cf. Penteado (1992), a saturação da Zona Bragantina ocasionou a migração para além de suas margens, fazendo com que a região do Alto Rio Guamá, por exemplo, absorvesse parte dessa migração e se desenvolvesse um capitalismo agrário na região, permitindo sua ampliação contínua até os dias atuais. Ressalta-se que esse desenvolvimento é marcado pela opressão e marginalização dos sujeitos já estabelecidos na área antes do processo migratório que se inicia na metade do século XX. Ver: PENTEADO, Antonio Rocha. Ocupação racional do espaço da Amazônia Brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 21, p. 87-114, 1992.

mudanças que o Povo Tembé vivenciou ao longo de anos de lutas com outros sujeitos que estavam se estabelecendo em seu território.

Busco analisar essas transformações impostas aos Tembé a partir dos conflitos agrários que envolvem a Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG, e os sujeitos que a compõem, discutindo a temática conflitos agrários e história indígena no Ensino de História, a partir de um experimento com alunos do ensino médio na Escola Indígena Jacaré. Falar isso depois de se apresentar como docente. Para isso, faço de objeto de estudo um dos conflitos agrários de maior repercussão na Terra Indígena Alto Rio Guamá, a Batalha do Livramento. Esse conflito que ocorreu em 1996, três anos depois da homologação do território indígena e marcou profundamente as relações estabelecidas entre os indígenas e suas práticas sociais além da relação com outros sujeitos estabelecidos na área.

A Batalha do Livramento foi um conflito armado que ocorreu no ano de 1996, onde aproximadamente 77 indígenas das etnias Tembé, Ka'apor, Guajajara e Timbira participaram de uma ação de fiscalização do território e a queima de madeira apreendida na fronteira do território indígena com a Vila Livramento, pertencente ao município de Garrafão do Norte.

Antes de concluir a missão, já na volta para casa, os indígenas foram presos por durante três dias na Vila Livramento, onde foram submetidos a torturas físicas e psicológicas, sendo libertados somente com o apoio da Polícia Federal. Esse conflito agrário, talvez de maior repercussão, está ligado diretamente ao processo de ocupação realizado por invasores no Alto Rio Guamá.

Essa ocupação que ocorre em 1996, tem reflexos na luta do Povo Tembé pela garantia dos seus direitos até os dias atuais, onde o território passa novamente por uma desintrusão no ano de 2024. Esse conflito, é um marco na história do Povo Tembé, visto que marca não só a homologação do território ocorrida três anos antes da Batalha do Livramento, mas a luta pela valorização cultural e identitária do que é ser um Tembé.

Diante do exposto, questiono: qual é o papel do Ensino de História nesse processo de lutas? Qual relação podemos estabelecer frente a Batalha do livramento e o processo de reconstrução identitária do Povo Tembé? Problemas como esses passa pelo crivo da escola, com mais ênfase, pelo Ensino de História.

A escola para as populações indígenas do Alto Rio Guamá é um espaço onde a relação natureza e conhecimento científico andam de lado a lado. Portanto, se faz necessário que o Ensino de História ocupe esses espaços e preencha eles com discussão de fortalecimento

cultural e coletividade, visto que esse processo é essencial na garantia dos direitos individuais e coletivo do Povo Tembé.

A realização desse trabalho passa por um sentimento de gratidão ao povo Tembé, em especial aos moradores e lideranças das aldeias Jacaré e Pirá. Além de uma realização pessoal, pela conquista de efetivar uma pesquisa de mestrado, mas também por me permitir a convivência nesses mais de seis anos de trabalho prestado ao povo dessas comunidades indígenas, onde participei de momentos únicos, o que sensibilizou meu olhar sobre as dinâmicas de ocupação, defesa da terra e lutas no campo que envolvem vários grupos, sobretudo indígenas.

Eu também fico até agradecido por essa sua criatividade, viu, professor? Porque, na verdade, eu passo o tempo me perguntando, nós temos um bocado de professores indígenas aqui, mas ainda não tiveram essa ideia. Eu vou chamar de sua criatividade, certo? Uma criatividade sua, foi muito legal essa sua criatividade. Você pode ser assim, num momento, eu posso até lhe chamar que você pode ser até o pioneiro disso aí, certo? Porque eu ainda não vi ninguém fazendo isso. Nem o próprio filho do lugar ainda não viu com essa criatividade, que eu estou aqui há tanto tempo e ainda não vi nenhum. Você está de parabéns por isso, viu<sup>3</sup>.

Obviamente, há uma responsabilidade ainda maior de realizar essa discussão, visto que além de estar compartilhando experiências nesses mais de seis anos, há uma expectativa muito positiva por parte dos indígenas por esse trabalho, pois as populações indígenas ainda necessitam de materiais pedagógicos de apoio que possam fortalecer o ensino e consequentemente valorizar e registrar a história do Povo Tembé.

A valorização do ensino frente às diversidades enfrentadas pelos indígenas do Alto Rio Guamá é um dos pontos chave nesse processo de reconstrução que não é só territorial, mas cosmológico, cultural e identitário. Pois, acredita-se que a educação escolar indígena e diferenciada, respeitando os valores dos saberes tradicionais, proporcionará não só o conhecimento científico, mas a valorização dos jovens por sua história e a manutenção dos direitos conquistados frente as lutas já travadas pelos mais velhos.

Para se fazer compreensível todas as transformações discutidas neste trabalho que ocorreram no Alto Rio Guamá, este trabalho está dividido basicamente em três capítulos, onde buscou-se discutir uma realidade, que embora esteja interligada com a historiografia, ainda sim, é insuficiente para tratar de toda essas transformações, principalmente no que diz a respeito as lutas agrárias e ensino de história em uma área indígena.

---

<sup>3</sup> Relato de seu Félix Tembé no momento inicial de pesquisas realizadas para a dissertação de mestrado a ser desenvolvida na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), via WhatsApp, no mês de maio de 2023.

O capítulo I, “Os Tembé e os Problemas de ‘Colonização’ no Alto Rio Guamá”, traz um panorama geral sobre o processo de colonização do Alto Rio Guamá e os sujeitos<sup>4</sup> que nele estão estabelecidos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e nordestinos que chegaram ao longo da saturação da Zona Bragantina em meados do século XX, com incentivos do governo.

A região que mais tarde viria a se tornar o município de Capitão Poço, está ocupada desde o século XIX por sujeitos que viviam da caça, coleta e pequenos roçados, praticante da agricultura familiar, mas que faziam parte de um itinerário comercial muito forte com a cidade de Ourém/PA, essa relação comercial é praticamente negada a partir da chegada dos migrantes para à região, os nordestinos.

O primeiro capítulo apresenta aspectos de como se deu o processo de ocupação do Alto Rio Guamá e suas variantes, trazendo consigo dados de produção agrícola que é remetido ao sucesso da chegada dos nordestinos, além de discutir o processo da criação do Território Indígena Alto Rio Guamá - TIARG, na época descrito ainda como Reserva Indígena do Alto Rio Guamá – RIARG, em 1945.

Toda essa ocupação pelos nordestinos a partir de meados do século XX, está intimamente ligada aos outros sujeitos como indígenas e quilombolas. No caso dos indígenas, o território criado, faz parte de um projeto que visava “ensinar” os indígenas a trabalharem, visto que eram tidos como preguiçosos e não sabiam trabalhar e necessitam contribuir diretamente com a produção agrícola tão desejada na época.

Já os quilombolas, a princípio não se tem uma relação direta com os nordestinos, mas que após a década de 1970/80/90 os territórios foram invadidos por colonos nordestinos da cidade de Capitão Poço, com o apoio do governo local. Essa apropriação indevida, custou um alto preço aos quilombolas, visto que os mesmos perderam grande área de seu território prejudicando posteriormente seus sucessores.

O capítulo II, “Conflitos Agrários e Educação Escolar Indígena: a importância do Ensino de História em Meio à Violência na Terra Indígena Alto Rio Guamá/PA”, se difere do primeiro que discute de forma mais abrangente o processo de ocupação e desenvolvimento do

---

<sup>4</sup> Indígenas da etnia Tembé, Quilombolas da Comunidade de Narcisa e algumas vilas de ribeirinhos como Igarapé Açú, Pacuí-Claro, Timbó, Caranandeuá, Carrapatinho, são sujeitos que estão estabelecidos na área desde o século XIX e que fazem parte do comércio da região antes da chegada dos nordestinos, (especialmente do Estado do Ceará) e que fazem parte de uma outra relação a partir do estabelecimento destes migrantes que chegam a partir de incentivos do governo.

Alto Rio Guamá, no segundo capítulo me detenho mais as peculiaridades que envolvem diretamente os indígenas Tembé do Alto Rio Guamá e o processo de lutas e ressignificações. Para tanto, discuto com mais veemência o papel da escola na garantia dos direitos dos povos indígenas e a relação com a comunidade e os conflitos agrários que assolam as populações indígenas do Alto Rio Guamá, nesse caso, a Batalha do Livramento.

O capítulo III, “Narrativa Tembé Através da Produção Audiovisual Realizada Pelos Alunos Do 1º, 2º E 3º Ano do Ensino Médio da Escola Indígena Jacaré e suas Perspectivas Através Do Ensino De História”, realizo a apresentação do produto desenvolvido durante os anos de 2023-2024, onde foi proposto a produção de um material audiovisual que retratasse os relatos de experiência dos anciãos para com as transformações ocorridas no Alto Rio Guamá.

Foram realizadas filmagens de duas entrevistas com dois anciãos e guerreiros muito importantes para as populações indígenas, Félix Tembé e Kelé Tembé. As filmagens e abordagens foram realizadas pelos alunos da 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio da escola Jacaré, onde procurou abordar temas necessários como conflitos agrários, cultura, identidade e território. Temas importantes para os Tembé do Guamá, pois ao longo do processo de ocupação do território por colonos, posseiros e fazendeiros, a identidade desse Povo passou a ser questionada. Com isso, os anciãos Félix Tembé e Kelé Tembé que participaram ativamente dessa reconstrução identitária, trazem elementos importantes durante as entrevistas que proporcionam uma compreensão melhor desse processo de reconstrução.

É ainda notório destacar que, o processo de colonização e ocupação que assolou o Território Indígena Alto Rio Guamá – TIARG, proporcionou um silenciamento ao longo dos anos por parte dos indígenas, referente principalmente aos conflitos agrários que ocorrem ou que ocorreram durante esse processo de colonização e ocupação do território.

Esse silenciamento contribui ainda mais para dificultar a análise desse processo de conflitos, visto que durante muitos anos não houve trabalhos acadêmicos que retratassem esse processo de “ouvir os indígenas” sobre os conflitos. Isso prejudicou até no que diz a respeito do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que não tinha materiais didáticos específicos para se trabalhar os conflitos agrários dentro do território indígena.

Com isso, recorro a teóricos como Michel Pollak<sup>5</sup> que define o que seriam as memórias subterrâneas e, assim, ajudou-nos a compreender como essas memórias desses indígenas sobre os conflitos agrários, mesmo que depois de tantos anos, ainda sejam importantes e cruciais para

---

<sup>5</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

se compreender esse processo tão importante para a história do Povo Tembé, não são consideradas nas narrativas hegemônicas sobre a Amazônia, conformando memórias marcadas pelo silenciamento ou tentativas de esquecimento.

Outro autor de extrema importância para se analisar a etnicidade do Povo Tembé é Fredrik Barth<sup>6</sup>, que através do livro *Teorias da Etnicidade*, proporciona uma compreensão melhor sobre o que é ser um grupo étnico. Esse estudo ajudou a compreender o porquê o Povo Tembé aos longos dos anos, ter sofrido muito com o processo de miscigenação decorrente dos processos de ocupação de seu território e as relações com outros povos como os quilombolas e outros colonos e mesmo assim se autodeclaram e são um grupo étnico.

Nesse caso, o livro *Teorias da Etnicidade* ajuda a compreender que mesmo depois desse processo de miscigenação, os indígenas Tembé se veem fortalecidos como uma etnia. Esse processo é decorrente do passado de lutas e transformações que os mesmos sofreram ao longo dos anos, compartilhando uma memória coletiva e conseqüentemente se identificando e se reconhecendo como pertencente a etnia Tembé.

O livro *Estado, Bandidos e Heróis: Utopias e luta na Amazônia*, da autora Violeta Refkalefsky Loureiro<sup>7</sup> é importante para se compreender como ocorre o processo de lutas camponesas e disputas de terras que ocorrem na Amazônia, mais precisamente na mesma região onde está estabelecido a Terra Indígena Alto Rio Guamá. O livro retrata a ocupação e reivindicação de terras na fazenda Cidapar, município de Santa Luzia do Pará que versa sobre a trajetória de lutas desenvolvidas por Quintino Lira, conhecido como O Gatilheiro. As disputas ocorreram na mesma região onde está situado o Território Indígena Alto Rio Guamá, permitindo uma análise da ocupação e violência sofrida no campo.

A dissertação de Sara Alonso<sup>8</sup>, que discute a disputa por sangue no Alto Rio Guamá, embora já seja uma discussão que não atenda por si só às transformações ocorridas na terra indígena, continua sendo uma importante referência para se trabalhar as áreas marcadas por disputas que ocorreram no território.

---

<sup>6</sup> BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras*. Tradução Elcio Fernandes. 2ª. Ed. São Paulo: ed. Unesp, 2011.

<sup>7</sup> LOUREIRO, Violeta R. *Estado, Bandidos e Heróis: Utopia e Luta na Amazônia*. Belém: Cejup, 1997.

<sup>8</sup> ALONSO, Sara. *Os Tembé de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembé*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, 231f.

Além das bibliografias mencionadas acima, foi realizada uma busca sobre toda a literatura que discutisse os conflitos ocorridos entre os Tembé no Alto Rio Guamá, além de textos sobre o Ensino de História, discutidos nas aulas de mestrado do Profhistória.

Junto à bibliografia, foram realizadas entrevistas, filmagens e catalogação de imagens que retratassem esses conflitos que ocorreram com os Tembé, especialmente em se tratando da Batalha do Livramento. Depois de reunida toda a documentação julgada necessária, realizou-se o cruzamento das informações a fim de tecermos uma discussão que busca, dentre outras coisas, denunciar as mais variadas formas de violência ao longo dos anos sobre o Povo Tembé, que acabam silenciadas. Mas, além de explicitar essa zona de disputas, retrata a resiliência de um povo que em meio as dificuldades, buscou através da educação se reerguer, se fortalecendo como um grupo étnico forte, capaz de lutar para garantir seus direitos estabelecidos na Constituição.

## CAPÍTULO I

### OS TEMBÉ E OS PROBLEMAS DE “COLONIZAÇÃO” NO ALTORIO GUAMÁ

A questão territorial é uma questão de todo mundo, não é só eu, não é só um que pode se envolver. Primeiro, defender o território, é a coisa mais importante que se tem, defender o território, você defendeu o território, você está livre. (Kelé Tembé)<sup>9</sup>.

A ocupação e colonização da Amazônia enquanto área demográfica é decorrente de vários processos de contatos, trocas, disputas e resistências que ultrapassam o que se convencionou designar de período colonial, considerando-se as teias de relações estabelecidas entre inúmeros povos que foram identificados como indígenas e não indígenas estabelecidos na imensidão do território, em uma gama diversificada de alianças e disputas por recursos e, não menos importante, pela posse da terra.

A região do Alto Rio Guamá no nordeste do estado do Pará não foge à lógica de ocupação e disputa de outras áreas estabelecidas ao longo do território amazônico. Diferente das ocupações e colonização iniciadas ainda no período colonial no Pará, onde a lógica é ocupar para garantir a posse do território contra invasores externos a partir do século XVII, na região Guajarina essa disputa territorial se evidencia no século XIX e é acentuada no século seguinte com a chegada de novos sujeitos sociais, os nordestinos. As disputas perduram por todo o século XX, tendo resquícios ainda no XXI, onde a lógica de ocupação da terra vai além da posse, mas também da construção do discurso de pertencimento que acaba invisibilizando outros sujeitos que já se encontram estabelecidos na região, como os indígenas e quilombolas.

Neste caso, não estamos mais falamos em invasores externos como era no período colonial, pois agora o sujeito a se combater está disputando a mesma área e está nela estabelecido. E essa ocupação e disputa territorial que ocorre no Alto Rio Guamá possuem ao menos três sujeitos distintos, o indígena, o quilombola e o nordestino. Este último, recém chegado à região a partir de meados do século XX, associa sua imagem ao desenvolvimento agrário e à lógica de ocupação que foi dirigindo essa região sobretudo na cidade de Capitão Poço/PA, propalada pelos discursos como os pioneiros.

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada com o Sr. Clemente Cruz dos Santos (Kelé Tembé), 71 anos, em sua residência na aldeia indígena Zawara hù, às 9h do dia 15/12/2023. O mesmo acompanhou o processo de demarcação das terras na década de 1970, as primeiras desintrações da TIARG e fez parte do comércio praticado pelos indígenas com os chefes de posto e com os nordestinos na cidade de Capitão Poço/PA.

Isso faz com que essa área de ocupação, mesmo que possua semelhanças com outras ocupações na Amazônia, no que se refere à garantia e à posse do território, tenha peculiaridades próprias, isso ocorre porque os sujeitos que vão se estabelecendo nessa área vão obedecendo uma ordem de ocupação que vai para além da terra, mas também para o campo da mentalidade e da cultura, do discurso do pertencimento e do pioneirismo, assim trazendo para si a lógica de ocupação e do desenvolvimento agrário.

Nesse contexto, a terra passa a ganhar um novo significado para o sujeito que a ocupa, visto que passa a representar o sucesso desse sujeito e sua representação dentro do ponto de vista do desenvolvimento econômico, social e político pensado pelas autoridades, já que a mesma é representada por aquele que a ocupa e transforma como mecanismo de detenção de poder perante os demais sujeitos já nela estabelecidos.

A lógica de ocupação e desenvolvimento agrário que ocorre no Alto Rio Guamá, situado na Zona fisiográfica Guajarina, faz parte de um conjunto de fatores que propiciam a ocupação dessa área como expansão de frentes agrícolas, capitalismo agrário bem como o surgimento do município de Capitão Poço/PA, alinhado às políticas desenvolvimentistas implementadas pelos colonos recém chegados à região com o apoio do Estado.

A ocupação da região é decorrente da saturação da Zona Bragantina, tal como destacado por Antonio Rocha Penteado, associada a outros fatores como: políticas voltadas para o desenvolvimento da região, concessão de terras a migrantes sobretudo nordestinos, manutenção e cultivos de cultura de arroz, feijão, pimenta-do-reino, mandioca e disponibilidade de terras férteis banhadas pelas margens do rio Guamá, além da abertura de novas rodovias como a BR-010.

Esse conjunto de fatores propiciaram uma ocupação efetiva no sentido do desenvolvimento de um capitalismo agrário que engloba a cidade de Capitão Poço/PA, obedecendo uma lógica de ocupação e desenvolvimento agrário à medida em que as famílias já instaladas na região foram se disseminando, migraram e passaram a se expandir ocupando cada vez mais o território, e acabaram invadindo terras já ocupadas como a Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG e a comunidade Quilombolas do Narcisa, que já se faz presente desde o século XIX às margens do Rio Guamá.

Essa ocupação é refletida não só no número de migrantes parentes ou não dos familiares estabelecidos na região, mas no aumento da produção agrícola. A partir da metade do século XX, a vila de Capitão Poço que, mais tarde, na década de 60, é elevada a município, torna-se

o centro de compra e venda de gêneros alimentícios da região, sendo destacado na época pela empresa Andrade Oliveira LTDA, fundada pela família Aquino, natural de São Paulo do Potengi/RN.

Tabela 1 - Culturas – Posição do Município de Capitão Poço em relação aos demais do Estado do Pará (1982-1986)

<b>Culturas</b>	<b>Posição</b>
Algodão Herbáceo	1º lugar
Feijão Vigna	1º lugar
Pimenta-do-Reino	3º lugar
Malva	4º lugar
Coco da Bahia	5º lugar
Banana	7º lugar
Mandioca	8º lugar
Milho	9º lugar
Arroz	43º lugar

Fonte: EMATER-PA, Produção Agrícola Municipal, 1975-1996. Arquivo morto, Capitão Poço/PA. Dados coletados no ano de 2016.

Observa-se que esse aumento da produção agrícola em Capitão Poço reflete o processo como a região do Alto Rio Guamá durante todo o século XX passou por transformações políticas e econômicas advindas de uma migração que ocorreu em várias levas, com sensíveis alterações nas suas práticas tanto na agricultura quanto culturalmente.

Essas mudanças evidenciam que o crescimento acelerado do município de Capitão Poço/PA marginaliza outros sujeitos estabelecidos na região que também fazem parte do comércio na área como os indígenas Tembé. Isso fica evidente pois os projetos pensados para o desenvolvimento da região incluíam “ensinar os indígenas” a trabalharem, projeto este impulsionado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), coordenado e aplicado pelos chefes de posto.

Para conseguir braços, ou trabalhadores do posto, para viabilizar a prática de socialização mediante o roçado do posto, destinada, em palavras de Expedito Arnaud, a “ensinar-lhes os serviços da lavoura”, os agentes do SPI usam a técnica de distribuir mercadorias, vistas por estes agentes como “adiantamento” ou crédito, a ser retribuído mediante os serviços realizados pelos trabalhadores do posto ou diaristas. Não obstante, aparentemente os Tembé vivenciam esses adiantamento ou créditos como presentes, como “coisas que ele (o chefe do posto) dava pra nós<sup>10</sup>.”

Dentro do processo de ocupação que o Alto Rio Guamá vem sofrendo ao longo dos anos, os indígenas Tembé Tenetehara que estão na área desde fins do século XVIII, sofrem de

<sup>10</sup> Velho Maxico, apud ALONSO, Sara. Op. Cit., 1996. p.25.

forma acintosa frente a outros sujeitos como os nordestinos e posseiros que vão se estabelecendo em seu território. Isso ocorre porque desde o estabelecimento na região, os indígenas Tembé passaram por grandes baixas, seja por doenças como a gripe, seja pelas lutas para a manutenção do território, pois embora a reserva tenha sido criada em 1945 e homologada em 1993, até o presente momento, ano de 2023/2024, ainda passa por desintruções a fim de deixar o território livre para os povos indígenas que vivem na TIARG.

Por mais que tire todos os invasores nós nunca vamos estar livres, vai sempre ter o tirador de açaí, vão entrar, os caçadores, vão entrar. A gente não está lá todo dia, nem toda hora. A Terra é muito grande, entendeu? E a gente vai ter o controle dela toda? Aí é a questão do territorial, ocupar o território, ocupar não é morar, é andar, é fiscalizar, é marcar presença, é andando.  
(Kelé Tembé)<sup>11</sup>.

A preocupação descrita na entrevista com Kelé Tembé sobre a ocupação do território é um problema atual da Terra Indígena do Alto Rio Guamá frente o processo de desintrução que ocorre nos anos de 2023/2024, a manutenção do território passa segundo a liderança, pela ocupação do território por parte dos indígenas a fim de garantir para as gerações futuras.

Do outro lado da situação, no caso os migrantes nordestinos, não podemos condenar sua forma de ocupação e defesa desse “novo” território por parte deles, afinal esse problema agrário que ocorre no Alto Rio Guamá não é novo em terras amazônicas, apenas com peculiaridades distintas.

O nordestino que chega à região do Alto Rio Guamá em meados do século XX, chega vítima do sistema e é só mais um sujeito almejando seu espaço, muitos desses nordestinos que chegam à Amazônia a partir do final do século XIX para os seringais ou vilas agrícolas, continuam em levadas migratórias posteriores para trabalharem na agricultura e são frutos que envolvem políticas de Estado associadas a crises, que são na maioria das vezes econômicas e sociais em suas terras natal.

Franciane Gama Lacerda chama atenção para o fato de que os migrantes que arribam de suas terras no Nordeste, migram por duas situações predominante, a seca que envolvem suas terras e a promessa de riqueza rápida na Amazônia brasileira. E mesmo nessas situações era comum que o migrante não quisesse abandonar seu lugar de origem e que assim que conseguisse algum capital retornassem as suas terras.

A região do Alto Rio Guamá não foge à regra das maiorias dos casos descritos pela autora, com uma ressalva, nessa região, onde houve o estabelecimento de milhares de

<sup>11</sup> Entrevista realizada com Clemente Cruz dos Santos (Kelé Tembé), 71 anos, em sua residência na aldeia indígena Zawara’hú, às 11 horas do dia 15/12/2023.

migrantes, muitos não só se estabeleceram definitivamente como também trouxeram parentes e amigos para se instalarem na região, que a partir da década de 1960, torna-se o município de Capitão Poço/PA.

Mas, o que leva o estabelecimento definitivo de famílias vindas de tão longe sobretudo cearenses em uma região com pouco desenvolvimento tecnológico? Uma das respostas está nas frentes agrícolas de expansão que ocorre simultaneamente com a saturação da Zona Bragantina e a valorização e inovação de culturas agrícolas cultivadas por essas famílias visando o mercado externo e as aberturas de rodovias que permitiram o escoamento dessa produção.

Nesse processo de estabelecimento, o usufruto e luta pela posse da terra não é tão distinto daquele reivindicado pelos indígenas ou qualquer outro sujeito estabelecido na região, ambos os sujeitos participam em conjunto da disputa palmo a palmo pela terra, pois trata-se da sobrevivência de ambos os lados e na perpetuação dos direitos que vai além do indivíduo, mas dos filhos, netos e de toda família envolvida, direitos esses reivindicado por todos os sujeitos estabelecidos no Alto Rio Guamá.

Trata-se de um movimento que aspira à terra e às condições essenciais de sobrevivência na condição de colonos, perpetuando nos filhos o mesmo ideal de realização. Se os conflitos estalam em muitos pontos da zona em estudo, ou mesmo da Região Amazônica, este fato não permite pressupor uma articulação dos diversos movimentos entre si. O que ocorre é que, como as políticas públicas atingiram todo o espaço regional e afetaram de uma mesma forma as populações preexistentes a elas, a crescente organização e os protestos dos colonos começaram a ocorrer em numerosos pontos do espaço regional simultaneamente<sup>12</sup>.

A partir do exposto, compreende-se que as ocupações das terras amazônicas e os movimentos sociais de estabelecimento na região de forma simultânea e desordenada causaram conflitos e reivindicações de vários sujeitos nela estabelecidos, protestos e reivindicações são evocados até os dias atuais 2023/2024 tanto por colonos estabelecidos em área indígena quanto em área quilombola.

Esses conflitos são marcados em sua maioria na ausência da presença do Estado na garantia, delimitação e posse dessas áreas. Como um colono estabelecido na região desde a década de 60 no Alto Rio Guamá sem instrução suficiente pode compreender que à área que habita não é dele, se ele preencheu todos os requisitos para a posse da terra segundo as autoridades públicas? Como expulsar colonos de uma área indígena se durante sua homologação não foi feita a desintrusão e a homologação do território foi realizada com colonos estabelecidos nessa área?

---

<sup>12</sup> LOUREIRO, Violeta R. Op. Cit.,1997. p. 29.

São peculiaridades como essas que diferenciam os movimentos pela disputa e posse das terras do Alto Rio Guamá. Sujeitos distintos trabalhando quase que em conjunto com aspirações individuais e coletivas com o poder público quase que ausente de suas responsabilidades, esse processo marca a ocupação e disputa territorial do Alto Rio Guamá.

Portanto, tendo em vista compreender os processos de ocupação frente às articulações indígenas para garantir a posse do território, torna-se de extrema importância entendermos as disputas territoriais da atualidade e os conflitos que ainda persistem na Terra indígena Alto Rio Guamá e suas adjacências para podermos melhor analisar esse processo de ocupação.

A Terra Indígena Alto Rio Guamá é um território que sempre esteve em processos de ocupações e conflitos, visto que pela demora na demarcação e a falta de fiscalização do território pelas autoridades públicas e a ocupação total pelos indígenas junto as frentes de expansão agrícola, estimularam a invasão de posseiros e madeireiros na área, causando conflitos entre os sujeitos que a ocupam, ocasionando em algumas situações a morte de indivíduos envolvidos nas disputas.

Destaca-se que conflitos como esses que ocorrem no alto Rio Guamá, envolvem múltiplas personalidades, sujeitos distintos, lutas territoriais e ideológicas que são comuns na região e que fazem parte do cotidiano dos sujeitos que a compõem, seja eles indígenas, quilombolas, colonos ou fazendeiros. Diante das peculiaridades acerca do processo de ocupação e colonização, além de seus múltiplos sujeitos da região do Alto Rio Guamá apresentados, detenho-me nessa primeira parte explorar o processo de ocupação para se fazer compreender esse processo histórico que envolve não só política, mas sim, mentalidades.

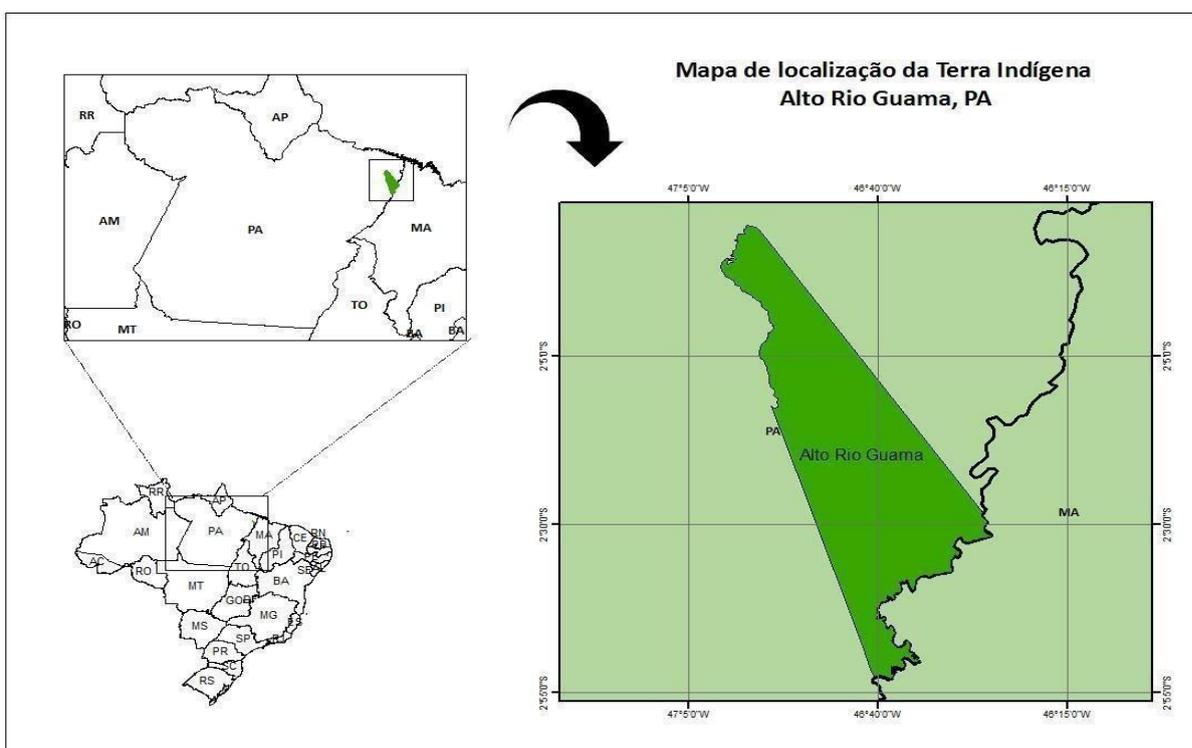
A compreensão desse processo histórico é necessária a fim de que seja possível entender a preocupação atual no ensino dentro da educação escolar, isso porque o ensino na área indígena é voltado a discutir temas que propiciem a compreensão e reflexão histórica da trajetória do Povo Tembé e sua atuação ao longo de seu estabelecimento no Alto Rio Guamá.

## 1.1 A TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ E SEU PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) é um território de 278.000 hectares destinados aos indígenas Tembé, Timbira, Ka'apor e Guajá, e foi oficializada mediante o Decreto n. 307-21/3/45, assinado pelo então Interventor Federal do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (Figura 1). A reserva está localizada ao nordeste do Estado do Pará, entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi, no limite do Estado do Pará

com o do Maranhão, em território dos municípios paraenses de Garrafão do Norte, Santa Luzia do Pará, Nova Esperançado Piriá e Paragominas, surgidos posteriormente à criação da reserva, resultado do desmembramento dos municípios de Ourém, Viseu e Capitão Poço<sup>13</sup>.

Figura 1 - Mapa de localização da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)



Fonte: Coelho, 2014.

O processo de colonização pensado para os indígenas da Terra Indígena Alto Rio Guamá, a partir da criação da reserva indígena é decorrente de vários incentivos políticos como a criação dos “chefes de posto” para “ensinar” os indígenas a trabalharem na agricultura e fazer comércio com os novos sujeitos que estavam chegando em meados do século XX na região, os nordestinos.

As formas utilizadas pelos agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para reclusar os indígenas na aldeia faziam parte de um processo de colonização que consistia em “ensinar” a agricultura aos indígenas, utilizando práticas como “adiantamento ou crédito”. Esses adiantamentos consistiam na entrega de utensílios, além de mantimentos, como comenta o Sr. Clemente Cruz dos Santos:

Depois que o SPI tomou conta, aí os índios começaram a trabalhar, mas não trabalhava para eles, trabalhava para o posto. Fazia roça grande e vendiam os produtos tudinho,

<sup>13</sup> Cf. ALONSO, Sara. Op., Cit., 1996, p.16.

e o chefe comprava as coisas para eles, traziam facão, trazia roupa e às vezes dava para eles, como em num sistema de aviação.

(Kelé Tembê)<sup>14</sup>.

Outro fator importante é que esses adiantamentos, muitas vezes, eram vistos pelos indígenas como uma espécie de presente do chefe do posto para com os indígenas, isso fez com que houvesse problemas na hora de pagar esses mantimentos ao chefe do posto, já que muitos indígenas não compreendiam o sistema de “adiantamento” de produtos, como demonstra Sara Alonso (1996):

O posterior fracasso da cooperativa é explicado em termos similares às reflexões que fazíamos anteriormente a respeito das relações de "troca" entre *chefes de posto* e "índios remanescentes". Membros da aldeia do P.I. atribuem seu fracasso, dentre outros fatores, ao fato de que "só alguns trabalham e os outros só pegam"; outros membros, sem ser contraditório com a anterior versão, o explicam a partir da ideia de créditos que não tiveram retorno<sup>15</sup>.

Essa falta de compreensão ou essa compreensão diferenciada por parte dos indígenas com relação a destinação dos produtos era aliada a outro problema, a falta de dinheiro para a compra de mercadorias, já que muitas vezes os produtos trazidos pelos membros do SPI demoravam muito tempo a chegar às aldeias.

Como os indígenas eram obrigados a vender sua produção agrícola estritamente ao chefe de posto, acabavam passando necessidade com determinados produtos como sabão, óleo, querosene, roupas, entre outros produtos. Essa obrigação que os indígenas tinham, a princípio, de vender exclusivamente suas produções agrícolas aos chefes de posto foi diminuindo, primeiro pela falta de entendimento entre indígenas e o chefe de posto; segundo, devido à falta de verbas e dívidas contraídas pelos indígenas para com o posto indígena.

Devido a esses problemas que atrasavam a produção agrícola dos indígenas, os mesmos foram liberados para comercializar diretamente suas produções com a cidade de Capitão Poço e adjacentes, como a vila de Boca Nova, pertencente à cidade de Capitão Poço/PA, como afirma Sara Alonso (1996):

Uma vez quebrada a obrigação de entregar a produção agrícola ao posto, os agentes do órgão indigenista, com o objetivo de facilitar sua comercialização fora da reserva, colocavam à disposição das famílias os meios de transporte com que contava o P.I. A família Tatiua transportava sua produção em canoa através do rio Guamá até a estrada que comunica com outra que vai dar em Capitão-Poço, colocando os *chefes de posto* o carro da FUNAI à sua disposição para poderem transportar a mercadoria até a sede

<sup>14</sup> Entrevista realizada com o Sr. Clemente Cruz dos Santos (Kelé Tembê), 66 anos, em sua residência na aldeia indígena Zawara'hú, às 17 horas, no dia 10 de outubro de 2018.

<sup>15</sup> ALONSO, Sara. Op. Cit., 1996, p. 50.

do município<sup>16</sup>.

A produção agrícola era baseada, principalmente, nas culturas do milho, arroz, feijão, algodão, fava e malva. Esses produtos eram cultivados pelos integrantes das famílias, como pai, mãe e filhos. Geralmente havia “troca de dias”<sup>17</sup>, como afirma Maria Rosa de Souza Silva.

O comércio era feito assim: ou as pessoas desciam de canoa até Ourém, ou através de regatão, ou quando não, o chefe do posto comprava toda a produção da comunidade em geral, e aí ele levava aquilo (os produtos) até Belém. Os produtos produzidos era muito era a malva, era o arroz, mandioca também banana e os produtos comprados basicamente era o açúcar, sabão, já de uns tempos para cá, porque antes, bem antes a gente mesmo fazia. O querosene a gente também comprava de uns tempos para cá, por causa que de primeiro a gente usava breu. Roupa a gente comprava também. (Maria Rosa de Souza Silva)<sup>18</sup>.

Basicamente, o comércio era feito através do rio até as aberturas das estradas que proporcionaram aos indígenas mais mobilidade para transportar e vender sua produção em Capitão Poço, intensificando e estreitando as relações comerciais com os sujeitos que vão se estabelecendo na região do Alto Rio Guamá durante os séculos XIX e XX.

A partir do ano de 1920, nota-se que algumas das culturas praticamente desaparecem da região como a cana-de-açúcar e seus derivados. Segundo Donald Sawyer<sup>19</sup>, isso é decorrente do fechamento dos engenhos de açúcar após a abolição da escravatura, já que os negros escravizados que trabalhavam na produção tinham sido libertados, mas a produção de fumo e a agricultura camponesa continuavam a crescer. O que leva a crer que o sistema comercial da região antes de 1930 era baseado praticamente na troca, é que além do dinheiro em moeda ser muito escasso na região, muitas populações locais não tinham acesso a esses artigos de consumo, como os indígenas que dependiam de alguns produtos vindos da cidade de Ourém.

Sawyer afirma que “antes de 1930, era difícil ver dinheiro e que os produtos eram simplesmente trocados. A população só queria café, açúcar, pinga e pronto”<sup>20</sup>. Embora no sistema comercial citado pelo autor predomine a troca, a região também contava com o sistema de exportação de produtos provenientes da região do Alto Rio Guamá a partir da década de 1930.

Um imigrante português, e um dos mais importantes de Ourém, despachavam fumo, e farinha de mandioca diretamente para Manaus e recebia Pirarucu e outros produtos.

<sup>16</sup> ALONSO, Sara. Op. Cit., 1996, p.47.

<sup>17</sup> A troca de dias consiste em membros de outra família ajudar no plantio, fazendo farinha ou até mesmo capinando os roçados etc. Posteriormente aquela família que foi agraciada, presta serviços “pagando” a família que antes lhe tinha ajudado. *Grifo meu*.

<sup>18</sup> Entrevista realizada com a dona Maria Rosa de Souza Silva, 41 anos. Neta de um dos fundadores da aldeia indígena Jacaré, conhecido como o Sr. José Preto. Entrevista realizada no alojamento da pequena escola na aldeia Jacaré às margens do rio Guamá, no dia 08/10/2018.

<sup>19</sup> SAWYER, Donald R. Colonização da Amazônia: Migração de Nordestinos para uma frente Agrícola no Pará. **Rev. Econ. Fortaleza, Fortaleza** v. 10, n. 3, p. 773-812, jul./set. 1979.

<sup>20</sup> Idem, p. 778.

Também despachava produtos a Belém. Atribui-se o progresso da região à chegada dos nordestinos, em número significativo<sup>21</sup>.

O desenvolvimento agrícola da região a partir de meados do século XX é refletido nos estereótipos criados pelos recém-chegados na região, sobre os caboclos (nativos do Pará) que, eram tidos como quem “viviam nas sombras das árvores na beira do rio”, enquanto os nordestinos penetravam na floresta e derrubavam as árvores, igual saúva. Isto porque tentam afirmar uma memória na participação no aumento da produção agrícola, a partir da chegada dos nordestinos na região, embora esse aumento seja decorrente de diversos fatores não somente a chegada dos nordestinos, mas também os planos desenvolvimentistas para a região, além da mencionada saturação da Zona Bragantina, o aumento da malha rodoviária, (com a construção da BR-010) e o crescimento de agroindústrias nas cidades próximas. Fatores estes que contribuíram de forma direta e indireta para a passagem de uma agricultura familiar e sustentável para uma produção agrícola mais ajustada aos avanços do capitalismo na Amazônia.

Portanto, compreender os motivos de ocupação das terras amazônicas, sobretudo as terras na região guajarina, que ocorre com maior intensidade em fins do século XIX e ao longo do século XX, é compreender os inúmeros conflitos que os sujeitos como os indígenas Tembé ou quilombolas de Narcisa enfrentavam frente às comunidades onde já haviam paraenses estabelecidos na região.

Vilas como Carrapatinho, Igarapé-Açu, Timbó, Pacuí-Claro, entre outros núcleos populacionais já estabelecidos desde fins do século XVIII e início do XIX na região, faziam parte dessa disputa territorial agravada pelo surgimento de novos núcleos populacionais que vão surgindo na medida em que se tem a chegada de migrantes nordestinos na região.

Em relação ao povo Tembé, o processo de colonização está intimamente ligado, visto que a ocupação das terras envolve diretamente esse povo no deslocamento de sua população da margem esquerda do rio Guamá para a margem direita, além de tentativas de colonização através dos chefes de postos indígenas criados pelo SPI na Terra Indígena Alto Rio Guamá, visando inserir os indígenas no processo de colonização.

A partir das análises bibliográficas e fontes orais, percebemos que o contato entre colonos nordestinos e quilombolas e também indígenas nem sempre foi amistoso, como algumas pessoas da região tende a imaginar, pois existe a disputa territorial e afirmação de

---

<sup>21</sup>SAWYER, Donald R. Colonização da Amazônia: Migração de Nordestinos para uma frente Agrícola no Pará. **Rev. Econ. Fortaleza**, Fortaleza v. 10, n. 3, p. 773-812, jul./set. 1979. p. 48.

identidade por esses grupos, principalmente quando remete ao pioneirismo regional, sendo que esse contato foi fomentado pelas elites políticas regionais o que causou ainda mais a exclusão desses povos indígenas e quilombolas e a autoafirmação de pioneiros da cidade de Capitão Poço por parte dos nordestinos.

A constatação que já havia pessoas habitando a região do Alto Rio Guamá, onde anos mais tarde surgiria a cidade de Capitão Poço, é confirmada nos registros de nascimento assentados no Cartório de Único Ofício Mundico Mattos, situado na cidade de Ourém/PA, onde é possível identificar os nomes e locais de nascimento de vários moradores, tais como Severina Ferreira de Souza, filha de cearense, lavrador, residente no lugar denominado “Braço do Timbó”, nascida em 1900; Francelina Ribeiro da Conceição, filha de paraenses residentes no lugar denominado “Pacuí-Claro”, nascida em 1919; e também o registro de Maria Hilda da Conceição, paraense residente no posto indígena Tembé, que nasceu em 1923<sup>22</sup>.

O historiador Jorge Hurley<sup>23</sup>, que participou de uma incursão à vila dos Tembés em 16 de janeiro de 1918, já atentava para a formação de vilas na região e para a prosperidade econômica das mesmas e das populações indígenas e não indígenas que tinham se formado ao longo da margem esquerda do rio Guamá. Em seu relatório de viagem, o autor cita:

Às 10 horas precisamente, chegamos à povoação Ygarapé-Assú. É uma desarmoniosa aglomeração de casas transbordante de creanças loiras, em sua maioria. Sua população, branca e rosada entrega-se à lavoura de tabaco e da mandioca<sup>24</sup>.

Os indígenas Tembés Tenetehara são naturais do Estado do Maranhão e desde o século XVIII que essas populações sofrem com invasões de seus territórios e ameaças constantes. A partir de fins do século XVIII e século XIX se estabelecem no Alto Rio Guamá, às margens do rio de mesmo nome, onde passam a sofrer, a partir do século XX, com os avanços dos projetos de desenvolvimento agrícolas pensado para a região.

Até a primeira metade do século XIX, os Tembés habitavam a região do alto Pindaré. A partir deste momento, começaram a migrar para a região do Gurupi e, mais além, até a região-dos rios Capim, Guamá e Acará Pequeno, a convite do sertanista Manoel Antônio. Um grupo destes atingiu até mesmo a ferrovia Belém-Bragança, sendo assentado na localidade do Prata por missionários capuchinos<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Foram catalogados dez registros de nascimento no Cartório de Único Ofício Mundico Mattos, na cidade de Ourém, Pará, de pessoas que já habitavam a região do Alto Rio Guamá antes da chegada dessa leva de nordestinos focalizados nesta pesquisa.

<sup>23</sup> HURLEY, Jorge. Viagem à aldeia dos Tembés, Alto Rio Guamá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, v. 3, p. 283-291. Out. 1920.

<sup>24</sup> Idem, p. 283.

<sup>25</sup> SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência: os Índios Tembés-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território**. Belém, UNAMA, 1999, p. 29.

Como mencionado anteriormente, o primeiro plano para desenvolvimento da produção de bens agrícolas pensado para as populações indígenas Tembé foram decididas pelo SPI, no qual as práticas consistiam em “ensinar o índio a trabalhar” e claro, fortalecer o comércio da região. Materiais como terçados, facões, sementes, remédios, redes, enxadas entre outros produtos eram comumente trocadas por produtos produzidos nas aldeias como farinha de mandioca, arroz, milho, cipó títica, breu, entre outros. É nesse contexto de invasão que a cultura dos povos indígenas é vista como atrasada pelos agentes externos e que os conflitos passam a surgir ou se intensificar, entre interesses e (in)compreensões sobre as formas de viver e se relacionarem com a natureza e com o território.

Essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra. (...) Quando nós falamos que o nosso rio é sagrado, as pessoas dizem: “Isso é algum folclore deles”; quando dizemos que a montanha está mostrando que vai chover e que esse dia vai ser um dia próspero, um dia bom, eles dizem: “Não, uma montanha não fala nada”<sup>26</sup>.

É importante ressaltar e fazer um paralelo entre a mentalidade da época e nos dias atuais, pois a ideia de avanço e modernidade dificilmente está associada a ideia de preservação da natureza e seus agentes sociais. No caso, a relação entre natureza e o modo de viver está intimamente ligada com a sobrevivência dos povos indígenas. Durante o processo de ocupação e colonização do Alto Rio Guamá, a população Tembé sofreu não só com a perda de territórios, mas também com os impactos sobre suas culturas, cosmologia e identidades, pois as relações com as populações não indígenas incentivavam a produção agrícola, mas pautadas em discursos de negação de continuidade dos valores culturais e sociais indígenas.

A partir de 1945, quando se tem a criação da Reserva do Alto Rio Guamá, a transferência dos indígenas da antiga aldeia São José, na margem esquerda do rio Guamá, para a margem direita, fez com que esses grupos passassem a se afunilarem cada vez mais em um território pensado para a produção agrícola e para atender as necessidades políticas do Estado. Nesse contexto de transformação econômica pensado para os Tembé e os demais sujeitos que vão se estabelecendo na região, temos um fator embrionário de conflitos que vai ser desenrolado durante fins do século XX e que avançam pelo XXI, marcando com sangue e mortes as relações e tentativas de alianças entre indígenas, colonos e, depois, fazendeiros na região.

---

<sup>26</sup> KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019, p. 23-24.

## 1.2 COLONIZAÇÃO E AS ONDAS MIGRATÓRIAS A PARTIR DA METADE DO SÉCULO XX

A chegada de migrantes, sobretudo nordestinos, na Amazônia é permeada por conflitos, falta de assistência por parte do governo, além da dificuldade do estabelecimento e sobrevivência das famílias recém-chegadas à região. Durante o século XX, tem-se um avanço muito forte nos planos de desenvolvimento para a região Norte calcados na preocupação com a produção em larga escala, povoamento da região e demarcação de espaços com a presença do Estado, permeados pela ideia de se levar a “civilização” aos lugares mais longínquos, ao ideal de “ordem e progresso”, impulsionado a partir do período republicano.

As transformações ocorridas em meados do século XX vão ocasionar a criação de novos municípios. A construção da rodovia Belém-Brasília contribuiu significativamente para o surgimento de dezenas de vilas, povoados e cidades que foram se desmembrando de outras e tomando vida própria, principalmente as cidades que surgem tendo o imigrante como principal fator, como é caso de Capitão Poço/PA e Bonito/PA que até a década de 50 ainda eram vilas pertencentes ao município de Ourém e que após esse período foram se desmembrando.

A construção da Belém-Brasília provocou um novo surto de municipalização no Pará. Foram recriados e criados novos municípios, tais como: Benevides, Bonito, Capitão-Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Peixe-Boi, Primavera, Santa Cruz do Arari, Santana do Araguaia, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá e São Félix do Xingu, todos em 1961, e Paragominas em 1966; a maioria deles na área de influência da Belém-Brasília e suas vicinais<sup>27</sup>.

A BR-010 não foi o fator tão determinante para a chegada dos nordestinos no Alto Rio Guamá quanto as crises econômicas no Nordeste e a saturação da Zona Bragantina, porém criou possibilidades que foram ao encontro das necessidades surgidas naquele momento, como o escoamento da produção agrícola e novas rotas de comércio pensadas para além do rio Guamá.

Capitão Poço, por exemplo, passou a atender os requisitos para a criação de um novo município a partir da construção da BR-010, mas esta região já possuía uma zona de comércio desde o século XIX. Porém não podemos negar que a rodovia potencializa esse comércio na região criando novas possibilidades de comércio.

Na segunda metade do século XX, o território Ouremense proporcionaria o nascimento de mais dois municípios, por desmembramento: Bonito e Capitão Poço. Este último pelo caráter de frente de expansão agrícola, não se prende a um passado

---

<sup>27</sup> TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação dos municípios. Universidade Federal do Pará. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, Belém. v.3, jan/jun. de 2008, p.71.

histórico mais distante; sua formação começou na década de 40, com características de ascendência rápida e essencialmente nordestina<sup>28</sup>.

O desmembramento do território de Ourém para a criação de novos municípios é decorrente da rápida consolidação do sistema agrário na região do Alto Rio Guamá, que tem como principal agente transformador a mão de obra nordestina, pensada pelas políticas do período, políticas essas que estão intimamente ligadas à criação do Terra Indígena e ao modo de vida do Povo Tembé.

O SPI pretendia transformar as perspectivas nativas e difundir entre eles uma razão instrumental e territorialidade hegemônica, reproduzidas enquanto um reflexo ideológico dos sentidos de soberania do Estado-nação e da própria construção/introjeção da nacionalidade brasileira. Assim, a política das reservas buscava estabelecer uma nova lógica entre os indígenas, racional e nacionalizada, que os fizesse romper com seu *modus vivendi*, sua organização sociopolítica e formas de ocupar e manejar o território<sup>29</sup>.

Nesse sentido, a formação da cidade de Capitão Poço faz parte de um processo de colonização ligado diretamente ao declínio da borracha e à implantação de políticas voltadas para o âmbito da agricultura que pudessem desenvolver e que suprissem as necessidades de produtos agrícolas da região decorrentes da escassez de gêneros alimentícios aliada ao modo de vida do Povo Tembé que estava estabelecido na região do Alto Rio Guamá. Essas políticas contaram com a participação direta de migrantes nordestinos para a região na qual se tornariam os sujeitos centrais no processo de sua ocupação junto com outros sujeitos como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, todos pressionados por um objetivo, desenvolver a região de acordo com os interesses do estado.

Para o poder público da época havia uma preocupação em colonizar a área desde os anos anteriores. No século XIX, por exemplo, já se tinha a preocupação em preencher esse “vazio demográfico” através da agricultura que seria praticada por imigrantes como os estrangeiros das mais diversas nacionalidades.

A promessa de uma “terra de riquezas” onde o migrante pudesse se estabelecer e prosperar, fez com que cada vez mais o imigrante fosse se distanciando das margens da Estrada de Ferro Bragança-Belém, formando outros núcleos populacionais baseados na produção agrícola, tudo isso já em meados do século XX.

Nesse período, os governos brasileiros foram orientados pelo Plano de Desenvolvimento da Amazônia para incentivar a formação de colônias agrícolas na região, como destaca Pere Petit:

---

<sup>28</sup> CARVALHO, Ébio Alves. **A História da Educação em Capitão Poço**. 1.ed. Belém: QI Propaganda e Marketing Ltda, 2002, p.18.

<sup>29</sup> RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. Viver na reserva, ressignificar a tutela e r-existir perante o SPI: o que os Tenetehar-Tembé contam dessa história? **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia, vol. 35, n.2, p.67-100, jul./dez. 2022, p.78-79.

Após o fim da II Guerra Mundial (1945), muitos seringais da Amazônia foram novamente abandonados, permanecendo na região muitos dos soldados da borracha. Os que se fixaram no Pará, optaram principalmente por Belém, Santarém e pela região Bragantina. Neste último caso, alguns deles receberam terra e apoio econômico do governo estadual que pretendia, assim, incrementar as atividades agrícolas nos municípios dessa região paraense<sup>30</sup>.

A região do Alto Rio Guamá se tornou a porta de entrada para o migrante que chegava em busca de terras férteis procurando se estabelecer no local. O mesmo via a região como grande oportunidade para conquistar sua independência financeira, tornando essa área, anos mais tarde, um dos municípios mais influentes na economia agrícola da região do nordeste paraense. O imaginário absorvido por grande parte dos migrantes nordestinos sobre uma terra de riquezas, propícia para a agricultura, adequava-se com os incentivos dos poderes públicos para a produção agrícola, já que em fins do século XIX e início do XX, a produção era baixa, levando-se em consideração o espaço demográfico que era muito extenso.

Com o declínio do preço da borracha, o imigrante que chegava e percebia a imensidão de terra a ser explorada, via a área como uma grande oportunidade para se investir na produção agrícola de que tanto o Estado do Pará e a região amazônica demandavam. Nesse sentido, esse processo de colonização foi mais efetivo às margens da Estrada de Ferro, porém no decorrer dos anos, com a necessidade de aquisição de novas terras, aumentava cada vez mais a entrada das famílias nas regiões mais distantes da Estrada de Ferro, principalmente quando se tem a desativação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB).

É notável que o estabelecimento das famílias vai passando por mudanças e as mesmas passam a procurar novos lugares para se estabelecer, gerando o que Penteadó chama de saturação da zona bragantina. Já que, no século XX, sobretudo a partir de 1945, a região do nordeste paraense, como a zona bragantina, vai sofrer com novas levas de migrantes principalmente cearenses, que vêm para a região à procura de melhores condições de vida.

Com a política de municipalização, a criação da BR-010 e o avanço na agricultura familiar com uma conotação capitalista, tais migrantes ajudam a promover o surgimento de novo município, Capitão Poço/PA, no ano de 1961, fruto da saturação da zona bragantina e as políticas de colonização pensada para o Alto Rio Guamá. Contudo, esse avanço na agricultura e das políticas desenvolvimentistas pensadas para o Alto Rio Guamá, houve consequências drásticas para os sujeitos já estabelecidos na área, principalmente quando nos referirmos aos indígenas Tembé. Não demorou para que as frentes de ocupação, necessitando de mais terras

---

<sup>30</sup> PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: elites e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 63.

para o plantio e a chegada de mais migrantes para a região adentrassem o Território Indígena Alto Rio Guamá – TIARG, gerando conflitos agrários violentos que até os dias atuais fazem parte do cotidiano dos indígenas Tembé.

### 1.3 ALTO RIO GUAMÁ E A COMUNIDADE QUILOMBOLAS DE NARCISA

A ocupação da região do alto Rio Guamá, localizada na Zona Fisiográfica Guajarina, não esteve em disputa somente entre indígenas e nordestinos, outros sujeitos como os ribeirinhos das comunidades Carrapatinho, Igarapé-Açú, Pacuí-Claro, Caranandeuá e os quilombolas da comunidade de Narcisa já se encontravam presentes na região desde o século XIX e mantiveram uma relação amistosa e próxima dos Tembé.

No caso específico dos quilombolas, os conflitos agrários em suas terras passaram a existir após a chegada dos nordestinos, muitas vezes financiados pelo poder público. É importante notar e reconhecer esses sujeitos para compreender que a região sempre esteve em disputa a partir das expansões agrícolas e a chegada dos migrantes à região, envolvendo não só os indígenas, mas ribeirinhos e quilombolas.

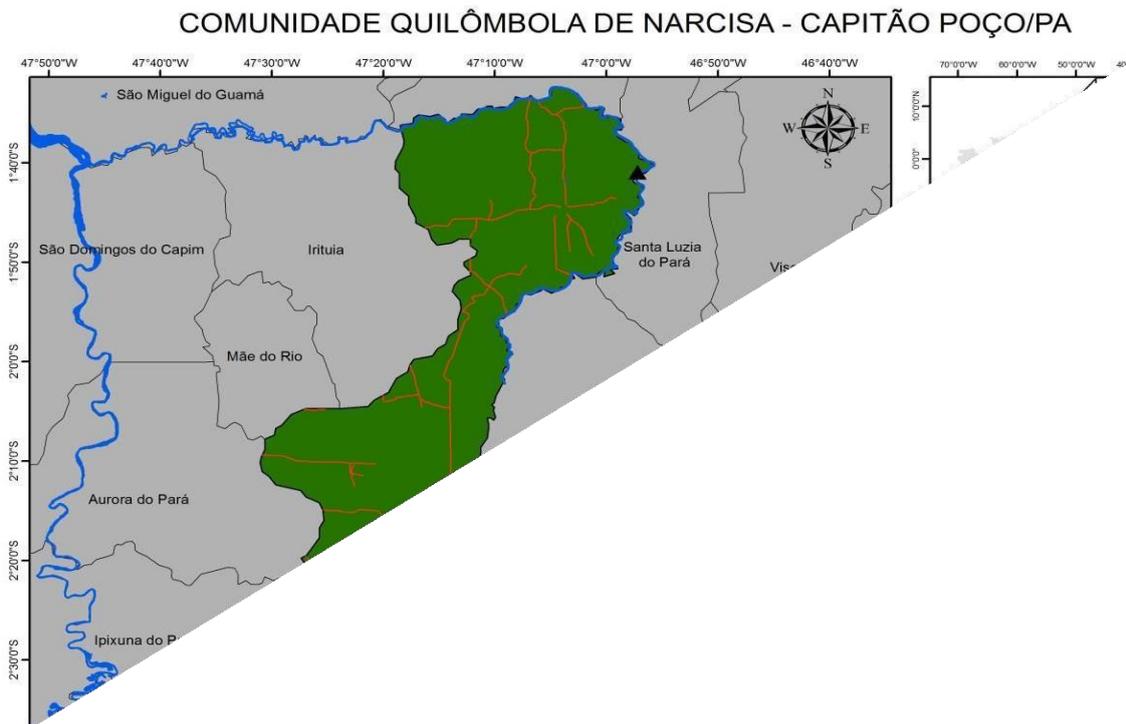
A comunidade Quilombo Narcisa está localizada no ramal que se conecta com a Rodovia PA 124, a qual liga os municípios de Capitão Poço e Ourém (Figura 2). A área territorial que a comunidade ocupa atualmente compreende uma estreita faixa de terra de 120,0530 hectares registrada em nome do senhor Marcedônio Lucas dos Santos.

A construção do território de Narcisa é realizada, a partir da fuga do cativo e da formação do quilombo (...) os negros apropriaram-se das terras de Narcisa, e nesta terra fizeram roças, construíram suas moradas e casas de forno para beneficiamento da mandioca, resistiram a diversos e contínuos assédios de capitães do mato, de tropas do governo e a toda série de perseguições empreendidas com objetivo de destruir o quilombo. A fuga para as matas e o posterior retorno para reconstruir o quilombo era uma das estratégias de resistência dos negros, que somado ao trabalho na terra, e a comercialização do excedente dos frutos deste trabalho foram os fatores determinantes para construção e manutenção do território de Narcisa<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> PETRÔNIO, Medeiros. **Quilombo de Narcisa: Territorialidades, Limites de Respeito e Narrativas de expropriação**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Pará. PPGCS, 2010, p.137.

Figura 2 - Mapa do Município de Capitão Poço/PA e a localização da comunidade de Narcisa



Fonte: Sodré, 2015.

A terra foi arrecadada e matriculada, segundo Conceição Sodré, no “Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – Comunidade Remanescente de Quilombo de Narcisa” (2010), publicado no Diário Oficial da União em oito de outubro de 2012<sup>32</sup>, porém a comunidade estava inserida no perímetro da chamada Gleba Capitão Poço que foi arrecadada e matriculada em nome da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em fins da década de 1980 e início de 1990, que realizou a demarcação e distribuição dos lotes individuais para os agricultores neste período. Porém os quilombolas da comunidade Narcisa já se encontravam desde o século XIX presentes na margem esquerda do Rio Guamá. Esse processo de construção da comunidade se dá pelo contexto no qual o estado brasileiro procurava impedir o acesso dos camponeses à propriedade da terra através da Lei de Terras de 1850.

A partir do estabelecimento do território de Narcisa o relacionamento com outros povos, tanto os indígenas do Alto Rio Guamá, quanto os nordestinos, intensificaram-se e também geraram conflitos com relação à terra ocupada pelos quilombolas, como afirma Petrônio.

<sup>32</sup> SODRÉ, Raimunda Conceição. “AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas. 2015, p. 26.

Áreas utilizadas há décadas pela comunidade, foram invadidas por colonos vindos do Ceará com apoio do poder público também local (...) o prefeito Manoel Apolônio que de fato foi o terceiro prefeito a governar o município de Capitão Poço, prestou apoio à entrada e fixação de colonos nas terras onde desde o século XIX era ocupada e utilizada pela comunidade<sup>33</sup>.

Percebe-se que os contatos entre colonos nordestinos e quilombolas e os indígenas nem sempre foram muito amistosos, pois existia a disputa territorial e afirmação de identidade por esses grupos, principalmente quando remete ao pioneirismo na região. Tais contatos foram fomentados pelas elites políticas regionais, o que causou ainda mais exclusão desses povos (indígenas e quilombolas) e a autoafirmação de pioneiros da cidade de Capitão Poço por parte dos nordestinos. Isso é refletido na medida em que os colonos recém chegados à região passam a ocupar cada vez mais territórios que já eram ocupados por comunidades tradicionais, a exemplo a comunidade de Narcisa.

Assim, as terras da comunidade que há várias gerações eram utilizadas como áreas de roça pelos moradores, foram expropriadas pelos colonos com apoio do Estado, e a Luiz Marques da Silva (Luiz da Mata) sucederam, Osmarino (Meireles da Silva) e outros colonos que também se apropriaram de terras de Narcisa. Na década de 1980, os moradores de Narcisa tiveram que assistir as terras, que foram expropriadas do seu território, serem legalizadas, pois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia do governo federal, iniciou os trabalhos de regularização fundiária na região<sup>34</sup>.

Nota-se que o processo de ocupação das terras concernentes à comunidade de Narcisa, na região de Capitão Poço é fruto de um processo de política de estado que atribui ao migrante o papel de agente desenvolvedor e às comunidades tradicionais o de atrasadas. Sendo assim, essas ocupações tiveram consequências críticas para os moradores de Narcisa, visto que grande parte de suas terras foi ocupada e vendida posteriormente aos fazendeiros da região, restando à comunidade apenas alguns hectares de terra registrados em nome de Macedônio Lucas dos Santos (Quadro 1).

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>34</sup> PETRÔNIO, Medeiros. **Quilombo de Narcisa: Territorialidades, Limites de Respeito e Narrativas de Expropriação**. (Mestrado em Antropologia). – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, 2010, p. 50.

Quadro 1 - Áreas regularizadas pelo INCRA na Gleba Capitão Poço, ano de 1979

Lote nº	Beneficiário	Área total	Processo INCRA nº
281 – A	Luiz Marques da Silva	34,9420	3496/79,1.094/83 e 069/96
206 – A	Osmarino Meireles da Silva	24,9345	1092/83-Expedido TD/Nº 1228
230 – A	Francisco Carmo dos Santos	23,7570	1097/83-Expedido TD/Nº 1227
230	José Meireles da Silva	23,7410	3.376/78-Expedido TD/Nº 1770
230 – B	Alberto Viana Coutinho	23,1500	1093/83
518 – A	Manoel Félix da Silva	36,2535	Processo não identificado
581	Antônio Félix Pereira	756,0000	3892
412	Raimundo Mendonça dos Santos	50,3875	TD/Nº 1819
169 – A	<b>Macedônio Lucas dos Santos</b>	<b>120,0530</b>	92/83-Expedido TD

Fonte: “Relatório Técnico de Vistoria, comunidades quilombolas de Narcisa”, INCRA 2008, Engº Agroº Júlio Bezerra Martins. (Legenda: TD = Título Definitivo).

Segundo Medeiros Petrônio<sup>35</sup>, as reivindicações do território da comunidade de Narcisa são em torno de 618.9320 ha, território esse que foi ao logo dos anos expropriado restando apenas 120,0530 ha registrados em nome do beneficiário já mencionado. Esse processo de expropriação do território ocasionou a saída de muitas famílias da área, e essa tomada teve um aspecto negativo para à comunidade. Muitos que nela moravam passaram a residir no território indígena dos Tembê, com os quais mantêm relações amistosas ao longo dos anos, inclusive com alguns casamentos entre ambos os grupos.

A narrativa histórica dos quilombolas de Narcisa é uma em meio a tantos outros casos que ocorrem na região amazônica a partir das décadas de 1960 a 90, onde a política de estado considerava povos tradicionais como “atrasados” e “inferiores”, trazendo para esses povos consequências devastadoras e, na maioria das vezes, ameaçando suas existências. A comunidade de Narcisa, o Território Indígena Alto Rio Guamá e as comunidades tradicionais que estão inseridas na Gleba Capitão Poço fazem parte de um intenso processo de transformações, permeado pelas políticas de colonização efetivadas no Alto Rio Guamá a partir da década de 1940 para o desenvolvimento agrário.

Em meio a essas transformações geográficas e econômicas na região, temos o migrante nordestino que, no primeiro momento, torna-se a peça principal no tabuleiro para o Estado colocar seus planos em prática. Longe de casa, isolado e com pouco recurso financeiro, não se absteve de dominar os espaços a ele concedidos, tornando-se até uma incógnita para alguns e

<sup>35</sup> PETRÔNIO, Medeiros. Op. Cit., 2010.

dependendo do lugar em que se está inserido, o nordestino é o principal responsável pelas transformações ocorridas no Alto Rio Guamá ou apenas sujeito nesse processo de ocupação?

Desse modo, não podemos negar que ambos os sujeitos estabelecidos na região participaram na construção de um novo espaço de convivência, marcado por conflitos, porém, também com participações no desenvolvimento agrário e econômico do município de Capitão Poço/PA, a ponto de a economia do Alto Rio Guamá possuir ao menos dois momentos importantes para o seu desenvolvimento econômico no século XX, os quais fizeram parte de um processo de amadurecimento da economia e diversidade geográfica da região.

O primeiro, baseado no extrativismo local e nas políticas de incentivos para o desenvolvimento da agricultura proposta aos indígenas pelo órgão na época, o SPI, que inseriu o modelo de práticas de agricultura no Posto Indígena Tembé para o aprimoramento do manejo agrícola da região, sendo a produção das famílias indígenas dirigidas para atender a comunidade e o mercado regional, gerando incentivo à agricultura.

O segundo momento remete à chegada dos nordestinos na região e suas práticas agrícolas principalmente voltadas para as culturas temporárias, como a malva em 1960, e culturas permanentes, como a pimenta-do-reino em 1970, além do cultivo da laranja na década de 1990 e suas expansões agrícolas apoiadas pelas políticas de Estado, tendo como base o desenvolvimento agrícola e as frentes de expansão.

Nesse capítulo, procurei explicar sobre os sujeitos envolvidos no processo de transformação que ocorre no nordeste paraense, tendo o município de Capitão Poço/PA como principal referência nesse primeiro momento, visto que as demais situações que permeiam os variados sujeitos surgem a partir da chegada dos nordestinos ao município e as políticas aplicadas pelo Estado visando o desenvolvimento da região.

Tendo como fundamento o processo da chegada dos nordestinos à região, é possível agora tratar de um grupo mais específico, os indígenas Tembé e conflitos agrários pelos quais passaram durante o processo de colonização, em meio às práticas educacionais pensadas em sua estrutura a partir dos indígenas e para os indígenas. Afinal, é possível perguntar: o Ensino de História pode responder questões relacionadas aos conflitos agrários? Como relacioná-los? Como o fazer? É nesse emaranhado de perguntas que o Profhistória me faz refletir durante as discussões que me propus nos últimos meses e espero chegar a um resultado coerente com esse trabalho.

## CAPÍTULO II

### CONFLITOS AGRÁRIOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA EM MEIO À VIOLÊNCIA NA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ/PA

A disputa pela terra e os inúmeros conflitos e relatos de violências sofridos por diversas famílias fazem parte do cotidiano da população que vive no Estado do Pará. Narrativas sobre assassinatos, perseguições, conversas “escondidas”, noticiários descrevendo as violências sofridas pela população no campo são recorrentes em cidades do interior do estado ou zonas de disputas territoriais.

O Estado do Pará, como muitos estados da região amazônica, foi alvo de políticas de ocupação durante o século XIX, século XX e, ainda nos dias atuais, em pleno século XXI, é alvo de discursos que simplesmente ignoram as populações aqui já estabelecidas, como povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros, tudo em nome de um desenvolvimento modernista criado para fomentar zonas de produções agrícolas sem um estudo adequado que vise garantir as sobrevivências das populações nele existentes.

Os conflitos por terra dentro de um território,<sup>36</sup> como ocorre na Zona Guajarina, efetivam-se por práticas e discursos violentos, de forma física, simbólica e ideológica, pois a necessidade de um grupo se estabelecer e autoafirmar muitas vezes inviabiliza ou invisibiliza outros agentes sociais, como vem acontecendo em Capitão Poço. Como afirmar quem foi a primeira criança que nasceu nessa cidade se os registros já apontam certidões de nascimento de indígenas e outras famílias paraenses na década de 1920? Como sustentar que toda dinâmica comercial em Capitão Poço só ocorreu a partir da chegada dos nordestinos se na região já se tem registros de comércio desde o século XIX?

As disputas por território também são reveladas no campo da história oficial, pois quem tem o poder de afirmar sua história, sempre conta da forma que lhe convém, e é por essa e tantas outras histórias forjadas no campo do saber que este trabalho foi sendo mobilizado, considerando-se as experiências docentes forjadas nas escolas indígenas de educação básica.

---

<sup>36</sup> Cf. Porto-Gonçalves (2006), o território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida. Ver: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*, v. 1, p. 151-197, 2006.

Os discursos por parte dos nordestinos que “apagam” esses outros povos da história de Capitão Poço são compreendidos na medida em que se tem a necessidade de autoafirmação na criação de uma identidade local, exaltando-os como pioneiros, calcado na ideia de que o desenvolvimento econômico ocorreu a partir de sua chegada. Estes discursos vão ao encontro das propagandas que no país valorizavam o migrante, os deslocamentos de grupos como os nordestinos que se autoafirmavam no pioneirismo local. Natália Araújo de Oliveira, ao tratar desse discurso no contexto de Mato Grosso, já afirmara: “Era recorrente a necessidade de autoafirmação em ser pioneiro e ser importante não só para Nova Xavantina, mas para o país, já que eles eram construtores da nação, segundo a posição que Getúlio Vargas propagava”<sup>37</sup>.

Sou filho de nordestinos cearenses naturais de Coreaú/CE e Senador Sá/CE, uma em mais de mil famílias que se aventuraram nas levas de migrações que ocorreram na segunda metade do século XX em busca de melhores condições de vida, no trabalho da agricultura familiar voltada para abastecer o mercado externo. Essa segunda leva de migrações que ocorreu a partir da metade do século XX, da qual minha família também faz parte, é só mais uma história entre outras que fazem parte do discurso do pioneiro em Capitão Poço.

Refletindo sobre meu percurso pessoal e familiar, que me tornei um professor, para o orgulho de minha mãe, que também era professora, relembro que tive que lidar com o desdém de outros familiares que ainda hoje me criticam por não ter focado todos os meus esforços nos terrenos da família, embora eu ainda mantenha algumas culturas como pimenta-do-reino, laranja e limão. Obviamente, não é fácil lidar com algumas questões, como as divergências entre as narrativas sobre o desenvolvimento da região e os discursos sobre as populações e seus papéis no crescimento econômico do Estado, pois sou filho de imigrantes nordestinos e desde 2017 trabalho em uma área indígena, onde atuo na educação básica do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, bem como na 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio na Terra Indígena Alto Rio Guamá, lecionando História. Então convivo com os discursos em torno do pioneirismo de algumas famílias de nordestinos em Capitão Poço, mas sempre me deparo com as questões levantadas pelos indígenas, embora poucas são as pessoas dispostas a acompanhar os debates sociológicos e historiográficos sobre os problemas de colonização no Alto Rio Guamá, que envolvem diretamente nordestinos, indígenas e quilombolas, assunto que venho debatendo desde a graduação.

---

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Natália Araújo. Mitos de Origem e Memória Coletiva: Um estudo de grupos que migraram a partir de políticas oficiais de colonização para uma cidade legal brasileira. *Pós*, ano 2013. v.12. p.267-297.

Portanto, o objetivo deste trabalho não é o de marginalizar os nordestinos e enaltecer os indígenas e quilombolas, tampouco reescrever uma história tida como verdadeira, mas o de debater um tema que faz parte da história do município e de âmbito nacional. Afinal, faz parte do ensino de história o enfoque sobre os diversos povos existentes na Amazônia e sua paulatina inclusão no que deveria ser o “nacional”. Portanto, questionar o porquê o discurso de pioneiro ter marginalizado outros agentes sociais existentes na região e como se dão as disputas territoriais são extremamente importantes para reconhecermos o papel desta gama de sujeitos, suas demandas e lógicas de ocupação do território. Afinal, o processo de ocupação das terras do Alto Rio Guamá está intimamente ligado com as disputas territoriais entre indígenas, quilombolas e nordestinos, incrementadas pelas investidas do Estado e grupos econômicos emergentes, e isso é refletido nos discursos dos pioneiros. A ideia falsa de que indígena não trabalha, indígena é preguiçoso, infelizmente ainda é muito forte e recorrente na cidade de Capitão Poço.

Como demonstrado anteriormente, a ocupação das terras de Capitão Poço faz parte de um plano de desenvolvimento agrícola pensado desde o início do século XX envolvendo os mais diferentes sujeitos que já habitavam a região entre os rios Guamá, Piriá e Gurupi, entre eles os indígenas Tembé. Talvez, nesse processo, estes tenham sido a parte da população que mais sofreu o impacto do processo de colonização durante praticamente todo o século XX. Benedito Emílio Ribeiro e Márcio Meira, ao analisarem criticamente as ações tutelares do SPI entre o Pará e o Maranhão, já apontavam como o trato com os indígenas era estratégico para os planos do Estado:

Realizando primeiramente o trato dos indígenas, o SPI poderia depois ampliar o controle sobre outros sujeitos locais, a exemplo de colonos e populações negras das comunidades próximas (como Camiranga, Bela Aurora e Itamoari). Essa região era estratégica por suas zonas auríferas no alto rio Piriá e pelas extensas áreas para criação de animais e plantação de lavouras, no lado maranhense. O SPI poderia operar em diversas frentes para realizar a pacificação e assistência dos indígenas e sua transformação em trabalhadores nacionais que rendessem economicamente ao Estado-nação.<sup>38</sup>

Os Tembé foram estratégicos para o SPI, inclusive como aqueles que poderiam auxiliar na pacificação de outros grupos indígenas, dentro de um objetivo maior de sua utilização para o trabalho e paulatina assimilação à sociedade nacional.

Percebemos que o Estado entendia a região como fronteira em expansão, sendo necessário efetivar sua presença e influência nesses sertões através do SPI. Logo, os tenetehar-tembés foram inseridos como atores importantes no auxílio para a

<sup>3838</sup> RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva; MEIRA, Márcio. “Tudo era área indígena”: território, exercícios tutelares e processos de r-existência entre os tenetehar-tembés no século XX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-25, maio/ago. 2021, p. 5-6.

pacificação dos ka'apores. Considerados em franco processo de assimilação à sociedade nacional, e recebendo assistência dos postos indígenas na região, os tembé poderiam mediar as ações tutelares do órgão junto aos ka'apores, e depois aos timbiras, e empreender a atração destes para as cercanias dos postos.<sup>39</sup>

Ao mesmo tempo em que eram importantes para os projetos assinalados, houve um processo de apagamento destes povos, pois se tratava à época de investidas na sua assimilação e transformação em trabalhadores nacionais, frente ao qual os “pioneiros” e os discursos que os exaltavam como formadores dos municípios que foram surgindo atuaram fortemente. É a partir de 1945 que temos as primeiras famílias nordestinas se estabelecendo na região que mais tarde viria a ser a cidade de Capitão Poço.

Inicialmente, durante as primeiras chegadas dos nordestinos, segundo o Sr. Francisco Gregório as famílias nordestinas não tiveram problemas com os indígenas Tembê no início do processo de ocupação das terras de Capitão Poço, só posteriormente, com os avanços das madeiras e terrenos para pastagens é que essa ocupação passou a gerar conflitos.

Eu vim do Massapé mais o meu sogro em cinquenta e seis, com a mente de ir para o Amazonas (...) passei três anos no Maranhão, depois vim para cá em 61, no mês de Novembro (...) nós chegamos em Belém, aí se acampamos por lá, aí os pessoal diziam Capitão Poço é uma colônia muito boa, muita mandioca, muita produção, o pessoal sempre vão por aí (...) eu cheguei aqui, estava o Edimilson, o Gabriel há tempo que morava por aqui, desde o Ceará que eu via falar nesse Gabriel (...) Passei três anos aqui e fui ao Acre tirar leite da seringa. Passei dois anos lá depois voltei por aqui, onde estou até hoje.

(Francisco Gregório).<sup>40</sup>

Contudo, nos idos de 1970 em diante, com o avanço cada vez maior das frentes agrícolas, a falta de demarcação e homologação da Terra Indígena e a criação de novos municípios como Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá, tornou-se constante cada vez mais o avanço em direção às terras indígenas.

As famílias que juntaram-se formando o Assentamento Quintino Lira tinham vindo de outro conflito de terra. A área a qual ocuparam fazia parte de uma reserva indígena localizada na comunidade do Bacaba, fronteira entre os municípios de Santa Luzia do Pará e Capitão Poço. Os indígenas da etnia *Tembê Tenetehara* alegavam que as terras faziam parte do seu território, diante disso, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI deu parecer favorável aos indígenas. Com a desapropriação das famílias das terras indígenas, estas ficaram às margens da rodovia PA 246, nas proximidades da Gleba Pau de Remo<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> RIBEIRO; MEIRA, 2021, p. 5-6.

<sup>40</sup> Entrevista realizada com o Sr. Francisco Gregório da Silva, 80 anos, natural do Ceará, da cidade de Massapé, ex-prefeito e pioneiro da cidade de Capitão Poço, em sua residência no dia 15 de maio de 2016.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Antônio Jefferson Paiva. **A Escola e a Terra, Ensino de História e Educação em situações de conflitos nas séries iniciais da escola José Valmeristo, assentamento Quintino Lira/Santa Luzia do Pará.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em Ensino de História, Ananindeua, 2021, p. 27.

A exploração da madeira, a pecuária, a agricultura extensiva a partir da década de 1970 a falta da demarcação e homologação da Terre Indígena Alto Rio Guamá, tudo isso facilitou a ocupação das áreas indígenas por posseiros, fazendeiros e pequenos agricultores, gerando conflitos acentuados entre esses agentes e os indígenas Tembé ao longo dos anos, conflitos esses que perduram até os dias atuais (Figura 3).

Figura 3 - Caminhão incendiado pelos indígenas Tembé na aldeia Bacaba entre os municípios de Santa Luzia do Pará e Capitão Poço, resultado da constante ocupação das terras indígenas por posseiros na aldeia Bacaba, 1997



Fonte: Arquivo pessoal (Enivaldo Tembé, 2023).

Os conflitos pela posse da terra são acompanhados na medida em que o comércio da região vai crescendo e abrangendo áreas cada vez mais distantes. Outro ponto que favoreceu a aproximação dos indígenas com os não-indígenas foi o processo de conflitos entre indígenas e posseiros no Alto Rio Guamá. Boa parte desses conflitos é explicada pela demora na homologação e demarcação das terras e, portanto, de uma fronteira, favorecendo a invasão de posseiros. Assim, ficava muito difícil, como afirmou o Sr. Clemente, “saber quem era terra de índio e quem não era”.

Mesmo com esse sistema de comércio desde a época do SPI entre colonos e indígenas, as relações nem sempre foram amistosas, até porque a demarcação da TIARG só foi concluída

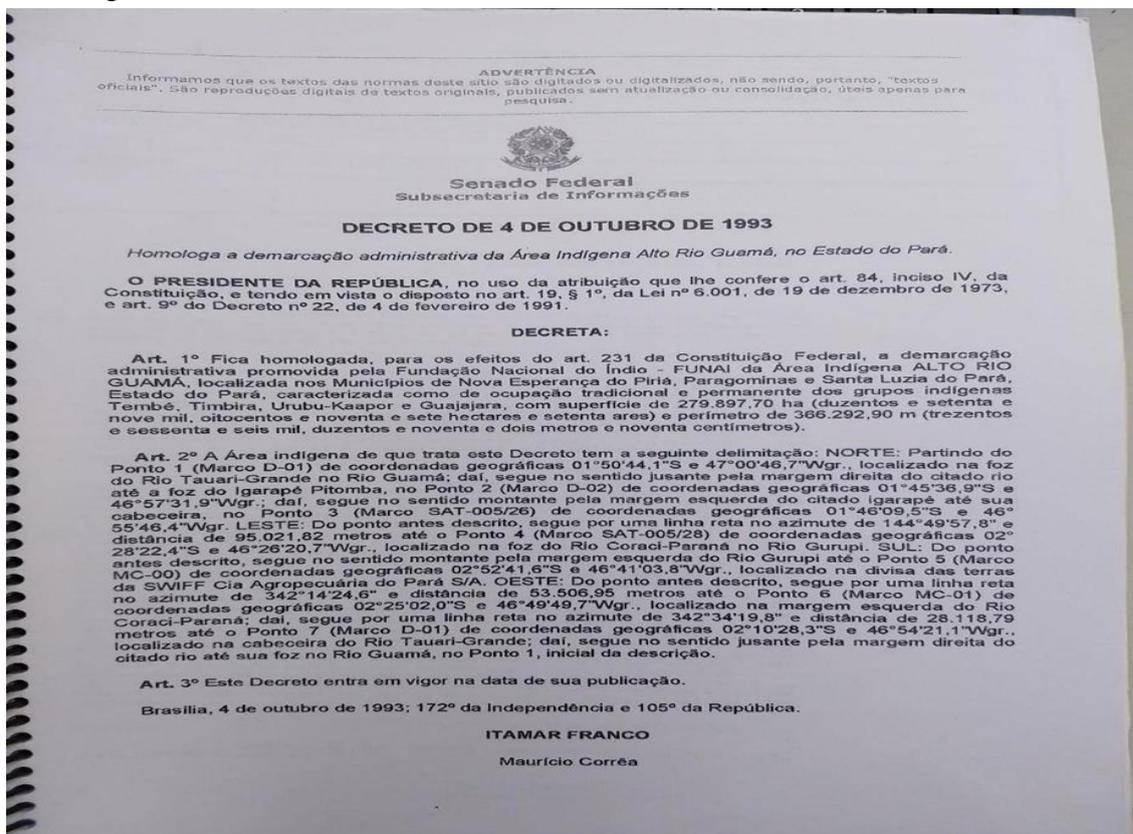
em 2013/14<sup>42</sup>, e com isso muitos posseiros nas décadas de 70, 80, 90 e 2000 invadiram o território indígena, causando disputas por terra. O decreto de homologação das terras indígenas do Alto Rio Guamá, em 4 de outubro de 1993, não freou os conflitos na região (Figura 4). Povoados haviam se formado no entorno e até dentro da reserva, dificultando proteger suas fronteiras. Com isso, a exploração ilegal da madeira e o avanço na área para pastagens ou roçados continuou sendo um problema muito grande para os indígenas.

De acordo com o Tembé Clemente Cruz dos Santos (seu Kelé), os indígenas viviam sempre em tensão com os posseiros, mesmo após a homologação das terras, principalmente na fronteira da reserva com o município de Garrafão do Norte, na comunidade conhecida como Livramento. Segundo o Sr. Clemente, eram comuns essas invasões, principalmente pela falta de monitoramento da área ou por acordos entre madeireiros, posseiros e indígenas, sempre visando a venda da madeira ou a área para pastagens. Essas invasões foram se acentuando cada vez mais a partir do momento em que foram “abrindo” novas estradas.

---

<sup>42</sup> A demarcação da Terra Indígena Alto Rio Guamá acontece nas décadas de 80/90, tendo sua homologação em 1993, porém, a Fazenda Irmãos Coragem do fazendeiro Mejer só é definitivamente desapropriada e entregue aos indígenas em 2014. Grifo meu.

Figura 4 - Decreto de 04 de outubro de 1993, garantindo a demarcação e homologação das terras indígenas do Alto Rio Guamá



Fonte: Cedida pelo Sr. Clemente Cruz dos Santos (Kelé Tembé), 2023.

A construção das estradas Belém-Brasília, Pará-Maranhão, Bragança-Vizeu, entre outras, facilitou a chegada de novas frentes de expansão na região e cada vez mais próximas da Reserva. Nesse sentido, os planos de desenvolvimento e a política de incentivos fiscais favoreceram e aceleraram a concentração de terra nas mãos dos fazendeiros e empresas madeireiras, causando a expulsão de muitos posseiros da região, principalmente do Nordeste. Uma das regiões mais afetadas foi sem dúvida a TIARG. Destaco um relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará (IDESP), de 1990, citado por Sara Alonso:

Nos últimos 25 anos, a Amazônia, e particularmente o Estado do Pará, tem sofrido intensas modificações na estrutura de posse de seus territórios. No caso paraense, a composição do quadro agrário estadual que, de certa forma, até 1960, não havia passado por mudanças relevantes, modificou-se substancialmente a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília. De 1960 a 1985, os estabelecimentos agropecuários no Pará, intensificando significativamente, o processo de concentração fundiária (...). Contingentes expressivos de trabalhadores rurais, principalmente dos estados do Maranhão e do Ceará, para cá vieram em busca de terra disponível, engrossando a frente nordestina que desde meados do século já vinha ocupando a região (...). Esses fatos acabaram transformando o meio rural paraense num palco de múltiplas tensões sociais, cuja violência resultante, expressa numa estatística trágica de conflitos e

mortes nas disputas pela terra, tem superado todas as ocorrências registradas nos demais<sup>43</sup>.

Segundo colonos da região próxima à TIARG, eles se veem obrigados a muitas vezes vender suas “posses”, passando a trabalhar nas fazendas ou com os madeireiros ou até mesmo procurar novas terras para plantar, muitas vezes nas proximidades ou dentro da Reserva Indígena, que conforma a maior parte da terra disponível nessa região, recorrentemente associada à ideia da terra “sem dono” ou como propriedade do governo, algo que estimula sua ocupação.

Isso resultou de um avanço no capitalismo agrário nessa região, obrigando as pessoas a adentrarem sempre mais à procura de novas terras, havendo um grande conflito interno entre posseiros, indígenas e quilombolas, que lutam até hoje pela garantia de seus direitos, a exemplo da Batalha do Livramento, um dos conflitos mais árduos já travados pelos indígenas Tembé contra invasores em suas terras. Uma vez que os conflitos por terra fazem parte da realidade vivida na região, envolvendo diversos agentes sociais com os mais diferentes objetivos, como fica o papel da escola nesse contexto e em que sentido ela pode desenvolver o senso crítico dos discentes e repercutir as lutas dos grupos, colaborando para a afirmação de suas identidades? De forma mais específica, como a escola pode se transformar em um espaço de produção de conhecimento e defesa de direitos, nesse caso, os direitos dos povos indígenas à terra e à vida? Como no Ensino de História pode ser enfocada essa temática dos conflitos pela terra em uma área indígena? Tais questões motivaram a produção de planejamento para o ensino de história na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Anexo Jacaré, localizada na Aldeia Jacaré no Alto Rio Guamá, dado que sua comunidade vivencia até os dias atuais cenas de conflitos agrários; pais, filhos e netos que estudaram ou estudam na escola participaram ao longo dos anos dos mais diversos conflitos existentes na região disputada desde fins do século XIX.

É importante notar que algumas aldeias indígenas distribuídas no território indígena até o final da década de 80, não eram conhecidas por nomes relacionados a cultura Tembé, mas sim, por lugares; então quando alguém perguntava: aonde você vai? era comum ser respondido “vou a tal lugar”, porém antes da aldeia ter seu nome mudado para Jacaré, era chamado de Luciano –referência ao antigo morador que residiu naquele lugar, assim como ao igarapé que levava o mesmo nome<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará (IDESP). A Ocupação do Solo e do Subsolo Paraense. **Pará Agrário**, Edição especial. Belém, 1990, p. 1, apud: ALONSO, Sara. Op. Cit., 1996, p. 41.

<sup>44</sup> Informações obtidas através de uma conversa com o Sr. Raimundo Nonato da Silva, na aldeia Jacaré no dia 18 de setembro as margens de sua residência.

Segundo as histórias contadas pelos indígenas da aldeia Jacaré, o nome de aldeia Jacaré foi escolhido por causa do grande número de jacarés que no período das chuvas subiam o igarapé para procriação, onde se encontra hoje a aldeia, que se localiza geograficamente a margem direita do igarapé, tendo como limite o Rio Guamá, local estratégico como forma de resguardar uma parte da reserva contra possíveis invasões.

A educação escolar na aldeia surgiu da necessidade de escolarização percebida por membros da comunidade, pois queriam que seus filhos pudessem adquirir conhecimentos para acompanhar as transformações que estavam ocorrendo na sociedade e a educação era a porta para a luta com o mundo exterior (extra comunidade/reserva/“mundo dos brancos”), visto que a família que quisesse colocar seu filho para estudar, tinha que mandá-lo para um lugar – conhecido como posto, hoje, Aldeia Sede, ou então o São Pedro, hoje, Aldeia São Pedro - porém existiam muitos problemas/dificuldades, tais como: Animais selvagens no caminho, igarapés e rio cheio, distância, etc.

Mediante a esses empecilhos, o Senhor Raimundo Nonato da Silva, pai do atual Cacique da Aldeia, Tazahu de Souza Silva (conhecido por “Neto”) e as lideranças (Piná, Joca, Alexandre, Kelé...), resolveram após uma reunião, começar a construir uma escola próximo ao igarapé do São Pedro (Aldeia Pirá) para melhorar a situação dos alunos da Aldeia Jacaré e Pirá.

Depois da escola está quase pronta, a comunidade entrou em contato com a FUNAI, em que foi solicitado um docente que chegou para trabalhar na Aldeia no ano de 1989, essa profissional, conhecida por professora Raiol, ajudou no término da construção da escola com alojamento junto com a comunidade. Ela trabalhou aproximadamente até o ano de 1993<sup>45</sup>.

A partir de 1993, quando a SEDUC, assumiu a educação na reserva, contratou alguns professores para trabalhar na área indígena, entretanto existiam muitas dificuldades (...) para os alunos da aldeia Jacaré chegarem à escola, em virtude dessas dificuldades, as lideranças da aldeia Jacaré e Pirá, junto com a comunidade se reuniram para conversar sobre um possível desmembramento da escola, uma vez que ficou um professor na aldeia Pirá (Carlinho) e outro para Aldeia Jacaré (Valdemir)<sup>46</sup>.

Essa vinda do professor Valdemir só ocorreu após a construção de um prédio na Aldeia Jacaré no ano de 1999, com recursos recebidos do conselho escolar do anexo Pirá, junto com a

---

<sup>45</sup> Informações obtidas através do Projeto Político Pedagógico da escola indígena Jacaré. p.15

<sup>46</sup> Entrevista com o professor Francisco Ivoneide no dia 08 de setembro de 2024 na aldeia indígena Jacaré. O mesmo junto com o professor Valdemir, foram um dos primeiros professores a atuar dentro da reserva a partir do ano de 1993, quando a SEDUC/PA assume o controle da educação escolar indígena.

colaboração da comunidade. Porém ocorreram alguns problemas, pois o prédio que foi construído na Aldeia Jacaré não era reconhecido oficialmente pela SEDUC. Então as lideranças fizeram o levantamento da quantidade de alunos da Aldeia Jacaré e levaram para à diretora da 17ª URE, Lúcia Borges, (Capitão Poço), para que conseguissem a documentação de reconhecimento da escola.

Portanto as lideranças da Aldeia Jacaré, solicitaram junto a 17ª URE e a SEDUC/PA a criação de uma portaria que pudessem registrar oficialmente a nova escola. Após o término do 4º ano de estudo de alguns alunos da Aldeia Jacaré, eles se deslocavam para estudar na Escola Francisco Magno Tembé, uma vez que as dificuldades de acesso dos alunos para chegar ao local de ensino, levou as lideranças da comunidade a conversar com o diretor da escola Francisco Magno (Senhor Alberto) naquele período, sobre a possibilidade de trazer professores para ministrar o ensino fundamental da Aldeia Jacaré; que começou a partir de 2002 e continua até os dias atuais com os níveis Infantil, Fundamental I e II e Ensino Médio.

Diante das informações, a portaria de autorização que dá início ao processo educacional na aldeia Pirá é a portaria nº: 676/94-GS, onde estudava os alunos das aldeias Jacaré e Pirá<sup>47</sup>. Já a portaria de funcionamento da Escola Indígena Estadual Jacaré tem sua portaria de funcionamento no ano de 2002 sob a portaria nº: 27077/2002. Já o ensino médio tem o início no ano de 2014 sob a portaria nº: 729270/2014.

Nesse sentido, a escola surgiu na década de 90, quando atendia em conjunto com as aldeias Jacaré e Pirá e atende cerca de 10 famílias atualmente estabelecidas na aldeia Jacaré totalizando um número de 27 alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino no ano de 2023, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Menor, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Maior e 1ª, 2ª e 3ª do Ensino Médio, estabelecidas em três turnos (manhã, tarde e noite), todas obedecendo o sistema de ensino regular.

Embora o número de professores indígenas tenha aumentado consideravelmente nas aldeias em geral na Terra Indígena Alto Rio Guamá, a escola Anexo Jacaré dispõe de apenas dois professores indígenas, sendo ambos do Ensino Fundamental Menor (1º ao 5º ano). Já no Ensino Fundamental Maior (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, todos os professores são não-indígenas, o que aumenta ainda mais a responsabilidade na prática do ensino, principalmente no que se refere ao Ensino de História e a afirmação dos valores culturais.

---

<sup>47</sup> É importante percebermos que o início de funcionamento das atividades escolares nas aldeias Pira é Jacaré data do ano 1993, contudo, a portaria de funcionamento consta só a partir do ano de 1994.

Figura 5 - Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio - Anexo Jacaré, Aldeia Indígena Jacaré, TIARG.



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2024).

Nesse contexto em que se tem um número maior de professores não-indígenas ministrando aulas para populações indígenas, há uma expectativa por parte destes povos quanto ao ensino, os conteúdos das aulas, que privilegie suas histórias e demandas, os considerem como sujeitos, reconheça suas diferenças e promova a valorização de suas culturas, a preservação de suas tradições e modos de vida, o que se define como educação diferenciada. Isso é bastante retratado em cobranças em reuniões, onde sempre é demandado que as vivências dentro da comunidade escolar como cultura, conflitos, territórios, oralidade sejam repensados pelo profissional de educação e incluídas nas aulas e atividades na escola para atender os anseios dessas populações.

As relações entre a temática conflitos agrários e a realidade da comunidade indígena Tembé no Alto Rio Guamá no contexto das aulas é evidenciada através das falas de lideranças indígenas e comunidade em geral que defendem que as memórias construídas pelo grupo sejam transmitidas aos mais novos a fim de se fazer compreender o processo de lutas sociais, reconhecer um passado em comum e valorizar uma memória coletiva. Como afirmou o cacique e professor Kamiran Tembé, ao defender que os professores indígenas devem propor algo novo,

construir conteúdos e trabalhá-los, condizentes com o que seria uma educação para o futuro dos Tembé.

O plano é a gente ouvir as pessoas mais velhas dentro disso né? O que eles pensam, o que eles acham, né? E a partir daí a gente tentar construir, né? esse cronograma de discussão para consolidar estas discussões em material, né? Eu até estava falando para ele (Félix Tembé) que é uma frustração a forma que eu vejo os professores indígenas atuando dentro da Educação Escolar Indígena. Os caras não tem conteúdos, os caras não refletem as práticas deles numa perspectiva de fato Tembé. A forma que aplica, a forma que trabalha essa didática apenas reproduz um conhecimento, não reflete, não traz algo novo, não propõe algo novo (...) nós temos que refletir a nossa prática de ensino como de fato os Tembé pensam em construir uma educação para seu futuro. Isso é o grande diferencial<sup>48</sup>.

O movimento educativo dos indígenas que ocorre a partir da década de 70 é de extrema importância do ponto de vista de se pensar em uma Educação Escolar Indígena, porque está intimamente ligado com uma maior organização do movimento indígena brasileiro, que resultou nas políticas públicas alcançadas através da CF de 88. Quanto ao Ensino de História, o caráter educacional do movimento indígena é transformador se pensarmos a partir do ponto de vista metodológico, visto que o caráter da oralidade é a chave principal para transcender as memórias dos antepassados. Portanto, de acordo com Daniel Munduruku, “o estilo indígena seria baseado na oralidade”. Nesse sentido, estamos novamente diante de um desafio que é inserir o ancião com notório saber dentro das salas de aulas e adaptar e construir os conteúdos para que essa inserção não prejudique o aluno no momento em que o mesmo for prestar o vestibular para ter acesso a um curso de nível superior ou vaga de emprego.

Portanto, uma escola indígena, situada em terra indígena, atendendo uma comunidade tradicional é um espaço não só de aulas, mas um ambiente que tem que formar e educar dentro do processo histórico e social vivenciado pela população atendida por ela.

## 2.1 A BATALHA DO LIVRAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A Batalha do Livramento foi um conflito de grande proporção que aconteceu na década de 90 e que representa as lutas pela garantia do território indígena e a consolidação da união entre o povo Tembé do alto Rio Guamá e Gurupi.

---

<sup>48</sup> Magno Kamiran Tembé. Liderança da aldeia São Pedro, Cacique, professor de História e Diretor das escolas Francisco Magno Tembé; Anexo Jacaré; Anexo Pirá e Anexo Pakotyw. Entrevista concedida no dia 20/12/2022 às 11:00 horas em sua residência.

Contudo, muitas vezes esse tema fica apenas restrito às memórias dos mais velhos, nem sempre sendo ensinado no ambiente escolar como deveria, principalmente no que se refere às aulas de história. Segundo os indígenas, está havendo um desinteresse dos indígenas jovens na participação das lutas e do processo histórico que traz suas resistências ao longo do tempo, sendo que faltam materiais didáticos que possam ilustrar e refletir, por exemplo, sobre o que foi esse conflito conhecido por Batalha do Livramento e tantos outros que ocorreram na terra indígena.

Então, assim, e principalmente expressando essa perspectiva indígena, ela ainda tem que haver muito mais mudanças ainda, porque se faz necessário, porque a escola se torna um instrumento, uma ferramenta. Não é só de aprender a ler ou escrever, entendeu? Mas a escola ela se torna um papel fundamental de refletir sua própria história de defesa dos seus direitos, da defesa territorial, educação, saúde<sup>49</sup>.

Portanto, é comum as lideranças e comunidades indígenas como um todo exigirem que sejam trabalhados os conflitos agrários dentro das aulas de História, Geografia e Estudos Amazônicos, em especial a Batalha do Livramento, que marca um feriado no calendário da comunidade, embora para os alunos mais jovens essas memórias de lutas não tenham uma grande representatividade no âmbito escolar. Assim, um primeiro ponto a considerar é compreender o sentido dessa demanda por parte dos grupos indígenas. No caso do povo Tembé, a luta pelo território, a inserção de conteúdos que ajudem a pensar os processos sociais e históricos, é muito importante.

A luta pelo território do povo Tembé é marcado né? Durante cada momento, há um período de cada momento que leva a acontecer um determinado fato, né? Se esses fatos ocorreram pelo nível de território, eles vão se tornar históricos, né? Que tudo isso enriquece a luta, a história daquele povo vivenciado, e principalmente nós Tembé que é muito caracterizado por esse conflito né? de conquistas em defesa do território<sup>50</sup>.

De acordo com Circe Bittencourt<sup>51</sup>, o Ensino de História, nas escolas indígenas, tende a se tornar mais um dos pontos em que os conflitos culturais se estabelecem, porém que ao mesmo tempo contribui para a ampliação de seu universo cultural, político e social, servindo como aquisição importante em suas novas formas de lutas de resistência dentro da comunidade indígena. Nesse sentido, as investidas que reconhecem o poder do ensino e o incluem entre as estratégias para afirmação do povo indígena, são reveladas nas ações e demandas levantadas pelas lideranças e também por professores indígenas, impulsionando que venham à tona

<sup>49</sup> Magno Kamiran Tembé. Liderança da aldeia São Pedro, Cacique, professor de História e Diretor das escolas Francisco Magno Tembé; Anexo Jacaré; Anexo Pirá e Anexo Pakotyw. Entrevista concedida no dia 20/12/2022 às 11:00 horas em sua residência.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Ensino de História para Populações Indígenas**. Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.

memórias que antes estavam submersas na comunidade. Desta feita, ao focalizar as experiências e pontos de vistas distintos sobre o que foi a Batalha do Livramento e a importância que teve esse conflito para as populações indígenas do alto Rio Guamá, este trabalho se insere neste conjunto de estratégias, sem que se perca de vista os desafios aos professores não-indígenas, como eu, atuantes nas escolas destas comunidades da reserva.

O conflito a que remetemos ocorreu na Vila Livramento e faz parte de um período que foi essencial para a reconstrução de uma identidade étnica e cultural do povo Tembé, pois marcou um momento crucial na união dos indígenas em prol da garantia de seus territórios e valores culturais.

Discutir e promover debates sobre os conflitos agrários em um território indígena não é tarefa essencialmente fácil, visto que além da falta de materiais didáticos e predominância de professores não-indígenas, há um silenciamento velado por parte de alguns indígenas sobre as “missões”<sup>52</sup>, principalmente em se tratando da Batalha do Livramento, onde os indígenas não tiveram poder de voz para denunciar os abusos sofridos tanto pelos órgãos de segurança quanto pelos invasores.

Por que agora é possível falar sobre o que aconteceu em 1996? “Porque só vocês quiseram nos ouvir”, respondeu o cacique da aldeia Sede Naldo Tembé à pergunta feita por Ivânia Neves, durante a realização do projeto Patrimônio Tembé, na TIARG, no segundo semestre de 2014, depois do cacique nos contar sobre este acontecimento que também ficou conhecido como “A Batalha do Livramento”<sup>53</sup>.

A dificuldade na exposição dos conflitos agrários ocorridos na Terra Indígena Alto Rio Guamá expõe, por outro lado, a alta demanda por se trabalhar tal temática no território indígena nos dias atuais.

O conflito em questão, A Batalha do Livramento, ocorreu em 1996 quando um grupo de aproximadamente 77 Tembé, Timbira, Guajajara e Ka’apor, em uma fiscalização da área indígena, para deter a invasão de posseiros, madeireiros e queimar a madeira apreendida da Terra Indígena, foram aprisionados e submetidos à tortura na Vila Livramento<sup>54</sup>, município de Garrafão do Norte. Segundo Nacif Ricci, “O grau de violência explícita deste caso produziu

<sup>52</sup> Missão é o termo utilizado pelos indígenas para caracterizar uma ação coletiva em prol da comunidade, seja contra os invasores de terra, madeireiros ou fazendeiros. Geralmente as missões são tratadas em relativo silêncio, onde nem todos da comunidade têm acesso a todas as informações. Tratando-se de não-indígenas, essas informações são ainda mais cerceadas.

<sup>53</sup> RICCI, Nassif Jordy Filho. **A Batalha do Livramento**: exposição e silenciamento entre os Tembé-Tenethara. Revista Moara/ Estudos Linguísticos Edição 57, Vol. 1/ ago.-dez. 2020, p. 200.

<sup>54</sup> A Vila Livramento é um povoado do município de Garrafão do Norte e é conhecida também como Vila do Pau de Remo. Grifo meu.

repercussão na mídia local e nacional. Surpreendentemente, desde então, não apareceu nem em reportagens e em nenhum dos muitos trabalhos acadêmicos produzidos sobre os Tembés qualquer referência a este acontecimento”<sup>55</sup>. Ricci produziu um dos poucos trabalhos a respeito desse conflito, o qual foi publicado em 2020, onde destaca um alto grau de violência sofrida pelos indígenas e que esse conflito não chegou a ser denunciado e tampouco destacado nas produções sobre o Povo Tembés do Alto Rio Guamá referentes àquele período.

Esse silenciamento produzido ao longo dos anos tanto pelos indígenas quanto pelas autoridades competentes sobre a violência sofrida pelos Tembés, evidencia a subalternização a que são submetidas as populações indígenas perante a sociedade na qual estava inserida. Naquele contexto ainda não havia ocorrido a homologação do território e ser um Tembés representava estar em um perigo iminente, visto que a identidade (e existência) dos Tembés era constantemente questionada. Nesse sentido, foram preservadas apenas as memórias subalternas, as quais, em momento propício a ser denunciado, foram expostas.

Portanto, a Batalha do Livramento é mais que um conflito para o povo Tembés, ela representa angústia, sofrimento e luta desse povo na defesa de seu território. Além disso, ela propicia um engajamento no fortalecimento da identidade étnica e cultural para se provar que é um Tembés, não só frente às populações que estão invadindo o território, mas também para as autoridades públicas e para seu próprio povo.

As imagens a seguir retratam indígenas Tembés presos e feitos reféns na Vila Livramento a partir de uma “missão” para fiscalizar seu território contra invasores no ano de 1996 (Figuras 6 e 7). Cabe destacar que embora as imagens apresentem referências de jornais da época, como *O Liberal* e o *Diário do Pará*, não foi possível sua localização nas plataformas e meios digitais, sendo aqui utilizadas fotos cedidas do acervo pessoal de Enivaldo Tembés.

---

<sup>55</sup> RICCI, Nassif Jordy Filho. Op. Cit., 2020, p. 200.

Figura 6 - Indígenas Tembé presos e feitos reféns na Vila Livramento, 1996



Fonte: Jornal O Liberal, edição de 30.05.1996, gentilmente cedida por Enivaldo Tembé, reprodução feita em 2023.

Figura 7 - Indígenas Tembé presos e feitos reféns na Vila Livramento, 1996.



Fonte: Jornal Diário do Pará, edição de 30.05.1996, gentilmente cedida por Enivaldo Tembé, reprodução feita em 2023.

A então missão realizada em 1996, que resultou na prisão de 77 indígenas na Vila Livramento (em Garrafão do Norte), não foi uma ação isolada e tampouco sem denúncias aos órgãos competentes, sobre as invasões que estavam ocorrendo no território indígena. Como

aponta o Mapa de Conflito, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2021), dentre as justificativas apresentadas para a ação estava “a justiça sempre deixou essas madeiras com os próprios madeireiros da região, como fiel depositário. Com o passar do tempo, a madeira sumia, os bens apreendidos também sumiam”<sup>56</sup>. Em uma Ata da Assembleia Indígena do Povo Tembé no Alto Rio Guamá, que aconteceu no dia 22 de maio de 1996, onde 31 representantes do Povo Tembé participaram para discutir sobre as invasões às suas terras, já eram denunciadas as atrocidades cometidas aos indígenas em suas terras. Diante das denúncias feitas ao Procurador do Estado do Pará e nenhuma medida efetiva sendo tomada em favor dos indígenas quanto às invasões no território, os próprios indígenas decidiram defender suas terras, como é definido na carta/denúncia:

- O Povo Tembé compreendeu que são eles que tem que se mexer e vão exigir a retirada imediata dos invasores, entre eles a fazenda Mejer.
- Que a estrada que atravessa a Reserva seja interditada e a ponte derrubada.
- Depois disso, exigir a retirada dos colonos e lutar com eles para que sejam reassentados.
- A briga entre colonos e indígenas não adianta, são os grandes que querem esta briga para depois ficarem com tudo.

A imagem abaixo é uma fotografia da página do Jornal O mensageiro em que é publicada a denúncia dos indígenas ao Procurador do Estado do Pará sobre as invasões que estão ocorrendo dentro do território indígena. Como se observa na Figura 8:

---

<sup>56</sup> Cf. Mapas de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2021), os povos indígenas Tembé lutam por soberania e proteção da TI Alto Rio Guamá. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-tembe-lutam-por-soberania-e-protecao-da-ti-alto-rio-guama/>

Figura 8 - Jornal O Mensageiro publica denúncia sobre invasões dentro do território indígena



Fonte: Jornal O Mensageiro, edição n. 85, de jan.-fev. 1994, p. 17, gentilmente cedido por Enivaldo Tembê. Reprodução feita em 2023.

Esse problema enfrentado pelos Tembê em 1996 traz um questionamento muito grande sobre a Terra Indígena Alto Rio Guamá, visto que três anos antes os indígenas tinham conseguido uma grande vitória com a homologação do território, todavia, o mesmo foi homologado com invasores dentro da área indígena. As invasões e permanências dos invasores no território custaram caro aos Tembê, que mesmo depois da homologação do território, tinham uma certa dificuldade em conseguir o apoio dos órgãos públicos para expulsar e combater aqueles que se recusavam em sair do território indígena.

Além desse problema das invasões dentro de praticamente todo o território indígena, já que os indígenas ocupavam cerca de no máximo 20% do território, a situação foi agravada quando se teve a construção de uma estrada cortando o território indígena até a fazenda Mejer. A construção dessa estrada proporcionou uma ocupação ainda maior por invasores dentro do território indígena, e diante da recusa de uma política eficiente de combate aos invasores pela FUNAI e pelo Ministério Público, os indígenas resolveram destruir a ponte que dava acesso a fazenda Irmãos Coragem, conhecida como fazenda Mejer Kabaczniak. Essa ponte ligava diretamente a Vila Livramento à fazenda Mejer, passando direto pelo território indígena. A

ponte foi destruída na ida da missão, mas quando voltavam foram encurralados e aprisionados na Vila Livramento, conhecida como Pau de Remo, em 1996.

Figura 9 - Ponte destruída pelos indígenas durante a “missão” na Vila Livramento, 1996



Fonte: Arquivo pessoal (Enivaldo Temb , 2023).

Considerando-se os conflitos mais acirrados que ocorreram na Terra Indígena Alto Rio Guamá a partir da homologa o em 1993, seguido das desintrusões e demarca es, esses processos não ficam apenas restritos aos indígenas homens, tendo as mulheres desempenhado um papel muito importante naquela situa o. Embora a luta armada de fato contra os invasores estivesse a cargo dos homens, as mulheres desempenharam um papel de liderança da comunidade enquanto os homens estavam fora das aldeias. Cuidar da casa, da roça, da educa o das crianças e estar preparada para fugir junto com as crianças e idosos nos momentos mais tensos durante as missões, demonstra o quão foi e é importante o papel desempenhado pela mulher indígena do Alto Rio Guamá.

De forma geral, nos momentos de enfrentamentos diretos envolvendo indígenas e aqueles considerados invasores de seus territórios, as mulheres ficavam nas aldeias. Havia muita tensão naquela época da Batalha do Livramento, era uma constante os conflitos por terra e, sobretudo nos conflitos armados, participavam os homens, enquanto ficavam nas aldeias as mulheres, os adolescentes, as crianças e os idosos.

(...) Todos os jovens, os caciques e os homens, eles iam pro conflito, e o que era interessante, que era geral, a união era todos. Mas o papel das mulheres era ficar no comando da aldeia, comandar a questão da alimentação, das roças de uma maneira geral, elas ficavam pra comandar a aldeia. (...) Todos eles estavam engajados na questão do conflito, porque nessa época, pelo menos o que eu via, o conflito era muito intenso, escutava ameaça de morte pra chefe de posto, índio ameaçado de morte. A questão lá era muito perigosa<sup>57</sup>.

Nos últimos anos, de 2010 até 2024, tem crescido a participação das mulheres na defesa do território, seja por meio de assembleias realizadas nas mesmas seja por sua participação nas discussões que ocorrem na ramada em tempos de conflitos. A inserção de mulheres engajadas nos conflitos cresceu e é perceptível, por exemplo, quando entre o ano de 2023 e 2024 algumas indígenas atuaram como guardiãs, participando de rondas no território junto com os homens, na defesa de suas terras.

Essa inserção das mulheres nas lutas, inclusive nas lutas armadas, vem contribuindo significativamente nas discussões sobre o papel da mulher dentro da sociedade indígena, abrindo espaços para discussões e participação ativa na defesa dos seus direitos e do conhecimento e valorização de seus ancestrais.

Retomando a história do conflito que estamos focalizando, depois da missão na Vila Livramento ser fracassada do ponto de vista da ação coletiva, com os indígenas sendo presos e resgatados somente três dias depois pela Polícia Federal, as ameaças, que já eram constantes, aumentaram cada vez mais por parte de fazendeiros, posseiros e colonos que prometiam matar os indígenas que encontrassem fora do território. Diante das constantes ameaças, os indígenas resolveram derrubar outra ponte, existente sobre o igarapé Tawari, que dava acesso direto às aldeias. Assim buscavam se protegerem das reações daqueles que lhes mandavam recados sobre possíveis ataques às aldeias, naquele contexto de alta tensão.

---

<sup>57</sup> Entrevista realizada com o professor Francisco Ivoneide, em minha residência no dia 24/08/2024, às 09:30h. O professor Francisco Ivoneide tem mais de 30 anos atuando na educação escolar indígena, entrou no território para atuar como professor das séries iniciais no ano de 1993, sendo atualmente professor do ensino fundamental menor (1º ao 5º ano) na Escola Indígena Jacaré. O mesmo vivenciou muitos conflitos e ameaças que ocorreram dentro do Território Indígena Alto Rio Guamá.

Figura 10 - Indígenas derrubam ponte sobre o igarapé Tawary, principal acesso às aldeias indígenas no Alto Rio Guamá, 1996



Fonte: Imagem gentilmente cedida por Enivaldo Temb  (1996), reproduzida em 2023.

As lutas entre indígenas e invasores não acabaram após o conflito do Livramento. Embora houvesse algumas desintru es nos anos que se seguiram, a Fazenda Mejer são foi devolvida de fato aos indígenas em 2014, marcando anos de lutas pelo território livre de invasores.

Nesse sentido, três anos após a demarca o da TI, em 1996, a Batalha do Livramento demonstrou a tensão que existia entre colonos e indígenas. Após uma grande apreensão de madeira, os Temb  do Guamá e do Gurupi se uniram e foram ao local destruir a madeira. Ao retornar, passaram pela Vila do Livramento e foram mantidos presos pelos colonos por três dias. No mesmo ano, o povo Temb  veria a decisão favorável para a devolu o da área da fazenda Mejer aos indígenas, que são se concretizou em dezembro de 2014, onde foram devolvidos 9,2 mil hectares<sup>58</sup>.

Edmilson Temb , em entrevista realizada em 2023, falou de sua percep o dos conflitos que ocorreram e ainda ocorrem dentro da Terra Indígena Alto Rio Guamá<sup>59</sup>. Conflitos esses que marcaram e marcam as lutas pela sobrevivência do povo Temb  frente às invasões sofridas. No ano seguinte, no mesmo momento em que estava ocorrendo outra desintru o (janeiro de 2024), Edmilson contou que se sentia gratificado em saber que agora a terra está finalmente “limpa”, depois de anos de lutas:

É um pouco emocionante, porque a gente se lembra tanto do momento em que a gente estava perto da família. E naquele momento, a gente está lá, naquela situa o, com

<sup>58</sup> Governo autoriza uso da Força Nacional na Terra Indígena Alto Rio Guamá. **Correio Brasiliense**, 24 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2023/04/5089748-governo-autoriza-uso-da-forca-nacional-na-terra-indigena-alto-rio-guama.html>

<sup>59</sup> Entrevista com Edmilson Temb  realizada em janeiro de 2023.

vontade de deixar uma área limpa, o território limpo, para que quando a gente partir desta vida, a gente deixasse para um filho, para um neto, para um bisneto, enfim, para quem vem pela frente. E acabou acontecendo aquilo (Batalha do Livramento). Mas até hoje, graças a Deus, não aconteceu nada. Passemos daquilo ali, mas só traz emoção aquilo ali. Então foi uma data, foi um ano que ficou marcado, pra mim como indígena ficou marcado, até hoje.

E eu tenho, às vezes eu vou pra aí e faço, que nem nós já andemos ali pra aquela fazenda lá, e eu passo lá e me lembro disso. Não tem como a gente esquecer aquele ano, até o mês com a data, não tem como esquecer.

Então ficou marcado aqui, mas só a vontade de a gente ver essa área limpa, que nem hoje eu conto, a área de Alto Rio Guamá, Gurupi, está limpa. A gente encontra um caçador, a gente encontra um açazeiro, você está entendendo, mas morando realmente não encontra ninguém. Está limpo, graças a Deus<sup>60</sup>.

A fala de Edmilson Tembê representa o anseio de todo o povo Tembê, cujo passado de lutas e conflitos fizeram parte da convivência individual e coletiva de cada um que se reconhece como Tembê e que lutou por um território livre de invasões. Nesse sentido, embora de maior destaque, a Batalha do Livramento foi apenas um entre muitos conflitos que os Tembê tiveram que enfrentar não só os invasores, mas as autoridades governamentais para provar sua legitimidade como indígenas detentores de seu território.

## 2.1 ENTRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: O PAPEL DA ESCOLA NA LUTA PELA TERRA

Apesar do Brasil se apresentar como um país que investe na educação e vem promovendo políticas públicas nessa área com o objetivo de que a educação escolar seja garantida às populações das zonas rurais, o fato é que no quadro geral a educação no país ainda apresenta grandes problemas e, no campo, eles são ainda maiores, persistindo um acesso restrito até mesmo ao nível básico de ensino. Segundo uma matéria publicada no site da Câmara dos Deputados em 2016,

O Brasil possui mais de 76 mil escolas rurais e oito milhões de pessoas em idade escolar vivendo no campo. Só que, desse total, segundo dados do Censo Escolar de 2014, cerca de 32 mil escolas foram fechadas nos últimos dez anos. (...) O índice de analfabetismo no campo é alarmante: atinge cerca de 20%. E a taxa de abandono escolar na zona rural é quase 70% maior do que na zona urbana<sup>61</sup>.

<sup>60</sup> Entrevista com o Sr. Edmilson Tembê, morador da aldeia Sede localizada na Terra Indígena Alto Rio Guamá. A entrevista ocorreu na residência de sua mãe no dia 17 de janeiro de 2024.

<sup>61</sup> FERRICHE, Elisabel e MACÁRIO, Lincoln. **Educação no Campo sofre com fechamento de escolas e elevada taxa de analfabetismo.** Câmara dos Deputados, 15/09/2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/498211-educacao-no-campo-sofre-com-fechamento-de-escolas-e-elevada-taxa-de-analfabetismo/?pagina=2#todas-edicoes>

O fechamento das escolas do campo vem se tornando cada vez maior, revelando as desigualdades existentes entre o urbano e o rural, bem como as disparidades regionais, sendo que na educação isso não é diferente. É de conhecimento público que regiões como a Amazônia historicamente ficaram à margem do financiamento público em educação e, mesmo com a definição de políticas para a educação do campo, a falta de escolas no meio rural e o fechamento das que já existem tem se tornado pauta de discussões em diversas instâncias do Estado, nas universidades e nas mobilizações em defesa da educação do campo. No caso do Pará, estudos apontam que esse fechamento das escolas do campo chegou ao quantitativo de 6.752 escolas entre os anos de 2010 e 2020<sup>62</sup>. Segundo Ribeiro e Cherobin,

( ) o fechamento das escolas do campo se articula com o projeto desenvolvimentista centrado no agronegócio, que expulsa cada vez mais os povos dos campos, das águas e das florestas de seus territórios o que influencia na perda de sua cultura e modo de vida, elementos fortemente difundidos pelas práticas educativas realizadas nas escolas do campo<sup>63</sup>.(sic).

Esses dados refletem a dificuldade que a educação no campo enfrenta nos dias atuais, na qualidade do ensino ofertado em localidades longínquas, em escolas com precária infraestrutura, falta de materiais didáticos, de merenda escolar, e muitas vezes de banheiros, biblioteca, quadra de esportes, entre outros elementos considerados básicos para o funcionamento de uma unidade escolar. Segundo dados do IBGE publicados em 2019,

A Região **Nordeste** apresentou a maior taxa de analfabetismo (**13,9%**). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões **Sudeste** e **Sul** (ambas com 3,3%). Na Região **Norte** essa taxa foi **7,6%** e no **Centro-Oeste**, **4,9%**.

A taxa de analfabetismo para os **homens** de 15 anos ou mais de idade foi **6,9%** e para as **mulheres**, **6,3%**. Para as pessoas **pretas ou pardas** (**8,9%**), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas **brancas** (**3,6%**)<sup>64</sup>.

A correlação entre a não garantia da oferta da educação básica, mais os problemas para a sua melhor qualidade no país, com a persistência de altas taxas de analfabetismo, é perceptível e se revelam mais preocupantes nas regiões com baixos investimentos. No caso da educação ofertada para as comunidades indígenas, que apresenta suas demandas próprias, esses problemas são ainda maiores, revelando as dificuldades para que os povos indígenas tenham garantidos o direito à educação e à diversidade e possam, assim, resistirem e preservarem seus modos de vida.

<sup>62</sup> Cf. RIBEIRO, Hellen T. DE S.; CHEROBIN, Fabiana F. O fechamento de escolas do campo no Estado do Pará. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 4, n. 2, p. 222-235, 30 dez. 2022, p. 223.

<sup>63</sup> RIBEIRO e CHEROBIN, 2022, p. 223.

<sup>64</sup> IBGE. **Conheça o Brasil – População Educação**, IBGE Educa Jovens, 2019.

A educação do campo, permite aos “sujeitos da Educação do Campo que são os trabalhadores subsumidos pela lógica do capital (ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, indígenas...). Sujeitos políticos coletivos, sujeitos históricos, organizados na perspectiva da luta de classes”, possam se reconhecer enquanto pessoas que tem direitos, que devem se engajar, se unir e com argumentos fortes, através da militância, conquistar resultados e amenizar suas dificuldades<sup>65</sup>.

A criação de políticas públicas adequadas às especificidades das populações nas diversas regiões do país tem sido demandada, ao passo em que esbarra no paulatino corte nos investimentos em educação, diante do avanço de discursos e práticas neoliberais. No caso dos grupos que estamos focalizando, tais políticas voltadas especificamente para a educação escolar indígena e, portanto, diferenciada, de acordo com suas realidades, tornam-se fundamentais. A educação escolar indígena vem sendo reivindicada como uma estratégia para a valorização da cultura e defesa de direitos dos povos indígenas, inclusive pela possibilidade de se construírem conhecimentos que os fortaleçam em suas lutas pela defesa de seus territórios, como vem acontecendo na TIARG, que resiste aos conflitos agrários, mesmo impactada por uma grande contradição impetrada pelas relações econômicas que estabelecem na região, tendo como base o sistema capitalista. Esse é o caso da escola Anexo Jacaré, na aldeia Jacaré, no Alto Rio Guamá, apesar dela não possuir um alto investimento na infraestrutura ou materiais pedagógicos que possam auxiliar no desenvolvimento do ensino, ficando muitas vezes tal elaboração ao encargo dos professores.

Portanto, debater os conflitos e inserir os sujeitos, no caso os indígenas, para participarem do debate sobre a sua própria história, foi objetivado com vistas a se favorecer uma compreensão melhor dos acontecimentos e seus desdobramentos sociais. Com isso, trazer do campo da memória e debater essas memórias com outros agentes sociais foi pensado de forma a se fortalecer o presente através de lutas passadas, mas que sem essas lutas esse presente talvez não existiria.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas<sup>66</sup>.

<sup>65</sup> CAMACHO, Rodrigo, et al. **Questão Agrária e Educação do Campo: Disputas/Conflitos Territoriais no Campo e a Conquista de Políticas Públicas pelos Movimentos Socio territoriais Camponeses**. XIV Encontro Nacional de Pós Graduação em Geografia, edição online. Ed. Realize, 14 de junho de 2021. p.08. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV154\\_MD1\\_SA104\\_ID137922092021193348.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA104_ID137922092021193348.pdf)

<sup>66</sup> POLLAK, Michael, Memória, Esquecimento, Silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. p.03.

Esta afirmação de Pollak é importante para se pensar as memórias dos indivíduos que vivenciaram os conflitos que ocorreram na Terra Indígena Alto Rio Guamá e que por muitos anos ficaram subalternizadas, silenciadas, mantendo-se apenas nas memórias daqueles que participaram dessas ações. E assim, ter-se a oportunidade de tornar públicas e partilhadas essas lembranças com aqueles que vivem no mesmo território se tornou uma estratégia para se fortalecer uma memória coletiva, no caso a conquista da terra, sem a qual talvez esse povo não existiria mais.

Essas memórias sobre as agências dos Tembé, em seus enfrentamentos para a manutenção de seus territórios, sofreram, de um lado, o silenciamento, porque também se apresentavam como uma memória da dor, da vergonha pelo que passaram, e de outro um apagamento porque tidas ou tornadas negativas diante de relações de dominação, diante da memória oficial, conformada por narrativas e lógicas dominantes, dos grupos frente aos quais os indígenas demarcam suas diferenças, os ajustados à chamada sociedade envolvente.

Com a articulação dos grupos indígenas e sua maior mobilização, inclusive na ocupação de vagas nas universidades e nos debates sobre direitos fundamentais em variados cenários, observa-se que grupos como os Tembé tomaram a valorização da cultura e a educação escolar como estratégias para a garantia e avanço de seus direitos, no que passaram a estimular que a recorrência a essas memórias das lutas sejam reavivadas entre crianças e jovens nas comunidades, nas escolas destas comunidades também, através de relatos feitos pelos mais velhos, visto que a maioria dessas experiências são contadas apenas através da oralidade. Nesse caso, a escola se transforma em um espaço de resistência na garantia dos direitos já conquistados, mas que vivem em constante ameaça, como o território.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro<sup>67</sup>.

A necessidade em se utilizar o espaço escolar para dar manutenção a essas memórias é sem dúvida o desafio que marca o presente, pois embora a homologação da Terra Indígena Alto Rio Guamá tenha ocorrido na década de 1990, não é estranha a ocorrência de novas invasões

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 08.

ao território do povo Tembé, inclusive, em maio de 2023 foi iniciada uma nova desintrusão de povos já estabelecidos na reserva.

De sorte as regulamentações oficiais que normatizaram a escola indígena liberaram-na ao protagonismo indígena lhes assegurando controle sobre o processo de sua construção e consolidação permitindo-lhes estabelecer os conteúdos, os gestores, o calendário e os professores. Tais regulamentações seguiram a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que estabeleceu “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (...) “ficando assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”<sup>68</sup>.

Conquistas como ter direito a materiais próprios, ensino de língua materna, são celebradas pelos povos indígenas, pois permitem um ensino regulamentado em torno dos interesses comuns aos próprios indígenas, valorizando a cultura, o território e a identidade dessas populações, como é o caso dos Tembé no Alto Rio Guamá.

Embora se tenha muitas dificuldades (infraestrutura, materiais pedagógicos, acessibilidade, entre outros) a escola Anexo Jacaré disponibiliza de calendário próprio, horário de aula próprio, tudo de acordo com as necessidades da comunidade e as atividades desenvolvidas pelos indígenas tais como os trabalhos na safra do açaí, caçadas e festa da Menina Moça, momentos em que as aulas na escola são paralisadas ou reduzidas para que não atrapalhem o andamento (e aprendizado) dessas atividades cruciais para o povo Tembé.

Portanto, a experiência escolar demonstra ser de extrema importância para a manutenção da territorialização na medida em que se torna instância organizadora do meio coletivo, contribuindo para a conservação dos costumes, memórias, saberes culturais e práticas indígenas através de conteúdos e atividades dentro da sala de aula, valorizando uma memória de coletividade que tem na defesa do território conquistado uma centralidade.

### 2.3 EDUCAÇÃO DIFERENCIADA: EXPECTATIVAS DOS TEMBÉ SOBRE O ENSINO NAS ESCOLAS DAS ALDEIAS NO ALTO RIO GUAMÁ

Atualmente, na aldeia Jacaré, na Terra Indígena Alto Rio Guamá, tem-se pensado o ensino de forma diferente das escolas urbanas, pois almeja-se que esse ensino deva ser constituído não só pensando o calendário comum da comunidade indígena, mas com disciplinas que fortaleçam o aspecto cultural e étnico dos indivíduos e grupos envolvidos.

<sup>68</sup> RODRIGUES, Gilberto César Lopes. Quando a escola é uma flecha: educação escolar indígena e territorialização na Amazônia. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 8, N° 3, SET/DEZ 2018, p. 398.

Existe uma solicitação por parte de vários grupos indígenas em torno da educação escolar, na qual se inclui a inserção das várias disciplinas escolares e não apenas o domínio da escrita e da leitura. Esta demanda de educação, segundo os padrões da cultura dos brancos, é um dado significativo pelo qual podemos identificar alguns aspectos do atual momento histórico das relações entre o grupo dominador e o dominado, relações cuja tônica tem sido marcada por desigualdades de trocas<sup>69</sup>.

Portanto, no caso específico do que estamos aqui propondo, trabalhar o Ensino de História com temas que remetam às memórias dos sujeitos da própria comunidade, respeitando a oralidade dos mais velhos, valendo-se de referências que lhes são comuns, como o rio, açaí, peixe, caça, árvores, é favorecer uma educação diferenciada para as populações indígenas. Conseguir relacionar a natureza ao modo de viver, valorizando as práticas em comum, é desenvolver uma educação diferenciada. É como Ailton Krenak afirma no seu livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, ao compreender que a floresta fala com os indivíduos, entender de que forma a montanha fala, respeitar a mãe natureza, são formas de se distanciar desse mundo moderno e imediatista que está afastando as pessoas do contato com a natureza, não reconhecendo mais seus significados<sup>70</sup>.

Com isso, substituir o professor não-indígena pelo professor indígena, principalmente o professor local de cada aldeia, tornou-se uma meta que pretende ser alcançada pelos Tembê, pois almejam que a médio e longo prazos professores indígenas estejam ministrando aulas para seu próprio povo, com suas experiências e suas memórias. Atendendo esta demanda é que vem sendo ofertados cursos de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena.

Essa importante iniciativa da nossa instituição de oferecer um curso superior específico para as populações indígenas não foi pioneira no país, mas a UEPA foi a primeira universidade a fazer a oferta desse curso no Estado do Pará, compreendendo-a no interior da missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado, o que inclui os territórios indígenas. O principal objetivo desta feita é contribuir com a formação de professores de várias etnias para assumirem a educação escolar indígena nas escolas das aldeias. A UEPA se empenha em atender essa formação, respondendo às reivindicações dos povos indígenas do Pará desde 2007 e, com a criação do seu Núcleo de Formação Indígena (NUFI) em 2011, operacionalizou a oferta das primeiras turmas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Os primeiros povos que participaram do curso, com início em 2012, foram os Tembê Tenetehar (da Terra Indígena Alto Rio Guamá – Região do Rio Guamá), os Gavião (da Terra Indígena Mãe Maria) e os Suruí-Aikewara (da Terra Indígena Sororó)<sup>71</sup>.

<sup>69</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Op. Cit., 1994, p. 105.

<sup>70</sup> PAIVA, Adriano Toledo; DE LIMA, Kely Costa. Educación intercultural: un estudio de la escuela estadual indígena Ixubre Rabui Puyanawa, Acre-Brasil. **Tlatemoani: revista académica de investigación**, v. 9, n. 28, p. 55-75, 2018.

<sup>71</sup> AIRES, Joelciléia de Lima. **Formação dos professores Tembê Tenetehar no curso de Licenciatura Intercultural indígena da UEPA**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Bauru-SP, 2020, p. 23. Além da Universidade do Estado do Pará (UEPA), mais recentemente a Universidade Federal do Pará aprovou (em 2024) a oferta de Curso de Licenciatura Intercultural Indígena para os povos da TIARG e da Terra Indígena Amanayé, através do financiamento da CAPES, pelo edital do PARFOR Equidade, curso este a ser ofertado a partir da Faculdade de História do Campus Universitário de Bragança, cujo projeto pedagógico foi coordenado pela Profa. Dra. Vanderlúcia da Silva Ponte.

Portanto, à medida em que os indígenas forem se formando, vão assumindo o magistério nas escolas indígenas bem como a responsabilidade de um ensino pautado nas garantias individuais e coletivas pleiteadas pela comunidade em relação a um ensino que valorize as diferenças culturais e étnicas.

Conscientes de serem os povos marginalizados, portadores e construtores, de sua própria história, anterior à chegada dos europeus, os povos originais têm se preocupado no resgate e no fortalecimento de sua tradição, da sua cultura, de seu desenvolvimento, sabedoria e conhecimento acumulado, registrados em seu jeito de ser, nas simbologias, na tradição oral presente na língua, na alimentação, nos rituais, nas relações externas, na forma de viver e interagir com o meio ambiente, no respeito às divindades, presentes na natureza<sup>72</sup>.

Desta feita, há uma posição de crítica à colonialidade do saber que marca a educação formal escolarizada, em relação ao sistema de ensino nas aldeias indígenas, que não valoriza os conteúdos concernentes às práticas, saberes e culturas locais e regionais de domínio dos próprios indígenas. Isso é problema muito grande enfrentado nas escolas indígenas no Alto Rio Guamá, pois as mesmas não possuem um quadro suficiente de professores indígenas e nem materiais didáticos suficientes para que possam ser trabalhados assuntos de sua própria história. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelas populações indígenas, a escola representa um espaço de resistências, de ressignificações, de lutas para o povo Tembé, e é isso que para ele se afigura como ensino diferenciado, ou seja, utilizar a escola como meio para se garantir os direitos das gerações futuras.

Os povos indígenas assumem a escola como uma instituição importante e necessária, mas justificam a sua existência no anseio de que ela possa contribuir com suas lutas mais amplas. Se pararmos para escutar as palavras indígenas, em encontros e reuniões que problematizam a experiência escolar, vamos perceber o quanto o lugar político da escola está delimitado. Há expressões, utilizadas correntemente, que mostram um entendimento de que esta instituição só tem sentido se estiver subordinada à luta política pela garantia plena de seus direitos<sup>73</sup>.

Com isso, percebemos a importância do ensino para as populações indígenas do Alto Rio Guamá, uma escola formadora de guerreiros a serviço da comunidade indígena, uma escola que forme os indígenas no “direito dos não-indígenas” para que eles tenham direito de serem representados pelo seu povo, caracterizando uma educação de fato diferenciada, ligando seu

<sup>72</sup> SOUZA, Pedro Bambil. **Impactos da educação não indígena no ensino médio na Comunidade Pirákua em Bela Vista, MS**. Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História. Dissertação, 99f. Amambai/MS, 2020. p. 31.

<sup>73</sup> JUNIOR, Henrique de Moraes. Et al. O Povo Tembé Tenetehara: história de resistência, (re)existência, luta e poder na Amazônia paraense. **Rev. FAEBA** – Ed. e Contemp., Salvador, v. 31, n. 67, p. 177-193, jul./set. 2022. p. 191.

povo aos elementos da natureza, mas que também forma para a luta contra aqueles que se opõem a seus direitos já estabelecidos.

Dessa maneira, a educação escolar segundo os professores indígenas deve estar em consonância com a cultura dos Tembé para que a identidade e a língua do povo sejam garantidas, uma vez que a educação escolar é o caminho para a consciência crítica e reflexiva sobre o território e a relação identitária que mantém. Além disso, a educação contribui com a compreensão das modificações ocorridas ao longo do tempo na relação indígena-branco, indígenas-indígenas e sujeito-meio ambiente<sup>74</sup>.

Neste sentido, a escola possui papel fundamental tanto para a manutenção da cultura nas aldeias, quanto para a valorização dos saberes locais e a preservação do meio ambiente e da identidade cultural, além da compreensão crítica dos modos de vida fora do ambiente da aldeia, os quais exercem pressões para homogeneização cultural. Quando entrevistado em 2023, o Sr. Clemente Cruz dos Santos, o Seu Kelé, então com 71 anos, falou sobre suas expectativas sobre a educação escolar nas aldeias: “A educação é, ela é a principal. Mas se não adianta você ter uma educação, se você não tem experiência”, com isso defendendo que os conhecimentos desenvolvidos na escola não devem deixar de lado aquilo que se aprende na prática, ao mesmo tempo em se deve reconhecer o papel dos mais velhos como esses conhecedores que podem, com suas experiências, ajudarem no processo de aprendizado significativo para as aldeias. Em suas palavras:

(...) vamos supor, eu estudo, sou um técnico agrícola, eu estudo lá fora, mas na hora que eu chego aqui eu não vou saber plantar um pé de açaí porque eu estudei no livro. Mas na prática, como é que eu vou? De que jeito é cavado um buraco para plantar um fio de banana, um pé de laranja? Eu aprendi lá, mas na prática é diferente. (...) Então a escola é o seguinte, a escola, ela vem para desenvolver. Por que? Ela pode contribuir aqui: tudo que você for buscar lá no passado, você vai escrever no teu caderno. Lá no dia que tu entrar em uma universidade, tu vai levar no teu caderno aqui. O dia que cair ah, aí caiu uma prova, sabe? Sabe, cair sobre questão de Terra, tu tem lá no teu livro, *já eu tenho uma história para contar*. (...) Então quer dizer, tu aprendeu, tu aprendeu a diferença. É isso que faz a diferença. (...) não é só ler, não. Você tem que aprender. Isso que é a diferença. *Vamos conversar com os idosos*. ‘Ah, mas eu queria estudar pra medicina’. Não é só pra estudar pra medicina, mas qual é o remédio do mato que faz bem? que cura doenças, que cura até gripe, que cura outras doenças? Tem muito remédio!<sup>75</sup>

Já o Sr. Félix Tembé, que está com 63 anos de idade, relacionou a importância da educação como estratégia para a preservação do meio ambiente pois, para ele, “(...) nós precisamos respeitar a natureza em todos os sentidos. A natureza, para mim ela é, até porque

<sup>74</sup> SILVA, Glauber Ranieri Martins. Et al, O que dizem os professores indígenas Tembé sobre a educação escolar e o futuro da aldeia: um estudo sobre as suas representações. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-22, e-17728, out./dez. 2019.

<sup>75</sup> Entrevista realizada com o Sr. Clemente Cruz dos Santos (Kelé Tembé), 71 anos, em sua residência na aldeia indígena Zawara hú, às 09:00 horas do dia 15/12/2023.

faz parte da minha vida, Mãe. Eu tenho muito isso, esse respeito com ela e seria muito interessante de ser muito levado hoje, isso assim, às salas de aula?”. Assim como o Seu Kelé, o Sr. Félix defendeu que nessa tarefa da formação das novas gerações seja reconhecido o papel dos mais velhos, que são “(...) pessoas que sabem de todas as importâncias, conhece ela (a natureza)”. Segundo ele,

(...) o futuro do nosso, do nosso povo são vocês, né? Vocês são as futuras liderança, vão ser tudo, né? Os futuros professores, tudo são vocês, não é não? Então (...) quem tem que passar isso para vocês são nós mais velho, porque é que sabe das coisas somos nós. Nós, mais velhos, é que sabe! (...) não tem melhor do que você aprender na prática, aprender vendo fazendo, né não?<sup>76</sup>

Nesse sentido é importante percebermos que a educação deve incluir a valorização do meio ambiente e o respeito pela natureza, que é fundamental para a sobrevivência e cultura indígenas. Da mesma forma, a educação diferenciada deve integrar as tradições e conhecimentos locais, promovendo um aprendizado que respeite a identidade cultural dos alunos e da comunidade em geral.

Encorajar a aprendizagem através da prática e da vivência, em vez de apenas teoria, é essencial para um aprendizado significativo, esses elementos são cruciais para garantir que a educação não apenas informe, mas também forme cidadãos conscientes e respeitosos com suas raízes culturais e questões ambientais e sociais.

Compreender esses processos culturais para os povos indígenas é entender que as transformações sociais e econômicas interferem diretamente nos modos de vida tradicionais exercidos pelos povos indígenas. Porém, ao mesmo tempo, é adaptar-se para sobreviver para além das fronteiras do território, resistindo e lutando. Portanto, a escola não é só um espaço de produção de conhecimento científico e tradicional, mas um espaço de resistência, com o papel de educar dentro do processo cultural dos povos indígenas. Nesse sentido, esse espaço educacional se torna vital dentro do processo de sobrevivência dos valores cultivados pelas populações indígenas.

Na nossa escola, nós temos uma matriz diferenciada, a nossa matriz, ela é diferenciada. Dentro da nossa matriz, existe a disciplina História Tembé, que é a história de um povo.

Hoje, dentro da história Tembé e arte indígena e a língua indígena, que são o foco. Isso aqui é tipo assim, ó, se tu for pegar um corpo humano tem cabeça, tronco e membro. Nós temos a língua mãe, na língua indígena, que é dentro da base curricular comum, não é na matriz diversificada, o tanto que dá a língua portuguesa, se dá a língua indígena.

<sup>76</sup> Entrevista realizada com Félix Tembé, no dia 16/12/2023, em sua residência, na aldeia indígena Itaputyr, às 10:00h.

Nós temos a arte indígena, que entra na parte diversificada, e tem uma história também, temos antropologia, direitos e legislação. Então nós temos uma matriz indígena<sup>77</sup>.

Este foi o relato, durante entrevista, de Kate Moura, que é o diretor da Escola Indígena Estadual Félix Tembé, retratando a preocupação em assegurar para os alunos as disciplinas específicas a fim de se garantir que a história do povo Tembé esteja sendo trabalhada dentro das salas de aulas com um fim específico, fazer com que esse aluno tenha conhecimento de sua própria história. Nesse sentido, percebe-se que a escola dispendo de uma matriz diferenciada,<sup>78</sup> própria, ela se torna capaz de promover debates acerca do passado vivido pelos povos indígenas e especificamente o povo Tembé, permitindo-se que os alunos passem a ter mais conhecimentos e , também, saibam de legislações que amparem essa estrutura a fim de garantir seu próprio legado.

---

<sup>77</sup> Entrevista realizada com o Diretor de Ensino da Escola Indígena Félix Tembé, Francisco Kate de Moura, em sua residência no dia 21 de novembro de 2023.

<sup>78</sup> Entende-se como escola com ensino diferenciado para o Povo Tembé, a escola que além de garantir em sua matriz curricular disciplinas específicas que possam ser trabalhadas dentro de sala de aula, possam também mesclar conhecimento específicos que vem de fora com os conhecimentos produzidos pelos próprios indígenas em diversas áreas do conhecimento. *Grifo meu.*

### CAPÍTULO III

#### **NARRATIVA TEMBÉ ATRAVÉS DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL REALIZADA PELOS ALUNOS DO 1º, 2º E 3º ANO DO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA INDÍGENA JACARÉ E SUAS PERSPECTIVAS ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA**

Neste terceiro capítulo, percebo o quanto é difícil produzir uma historiografia que possa construir uma narrativa sobre o outro. Esse outro, que para mim não é tão distante do ponto de vista espacial, afinal já completei seis anos de convivência com os Tembé, mas, que se distancia de mim na medida que sou um não indígena buscando que as memórias mais íntimas e pessoais sejam reveladas, mesmo que façam parte de experiências vividas no coletivo. Apesar de estar cotidianamente junto às pessoas da comunidade Jacaré, no local onde nasceram e cresceram, no espaço onde suas experiências foram forjadas, percebo que há muitas lembranças que são de certa forma guardadas pelos mais velhos das aldeias, memórias carregadas de significados para essas pessoas, sendo dificultoso para alguém que não é indígena ter acesso plenamente a elas.

Porém, na medida em que vamos investigando o passado do grupo, conversando com as pessoas, memórias são remexidas, um acontecimento ainda não contado surge, com emoções e significados próprios. Memórias subterrâneas, como descreve Pollak<sup>79</sup>, para referir àquelas lembranças que determinados grupos têm e guardam entre si, não aparecendo nas narrativas hegemônicas do Estado ou de grupos sociais hegemônicos. Então, elas são expostas em momentos específicos para certas pessoas.

Neste trabalho, planejei atividades nas escolas que envolveram a participação dos alunos na aplicação de questionários e nas entrevistas com os conhecedores da Batalha do Livramento. Durante a aplicação do questionário pelos alunos e minha conversa muitas vezes informal com os entrevistados, percebi o quão importante é para a comunidade e para essas pessoas idosas serem procuradas pelos mais jovens da aldeia, pela escola, pelos professores para o fornecimento de informações e para o conhecimento da história do povo Tembé, incluindo suas lutas e legados.

---

<sup>79</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

Como afirmou o Sr. Kelé Tembé, em uma conversa informal comigo em sua residência: “os jovens precisam conhecer a história da aldeia. Não pode ficar só comigo, eu já estou velho, inclusive vou doar esse monte de documentos para a escola, para todos terem acesso”<sup>80</sup>.

Essa necessidade de repassar os conhecimentos aos mais jovens é recorrentemente assinalada, pois a história dos povos indígenas e seus saberes vêm sendo transmitidos por gerações através da oralidade. Porém, o Sr. Kelé Tembé expressou uma preocupação maior: passar o bastão das lutas aos mais jovens, para que possam se engajar na defesa do território e na preservação do que já foi conquistado pelos mais velhos. Nesse sentido, as pessoas que participaram do passado de lutas pela conquista do território, pela reafirmação da cultura Tembé e pelas lutas pelo reconhecimento perante às autoridades jurídicas, tomam como de grande importância transmitir esse legado de lutas e reconhecimento da (re)existência do Povo Tembé.

É nesse momento que percebo que me tornar professor de história e pesquisador no espaço onde atuo (TIARG) é me envolver nas construções destas narrativas diversas, das memórias e suas disputas, das várias versões sobre um mesmo tema, um acontecimento vivido por todos da aldeia, mas com experiências pessoais diferenciadas, ainda que no mesmo espaço geográfico. Portanto, foi e é um desafio muito grande me propor a construir uma narrativa que possa envolver diversos sujeitos e suas vivências, em minhas idas e vindas pelas aldeias Jacaré e Pirá, na Terra Indígena Alto Rio Guamá, de acordo os anseios de cada indivíduo, tecendo a narrativa historiográfica reivindicada por eles. Ou seja, como construir uma narrativa indígena sendo eu um karaiw?<sup>81</sup>.

Desde o início meu intuito foi o de construir uma narrativa historiográfica entrecruzando conflitos agrários e ensino de história, elaborando o exigido produto dessa pesquisa de mestrado da forma mais autêntica possível, envolvendo diretamente os sujeitos das histórias que eu pretendia compular e, assim, colaborando para descolonizar essa história do Brasil que marginaliza os indígenas e quase sempre é feita pelo outro, o não-indígena. Levando em consideração a necessidade de atender os anseios da comunidade escolar indígena e registrar a história dos conflitos agrários do ponto de vista dos indígenas, e não apenas minha observância a respeito desse tema, esse terceiro capítulo tem a proposição de apresentar esta experimentação com alunos indígenas do ensino médio de uma escola na aldeia Jacaré, que retratasse as lembranças daqueles sujeitos envolvidos diretamente na Batalha do Livramento, em relatos

---

<sup>80</sup>Fala do Sr. Kelé Tembé, em uma conversa informal que tivemos na aldeia São Pedro, Terra Indígena Alto Rio Guamá, abril de 2023.

<sup>81</sup>Karaiw é o termo utilizado para denominar os não indígenas nas aldeias do Território Alto Rio Guamá.

sobre suas experiências e memórias, que compõem capítulos que marcaram a conquista do Território do Alto Rio Guamá. Não foi uma tarefa fácil, inclusive por ter passado por um dos momentos mais difíceis que alguém pode enfrentar, que foi a perda da minha mãe. Como se isso não fosse suficiente, vivi uma fase de transtorno em que não conseguia me concentrar nos estudos e ficava frustrado por não conseguir desenvolver a escrita da dissertação, isso por mais de três meses. Tudo isso contribuiu para a minha dificuldade em definir o produto final deste mestrado, até que me surgiu a ideia de apresentar em um material audiovisual as memórias de personalidades indígenas envolvidas na Batalha do Livramento e que continuam atuando de forma consistente na defesa do território e na educação escolar indígena, sempre preocupadas com a inserção dos jovens nas lutas cotidianas.

A produção do material audiovisual foi realizada buscando-se apresentar não a visão do Karaiw sobre os conflitos agrários e sua simples abordagem nas aulas de história, mas acompanhar os anseios dos próprios indígenas de como contar suas lutas e fazer a educação escolar indígena favorecer a conquista de direitos, tudo isso pensado pelos próprios alunos e anciãos da comunidade.

Com isso, foi perceptível que esse trabalho realizado pelos alunos junto com as lideranças e anciãos permitiu registrarmos como narram os conflitos agrários que vêm acontecendo na Terra Indígena Alto Rio Guamá ao longo dos anos, abrindo perspectivas de como lidar com esses problemas na atualidade, envolvendo os jovens indígenas na defesa de seu território e cultura.

Antes de tudo, propor materiais que possam fazer com que seu aluno reflita sobre o seu espaço de atuação é, sem dúvida, muito gratificante para um docente. Essa narrativa das experiências pessoais e coletivas foi se tornando um momento de aprendizagem em grupo, que envolveu a mim, meus alunos e a comunidade em geral em torno de um tema que ainda falta muito a se debater, mas que é de extrema importância para a Amazônia e para os povos indígenas nesse momento de luta. Assim, este trabalho, além de promover esse debate ainda incipiente sobre ensino e abordagens sobre conflitos agrários, espera-se que possa abrir novas formas de se pensar o ensino e o papel da escola, estimulando nos sujeitos envolvidos uma consciência histórica, para que se sintam e se reconheçam como construtores e participantes da história do seu povo.

### 3.1 DIÁLOGOS ENTRE A NARRATIVA TEMBÉ E O ENSINO DE HISTÓRIA

A visão do povo Tembé sobre a escola parte de um conjunto de saberes que envolve diferentes experiências e percepções sobre a vida e perspectivas sobre a educação, ensino e modos de vida. Para os Tembé o ensino não deve apenas se dar em sala de aula e restrito a se discutir relações entre as teorias e práticas do ensino, mas deve levar os mais jovens a se atentarem para as transformações ao seu redor, no que faz o indígena, no que faz o ser humano, e na sua relação com o não-humano e com a natureza ao seu redor.

A natureza é assim, a mãe natureza, ela se aproxima da gente. É se aproxima dela de quem respeita ela e quem não respeita ela. (...) ela vai ficar. Ela vira até as costas pra gente, ela vira. Natureza, (...) nós fazemos parte da natureza. Não é o indígena. Ele faz parte da natureza. Não é ela que faz parte de nós. É nós que faz parte dela a natureza. Nós sem ela nós não somos nada, não somos nada. O indígena sem natureza ele fica à toa (...) E nós precisamos respeitar a natureza em todos os sentidos. A natureza, para mim ela é, até porque faz parte da minha vida, mãe. Eu tenho muito isso, esse respeito com ela e seria muito interessante de ser muito levado hoje, isso assim, às salas de aulas. Levar pessoas que que sabem de todas as importâncias, conhece ela, né?<sup>82</sup>.

O clamor de Félix Tembé pelo respeito à natureza faz parte de um conjunto de conhecimentos e saberes que precisa ser resguardado a fim de se garantir a existência não só do povo Tembé, mas da população em geral. A relação com a natureza e sua preservação é tomada como vital para a sobrevivência dos povos indígenas, como forma de se garantir o futuro das próximas gerações. Para tanto, há uma cobrança sobre o ensino nas escolas, como espaço de discussões que deve incluir os conhecimentos dos anciãos, o contar de suas experiências e saberes acumulados de gerações anteriores. Nesse sentido, para o ensino de História exige-se que faça os mais novos se atentarem para as transformações da comunidade e as relações com os contextos exteriores, ao mesmo tempo em que estimule um maior envolvimento deles na defesa da preservação da natureza e do território, e na defesa da cultura e da língua, que consideram que vem se perdendo, diante do interesse dos jovens no celular e internet, no uso das redes sociais, acusadas de afastar as pessoas da comunidade, de afastar as famílias, de fazer com que deixem de escutar as histórias que os anciãos têm para contar.

Se eu disser para vocês, é uma das minhas preocupações é essa questão, a política e a internet. Eu vejo, até porque ela afastou, é, afastou todo mundo, até famílias. As pessoas de família afastaram, né? Eu digo para vocês, olha, eu sou uma pessoa. Eu gosto muito de contar história para os meus filhos, para os meus netos. Hoje eu (...) não tenho para quem (...) contar uma história. Eu digo para vocês, eu fui uma pessoa que eu (...) entrei nesse (...) mundo. Aí da questão da retomada da nossa cultura. Eu mergulhei de corpo e alma e recuperei muitas coisas, mas hoje, hoje eu fico assim, pensando, eu tenho até conversado com às vezes com a minha mulher. A nossa cultura, o povo sempre acha que um dia vai acabar com a cultura porque, porque não

<sup>82</sup> Entrevista realizada com Félix Tembé no dia 16/12/2023 em sua residência na aldeia indígena Itaputyr, às 10:00h.

vai ter mais para que a gente passar para quem que nós vamos passar as histórias? para quem que nós vamos contar?<sup>83</sup>

Essa preocupação manifestada por Félix Tembé não é isolada, mas partilhada por várias lideranças nos dias atuais, que veem as transformações sociais e os recursos tecnológicos de comunicação atraindo cada vez mais os indígenas e os distanciando dos debates e reivindicações da comunidade, os afastando do seu espaço cultural e coletivo, prejudicando o engajamento dos mesmos nas lutas do povo Tembé. Segundo Félix Tembé, o jovem pode se aproximar mais da natureza através do respeito aos mais velhos e aos seus conhecimentos ancestrais e da educação escolar.

Nesse sentido, a escola passa a ter uma representatividade ainda maior, pois pode garantir a discussão de temas que são vitais para as comunidades indígenas. Para isso, faz-se necessário que o corpo docente se una com os mais velhos para o desenvolvimento de debates e estabelecimento de estratégias de valorização e defesa da natureza, da cultura, da língua e do território junto às novas gerações.

Nota-se, então, que na história indígena a cultura está a todo tempo dialogando com a instituição escola. E os professores acabam por ser os intermediários, mediadores entre uma instituição do Estado e as tradições do seu grupo, no intuito de reforçar a identidade étnica e fazer valer os direitos indígenas. Em todo esse contexto, pode-se perceber que os professores então transitam o tempo todo entre o tradicional e o institucional. A presença da militância pelos direitos indígenas, neste caso, da escola específica, diferenciada, está presente a todo tempo<sup>84</sup>.

Essa responsabilidade da escola é colocada pelas lideranças indígenas não somente como obrigação de um processo de escolarização, mas também como essencial para preservar os valores tradicionais e debater as questões sociais que mais afetam o grupo, e não somente os debates científicos.

Ao reconhecer aos índios sua organização, costumes, línguas, crenças e tradições reconhece-se o direito deles em participar nas atividades que os envolvem. Tal é o caso das atividades escolares. Ou seja, se a escola é um lócus privilegiado de promoção, questionamentos e inovação dos costumes, crenças, tradições, língua e organização de uma comunidade, então, aos indígenas, não pode ser diferente. A escola deve participar ativamente na promoção da organização social, simbólica e geográfica, e, portanto, envolver o território em suas atividades<sup>85</sup>.

---

<sup>83</sup> Entrevista realizada com Félix Tembé no dia 16/12/2023 em sua residência na aldeia indígena Itaputyr, às 10:00h.

<sup>84</sup> BARBOSA, Francisca Regiane. História Indígena e ensino de História escolar nas escolas Indígenas: um olhar a partir dos relatos dos professores Indígenas que lecionam a disciplina. **Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente**, Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. p.04.

<sup>85</sup> RODRIGUES, Gilberto César Lopes. Quando a Escola é uma Flecha: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 8, N° 3, p. 396 - 422, SET/DEZ 2018. p.406.

O artigo 231 da Constituição Federal reconhece às populações indígenas toda sua organização cultural envolvendo território, língua, tradições e etc. Esse reconhecimento é extremamente importante para pensarmos qual tipo de escola queremos e necessitamos na atualidade. Então a escola se torna em um local onde devemos expor essas demandas. No Alto Rio Guamá as demandas sociais pautadas pelas lideranças indígenas devem ser consideradas para o planejamento do que vai ser ensinado, com a participação em conjunto dos mais jovens da comunidade e os indígenas com “notório saber” para proporcionar um espaço de discussão. Na comunidade da Aldeia Jacaré, escola e lideranças propõem que eventos escolares e datas específicas de grande impacto para o povo Tembé nos quais sejam desenvolvidas atividades fora do espaço da sala de aula tradicional, a fim de trazer os indígenas de notório saber para realizar as discussões e partilhar suas memórias e experiências com o grupo escolar e comunidade. Nesse sentido, a escola colabora para a construção de um espaço onde se cruzam a narrativa tembé e o ensino formal, conhecimento científico e o tradicional, onde são valorizados tanto a experiência científica quanto a experiência vivencial, que é repassada através da oralidade pelos indígenas com o notório saber.

Figura 11 - Indígenas Tembé reunidos na Ramada da Aldeia São Pedro (TIARG durante a Semana dos Povos Indígenas) 2023



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

A imagem acima retrata um momento extremamente importante para o povo Tembé: a Semana dos Povos Indígenas<sup>86</sup>. Reuniram-se na ramada várias gerações para contemplar imagens que remetem às lutas e comemorações dos Tembé ao longo dos anos. Momentos como esse fazem parte do que os Tembé consideram como “educação diferenciada”, uma educação que mescla os conhecimentos tradicionais com os científicos, envolvendo escola e comunidade em geral, além de representantes de órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Esse evento resultou de um trabalho que reuniu a catalogação de diversas fotografias de momentos importantes para o povo Tembé. Esse trabalho teve como principal objetivo mostrar para as crianças e jovens o passado de lutas do povo Tembé ao longo dos anos, mas foi convidada toda a comunidade e, de modo especial, os anciãos que se fizeram presentes na Ramada para lembrar, discutir e contar a história por trás de cada imagem projetada através de um aparelho de datashow. As pessoas que estavam nas imagens comentavam para a comunidade a experiência daquele momento e o desenrolar da situação, gerando mais perguntas e curiosidades.

Figura 12 – Tia Dedé, anciã do Povo Tembé, discursando sobre a importância da união em prol dos objetivos coletivos da comunidade. Aldeia São Pedro (TIARG) 2023



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

<sup>86</sup> A Semana dos Povos Indígenas ocorreu entre os dias 17 a 21 de abril de 2023. O Professor Enivaldo Tembé e eu, Álvaro Gomes de Sousa, propomos uma reflexão ao povo Tembé das aldeias São Pedro, Pakotyw, Jacaré e Pirá. Esse trabalho consistiu em reunir em um acervo diversas fotos que marcaram as lutas do povo Tembé ao longo dos anos, entre essas imagens continham vários momentos como A Batalha do Livramento, Conflito na Fazenda Mejer, Ocupação da BR-316 em Santa Maria, entre outros momentos históricos.

A figura 12 retrata um dos momentos do evento, no qual Tia Dedé falava da importância da união de todos em prol dos objetivos coletivos da comunidade. O evento foi uma atividade de ensino de História que fomentou a discussão de temas como cultura, território e língua, sendo aberto para toda a comunidade participar e expor suas opiniões e decisões. Assim, a educação escolar indígena pode colaborar para que os Tembé se valham dos conhecimentos da própria comunidade para fazer história, reconhecerem-se como sujeitos históricos dentro do processo de construção e defesa de seu território e cultura e, no caso dos jovens, estimulá-los a se envolverem mais nessas lutas pela garantia de seus direitos como povos indígenas. Tal como afirmou o seu Félix Tembé,

O jovem, a juventude hoje eles estão assim, né? Eu os vejo nos rituais. (...) A maioria é o jovem que estão lá, tá precisando de apoio, tá? (...) precisando (...) de alguém pra chegar e dizer: 'olha, se eu sei das coisas'. Eu não posso dizer para um jovem desse 'olha, ah, e tu está cantando errado, tu está falando errado'. Não, eu não posso dizer isso. Se eu sei (...) o certo, eu digo e eu me valorizo como Tembé. Qual é o meu direito? Ensinar, e não de criticar, porque críticas já basta. (...) E eu, me sentindo como um Tembé, como indígena. Qual é o meu dever? Ajudar, né?! Mas hoje eu vou te (...) dizer (...) eu me sinto feliz. Eu estou muito alegre com toda a minha luta que eu tive, de terra, de cultura, principalmente de cultura, de fazer a luta da terra. Ela marcou mesmo eu, a minha vida. Aí eu digo para você, vou ser sincero a dizer para vocês, eu estou muito alegre assim, porque eu vejo a juventude, o peso está no jovem. Nos mais velhos ele não está, no jovem está. Eu só não fico muito mais alegre porque sinto alguns problemas de saúde, eu não apareço lá no meio<sup>87</sup>.

Félix Tembé enfatiza que a luta pelos direitos é uma construção coletiva, com apoio dos mais velhos, união da comunidade e participação dos mais jovens tanto nos rituais e práticas culturais, quanto nas ações em busca da garantia dos direitos individuais e coletivos de todo o povo, apesar das críticas e discriminações que possam enfrentar.

---

<sup>87</sup> Entrevista realizada com Félix Tembé, no dia 16/12/2023 em sua residência na aldeia indígena Itaputyr às 10:00 da manhã.

Figura 13 - Palestra realizada durante a Semana dos Povos Indígenas. Aldeia São Pedro (TIARG) 2023



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

A relação escola/comunidade tem que ser pautada no diálogo e materializada em estratégias que viabilizem o alcance das demandas da comunidade, com o conhecimento trazido pelos professores indígenas e não-indígenas, pautado nos reais objetivos do coletivo, no caso a comunidade da qual a escola e o professor fazem parte, reunindo conhecimento científico e tradicional. Nesse sentido, a educação se torna cada vez mais importante para o fortalecimento das lutas por direitos dos povos indígenas. Ensinar os jovens sobre a importância da natureza, da cultura e de seus direitos se torna fundamental para que os jovens possam lutar de forma consciente e informada sobre seu passado e pelo seu futuro. Assim, é importante que o jovem se sinta apoiado pela comunidade e pela escola, pelos mais velhos, os quais podem participar ativamente dos debates dentro da sala de aula ou ramada para que possa haver de fato uma maior articulação e força no enfrentamento dos obstáculos aos seus direitos.

Nessa educação escolarizada que se pretende engajada com a comunidade indígena, o ensino de História é bastante demandado e se apresenta como muito importante, inclusive quanto relacionado com diversas outras áreas de conhecimento, entre história global, nacional e local. Nisso, também se faz necessária uma articulação entre a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA), que tem uma coordenação para tratar da educação escolar indígena e pode colaborar para que, através da escola, sejam alcançados os anseios da comunidade na elaboração de materiais e calendários específicos para que o ensino de fato diferenciado e contemple as necessidades específicas de cada comunidade indígena.

No caso da Escola Indígena Anexo Jacaré, embora possua um “calendário próprio”<sup>88</sup>, ele esbarra nas determinações prévias feitas pelo Estado, ficando a escola limitada a fazer uma adaptação que nem sempre atende de forma específica as peculiaridades de cada aldeia. Outro problema é a falta de estrutura física das escolas e a falta de material de apoio pedagógico específico de cada comunidade. Assim, os professores não-indígenas tendo mais dificuldades no início de seus contratos que os indígenas no desenvolvimento da parte diversificada do currículo. Então a produção de materiais pedagógicos para a parte diversificada, com conhecimentos específicos de cada aldeia, é muito importante para se pensar, questionar, e debater a educação que priorize a história dessas populações e seus elementos culturais, para o trato com os alunos e alunas dentro e fora das salas de aulas.

Nessa perspectiva, a produção de um material audiovisual foi proposta com o intuito de contribuir de forma significativa para a almejada educação “diferenciada”, que agregue os valores sociais e coletivos defendidos pelos indígenas para a formação e valorização de uma identidade cultural por parte dos jovens indígenas que estão cursando o ensino médio.

Da transmissão oral de conhecimentos até a finalização do material audiovisual, buscou-se evidenciar os anseios dos mais velhos, suas buscas pelo fortalecimento ainda maior dessa coletividade, da rememoração do passado e das lutas, visando um futuro mais seguro para as próximas gerações que vivem em um território cobiçado e invadido constantemente, tendo seus direitos violados.

### 3.2 PLANEJAMENTO METODOLÓGICO E PRODUÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PELOS ALUNOS

A elaboração do material audiovisual obedeceu a uma ordem de produção que iniciou desde o primeiro contato com os alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio sobre o projeto. O planejamento e a aplicação desses materiais pelos alunos foi feito sob minha supervisão. Então, vivenciamos três momentos: Discussão, Produção, Aplicação/Filmagem do documentário pelos alunos.

---

<sup>88</sup>O calendário escolar é produzido de acordo com a especificidade de cada aldeia indígena no Alto Rio Guamá. Porém, mesmo tendo esse poder discricionário para produzir seu próprio calendário, tal produção acaba esbarrando na burocracia do Estado. Por exemplo, a determinação de datas específicas para avaliações e entrega de notas, férias e alguns feriados. O calendário é produzido no início do ano letivo e conta com ao menos 200 dias letivos e é baseado no calendário proposto pela Seduc-PA. Após a elaboração, o calendário passa por uma assembleia onde são discutidas as datas, feriados e eventos a serem realizados durante o ano letivo na comunidade.

A primeira fase, de discussão, ocorreu a partir de dois momentos: o primeiro, entre os meses de abril a junho de 2023, com a sensibilização para o tema a ser trabalhado (Batalha do Livramento e Ensino de História) dentro das salas de aulas com os alunos e a solicitação aos pais e à escola de autorização para o envolvimento dos alunos no projeto. O segundo momento dessa primeira fase ocorreu com discussões de conteúdos, realizadas dentro das salas de aulas junto com os alunos, a partir da utilização de materiais de apoio. Nesse momento, foram discutidos: o que foi a Batalha do Livramento? O que a terra representa para o povo Tembé? Qual o papel dos jovens nessa luta? Essa instigação para com os alunos serviu para despertar o entendimento deles sobre o papel da juventude nas lutas sociais da comunidade.

Em relação à participação dos alunos, a solicitação junto aos pais e à escola se deu através de uma consulta em reunião, já que a escola é pequena e a comunidade que faz parte é bem assídua. Assim, ela ocorreu na escola no dia 12 de abril de 2023, com a presença e participação da comunidade e de lideranças, com os quais pude conversar e apresentar a proposição do projeto, de seus objetivos, que foram aceitos por unanimidade entre os presentes naquele momento.

A partir desse momento, selecionei os materiais a serem trabalhados com os alunos e durante as aulas de história e sociologia. Comecei a propor os debates sobre o território, conflitos, memórias das pessoas mais velhas da comunidade, papel da escola, entre outros assuntos, despertando aos poucos o interesse dos alunos em participar do projeto. Em nenhum momento houve resistência nem por parte dos alunos nem por parte de pais e comunidade, ao contrário, demonstraram um interesse grande que essa discussão fosse realizada.

Realizar uma pesquisa e discussão sobre o passado de um grupo não é uma tarefa fácil, pois envolve experiências pessoais e coletivas, depende que essas lembranças possam aflorar de acordo com cada necessidade e disposição de cada indivíduo, bem como da habilidade e interesse de quem é responsabilizado por levantar as questões aos interlocutores, no caso os alunos do ensino médio. Entre os Tembé isso não foi diferente, pois foi necessário um tempo e espaço para que fossem geradas motivações e lembranças sobre os fatos pesquisados, inclusive entre os próprios alunos que estavam na sala de aula. Não é incomum que durante os debates levantados em sala de aula apareçam comentários sobre os conflitos e até mesmo memórias repassadas através dos mais velhos (a memória por tabela), mas só a partir do momento que esses indivíduos se sintam confortáveis o bastante para tanto.

Graças aos seis anos de convivência e experiência de trabalho com os Tembé, consegui manter um diálogo com cada aluno ou membro da comunidade de forma a acessarmos os fatos

do passado a partir das lembranças das pessoas envolvidas no projeto. Isso porque se estabeleceu uma relação de confiança mútua entre os pesquisadores e os interlocutores no limite do que se pode perguntar e o que se pode responder em cada circunstância. Confesso que durante esse debate dentro da sala de aula não sei quem aprendia mais com a discussão levantada, se era eu ou os alunos envolvidos. As turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio tinham idades entre 16 a 45 anos, portanto as histórias apresentadas eram de quem já tinha participado das lutas e também de quem só tinham ouvido falar.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos<sup>89</sup>.

Este trabalho envolveu memória coletiva, de um grupo étnico que pertence a um mesmo território, com experiências partilhadas, mas também memória individual, já que parte dessas vivências dos indígenas possui um cunho individual quanto à maneira como cada qual lidou com os momentos de conflitos. Então nos deparamos com lembranças e narrativas envolvidas em experiências individuais e coletivas permeadas por um jogo de interesses por parte de quem conta e filtra essas memórias.

No caso dos indígenas, descrever essas experiências é também uma forma de contar ao mundo sua versão da história, marcada pelas memórias que Pollak descreve como subterrâneas. Algo tão necessário no presente, já que muito do que se conhece da história do povo Tembé ao longo dos anos não foi forjada por eles, mas por outros e reproduzida dentro do território. Portanto, essa era uma oportunidade para se recontar histórias dos Tembé a partir das suas vivências, relatadas por sujeitos antes ocultados, agora sujeitos protagonistas.

As entrevistas trazem relatos de experiências individuais e coletivas, das vivências indígenas em meio a conflitos por terra e direitos, e foi se tornando uma atividade que favoreceu com os envolvidos nela se sentissem mais próximos, os jovens e os idosos, partilhando um passado em comum. Nesse sentido, o trabalho proposto para os alunos envolveu diretamente vivências não só da aldeia Jacaré, mas experiências que são partilhadas com todos os indivíduos da Terra Indígena Alto Rio Guamá.

---

<sup>89</sup> POLLAK, Michael. Op. Cit., 1989, p. 5-6.

A discussão em sala de aula sobre a pesquisa que estava sendo planejada e desenvolvida ocorreu junto com os alunos a partir da utilização de dois materiais sobre a Batalha do Livramento. O primeiro foi um documentário intitulado “A Batalha do Livramento”<sup>90</sup> e o segundo um artigo intitulado “A Batalha do Livramento: exposição e silenciamento entre os Tembé-Tenetehara”.

Essa sensibilização inicial através do documentário e do artigo levantou inquietações, principalmente porque no momento dessas discussões ocorria a desintração da Terra Indígena Alto Rio Guamá. Enquanto essa nova desintração estivesse sendo realizada apenas pela Força Nacional, a tentativa de desintração que ocorrera em 1996 e ao longo da história do Povo Tembé foi realizada pelos próprios indígenas. Então, essa ocorrência da desintração motivou os discentes e a comunidade para o trato dos conflitos por terra como temática importante e urgente para o povo Tembé do Alto Rio Guamá. O que se buscava, então, era registrar a voz das populações indígenas e deixar esses povos contarem a história, sua história, à sua maneira e não como as forças dominantes vêm contando ao longo do tempo. Então, reivindicações de lideranças, anciãos e comunidade em geral tornaram-se de alguma forma atendidas por esse trabalho que buscou recontar a história dos Tembé, recontar e fazer com que fossem ouvidas.

### **3.2.1 Discussão do projeto a ser desenvolvido em sala de aula**

Os debates sobre o projeto de pesquisa dentro de sala de aula ocorreram entre os meses de maio e junho de 2023. Em maio ocorreram a leitura do artigo sobre a Batalha do Livramento e a visualização do documentário sobre o mesmo conflito. No primeiro momento, tanto as leituras quanto o documentário foram trabalhados em turmas separadas, de acordo com a disponibilidade do horário de aulas, portanto, ocorreu em turnos diferentes 1º ano pela manhã, 2º ano à tarde e 3º ano à noite. Essa distribuição, permitiu análises e discursos diferentes, visto que no ano de 2023 só tínhamos no 1º ano 01 aluno matriculado; no 2º ano 02 alunos matriculados e no 3º ano tínhamos 04 alunos matriculados. Com isso, tive certa facilidade em trabalhar com as três turmas, visto que ao todo o número de alunos era apenas 07.

Essa divisão também possuía diferença de idade de uma turma para outra, no 1º ano o aluno tinha 14 anos, no 2º ano entre 15 a 18 anos e no 3º ano entre 17 a 40 anos. Além da idade,

---

<sup>90</sup>YouTube, 12 de maio de 2022. **A Batalha do Livramento**. Duração: 49:55 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=24uCTDQG4fM>

tínhamos o fator participação nos eventos da aldeia de forma assídua, isso porque nas três séries quase todos os alunos participavam do grupo de jovens indígena Kamara´wa<sup>91</sup>.

Porém, só no 3º ano que 03 dos 04 alunos matriculados eram casados ou juntos e apenas 01 aluno era liderança de aldeia, sendo o aluno mais velho da turma pai da aluna do 1º ano. No caso do aluno mais velho, ele foi de extrema importância nos debates, pois o mesmo já havia participado de muitas missões que envolvia a tentativa de recuperação do território invadido quanto às políticas de lutas para o fortalecimento do povo Tembé.

Esse primeiro momento serviu para instigar os alunos a se interessarem pela temática dos conflitos agrários envolvendo indígenas de sua etnia e discutir sobre a desintração atual que estava ocorrendo entre 2023/2024. Isso porque o papel dos indígenas nessa desintração foi de certa forma passivo em comparação às outras desintrações anteriores.

Figura 14 - Indígenas Tembé são resgatados na Vila do Livramento pela Polícia Federal, ano de 1996



Fonte: Arquivo pessoal (Enivaldo Tembé, 2023).

Imagens como essa retratada na Figura 14 foram utilizadas para debater o papel dos indígenas no processo de defesa e garantia do território ao longo do processo de ocupação, demarcação e invasão do território por posseiros e fazendeiros da região que fazia fronteira com o território indígena.

<sup>91</sup>Grupo Indígena Tembé, fundado em 2019 com o intuito de “resgatar” a juventude para participar das ações coletivas da aldeia, fortalecendo o âmbito cultural, identitário e cosmológico. O grupo possui membros de praticamente quase todas as aldeias indígenas do Alto Rio Guamá.

Nesse sentido, o primeiro momento foi de reflexão sobre o aspecto do processo de ocupação e colonização do Território Indígena Alto Rio Guamá. Portanto, deixei claro que esse trabalho visava registrar os relatos dos próprios indígenas vítimas desse processo de ocupação e que esse debate a ser realizado seria fomentado pelos alunos para com os mais velhos que vivenciaram esse processo de lutas e afirmação do território.

Com isso, a pesquisa a ser desenvolvida com os mais velhos deveria ser produzida com questões que inquietassem os alunos sobre território, cultura, conflitos, jovens e escola, porém, produzidas pelos próprios alunos e aplicadas pelos mesmos às lideranças e anciãos. Então, entre maio e junho foi realizada a discussão dentro de sala de aula sobre o protagonismo de jovens indígenas e suas participações na luta pelo território, além de questionar a ausência dos jovens no engajamento nas questões culturais e identitárias. Nesse sentido, esses dois meses que se seguiram foi feita a apresentação e proposição do projeto a ser desenvolvido pelos alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio.

### **3.2.2 Produção do Questionário pelos alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio da Escola Indígena Anexo Jacaré.**

A produção dos questionários a serem aplicados pelos alunos ocorreu no 2º semestre de 2023, entre os meses de setembro a outubro. Essa demora ocorreu basicamente por dois fatores principais: o primeiro relacionado às férias escolares e a volta às aulas em agosto, e o segundo relacionado à qualificação do projeto de dissertação, que ocorre em 13 de agosto de 2023.

Como já descrito acima, priorizei a discussão produzida pelos próprios alunos, ficando apenas como supervisor e coordenando a organização e produção dos materiais a serem produzidos. Nesse sentido, todas as perguntas produzidas foram criadas pelos alunos, de acordo com a demanda e importância que cada um enxergava do projeto. No entanto, os alunos do 1º, 2º e 3º ano tinham que realizar suas perguntas de acordo com tema que tinha sido trabalhado dentro da sala de aula. Portanto, cada pergunta realizada tinha que se encaixar nos temas sobre: Território, Batalha do Livramento, Cultura, Identidade e Ensino de História.

A coordenação das perguntas realizadas se dava tanto nos momentos de aulas quanto remotamente via WhatsApp. Essa relação próxima aos alunos facilitou o desenvolvimento do projeto, pois eu ficava disponível para tirar dúvidas e sugestões durante a produção dos materiais. Uma vez produzidos os materiais, os alunos me entregavam via WhatsApp ou escrito, e eu realizava a digitação e impressão dos mesmos. Durante a produção, 03 alunos do 3º ano

não realizaram a atividade proposta. Essa recusa se deu por motivos pessoais e familiares de acordo com os próprios alunos. Diante dessa recusa, apenas 01 aluno entregou e participou das entrevistas. Ao todo, dos 07 alunos dos três anos de ensino, apenas quatro participaram de todo o processo discussão, produção, aplicação e filmagem do documentário.

É importante salientar que a não participação dos 03 alunos do ensino médio da escola Jacaré, de certa forma prejudicou o andamento do processo da pesquisa, visto que todos participaram das discussões em sala de aula e não participaram da produção e aplicação do questionário. Todavia, mesmo sendo professor e conhecendo os alunos de perto, e a direção, comunidade e alunos aceitando participar, não posso exigir a participação dos mesmos. Os alunos indígenas e comunidade em geral possuem uma liberdade maior em relação às obrigações da escola, realizando atividades escolares só quando se interessam muito pela causa. Em relação aos alunos do 3º ano que argumentaram problemas pessoais, não tive como reverter a situação para os mesmos participarem.

Quadro 2 - Questionário de Pesquisa de Campo

<b>QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO DOS ALUNOS DO 1º, 2º E 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA E.I.E.E.F.M ANEXO JACARÉ</b>	
<b>Wyrahu Tembé – 1º ano Ensino Médio</b>	Quando aconteceu a demarcação da Aldeia?
	Teve muitos conflitos até demarcarem e homologarem o território?
	Quantas pessoas participaram da Batalha do Livramento? O senhor estava lá?
	O que a Batalha do Livramento representou para o Povo Tembé?
	Teve muitos feridos no conflito do Livramento? Era só os indígenas do Guamá ou tinha do Gurupy também?
<b>Diego Reis Silva Tembé – 2º ano Ensino Médio</b>	Na visão do senhor, como tembé, qual a importância do território para o Povo Tembé do qual o senhor faz parte?
	O que devemos fazer para melhorar a gestão do nosso território no que diz respeito à proteção, como exemplo a fiscalização do território.
	Na visão do senhor como Tembé, estamos fazendo uma boa gestão territorial que garanta a sobrevivência do Povo tembé?
	A projeto de carbono que o Povo Tembé está discutindo é de suma importância para o Povo Tembé? Por que?
	O senhor enquanto Tembé acredita que a sobrevivência física e cultural do Povo Tembé depende do território? Por que?
	Existe algum projeto que ameaça ou traz impactos negativos direto ao território?
	O senhor sabe que a Reserva Indígena foi criada em 1945, mas somente em 1993 que foi conseguido a

<b>Nilton Santos Temb� e Souza – 2º ano Ensino Médio</b>	homologação. O que essa homologação representa para o Povo Temb�?
	Hoje os jovens muitas vezes estão mais afastados das pautas sociais; a internet e outros meios digitais afastaram o jovem do seu povo, do conhecimento da terra. Como o senhor enxerga esses meios digitais dentro do povo indígena?
	Desde o seu nascimento até os dias atuais, o que marcou sua convivência na terra indígena?
	Para o senhor, o que você considera uma educa�o escolar indígena de excelência?
	Relacionado � Batalha do Livramento, por quais motivos o senhor acha que foram presos e violentados?
	Em rela�o ao conflito da Fazenda Mejer (Irmãos Coragem), o senhor poderia nos contar sua versão resumida sobre o conflito?
<b>Elinel Silva Miranda Temb� – 3º ano Ensino Médio</b>	Como ocorreu o processo de demarca�o da Reserva Indígena do Alto Rio Guamá? Foi pacífico ou conflituoso?
	Quem era as principais lideranças que ajudaram nesse processo?
	Sabemos que o senhor foi um dos guerreiros mais ativos nesse logo processo de demarca�o, o senhor já foi ameaçado alguma vez? O que o senhor fez?

Fonte: ( lvvaro Gomes de Sousa, 2023)

As perguntas contidas no quadro 2 foram produzidas pelos alunos e editadas por mim, as mesmas foram entregues no mês de outubro de 2023. As perguntas foram utilizadas pelos alunos durante as entrevistas do Sr  Félix Temb  e Clemente Temb  (Kel  Temb ) que ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2023. Todas as perguntas elaboradas pelos alunos foram essencialmente produzidas pelos mesmos a partir de suas experiências como ouvintes ou através de mobiliza es dentro da comunidade e presenciadas pelos mesmos. Com isso, as perguntas possuem um cunho pessoal de indaga o a partir de cada experiência vivenciada pelo aluno.

Desse modo, é importante notar que mesmo os alunos indígenas que convivem diariamente como sujeitos históricos dentro do processo de invasão de seu território e que vivenciam como agentes que participam de “missões”<sup>92</sup> da aldeia, possuem seus próprios questionamentos de acordo com suas visões e interesses pessoais, isso nos leva a perceber a variedade de experiências individuais e mútua entre os sujeitos de cada comunidade indígena.

<sup>92</sup> Missão é o termo designado pelos indígenas Temb  do Alto Rio Guamá para denominar uma a o coletiva em prol do território ou comunidade a ser defendido. Durante os anos de 1970 a 90, foram realizadas mais de 50 missões envolvendo os indígenas Temb  do Alto Rio Guamá e Gurupi. Embora esse número tenha caído a partir dos anos 2000, nos dias atuais as “missões” continuam sendo extremamente importantes na manuten o do território e na preserva o e conserva o dos valores culturais e ambientais do Povo Temb .

Figura 15 - Alunos da 2ª série do ensino médio da escola Jacaré produzindo questionário durante as aulas de história para as entrevistas



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

Embora a maioria das perguntas produzidas pelos alunos tenha sido realizada em suas residências, durante as aulas era comum trabalharmos sobre essas perguntas e discutir sobre o que estava sendo questionado. Algumas perguntas elaboradas pelos alunos foram motivadas

pela curiosidade sobre o passado ou com auxílio de suas famílias, onde muito de seus integrantes vivenciaram o período mais intenso dos conflitos no território.

A produção do questionário e o estudo mais aprofundado sobre o Território Indígena Alto Rio Guamá levou os alunos do 1º, 2º e 3º série do ensino médio a apresentarem um trabalho sobre o território na Feira Cultural da escola, que ocorreu na Escola Indígena Francisco Magno Tembé, Aldeia São Pedro, em dezembro de 2023. Esse trabalho consistiu no objetivo de mapear as fronteiras do território com os municípios vizinhos e as principais vilas de invasores dentro do território indígena, além de mapear as principais estradas e igarapés. Estudo como esse permitiu aproximar mais os jovens do território e fazendo com que o mesmo passe a conhecer mais o espaço que habita, defende e convive.

Durante a produção e antes da aplicação do questionário pelos alunos com os anciãos, a pesquisa foi aplicada na Feira Cultural da Escola Francisco Magno Tembé e seus anexos, sendo compartilhada com os alunos de três escolas indígenas e comunidades diferentes, entre elas podemos citar a aldeia Pakotyw, aldeia Pirá, aldeia Jacaré e aldeia São Pedro. A Feira Cultural ocorreu no dia 19 de dezembro, na aldeia São Pedro, na escola Francisco Magno Tembé. Contou com a participação das quatro comunidades indígenas e teve apresentações tradicionais do Povo Tembé, como o Kaê, além de pinturas corporais, ervas medicinais, artesanatos, entre outros trabalhos executados pelos alunos das diferentes escolas. Durante a feira, os alunos do 1º, 2º e 3º série do ensino médio da Escola Indígena Jacaré apresentaram uma maquete do Território Indígena alto Rio Guamá, tendo mapeado seus limites com os municípios com os quais faz fronteira, além dos principais igarapés e vilas de posseiros estabelecidos dentro do território.

Sendo assim, as figuras 16 e 17 (abaixo) retratam alunos da escola Jacaré em dois momentos; produção e aplicação do projeto, que envolveu a feitura de uma maquete de isopor, representando o Território Indígena Alto Rio Guamá.

Figura 16 - Alunos da escola Jacaré na produção e aplicação do projeto.



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

Figura 17 - Alunos da escola Jacaré na produção e aplicação do projeto



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

As imagens acima representam dois momentos importantes para além da elaboração do questionário, a produção de uma maquete representando o Território Alto Rio Guamá executados pelos alunos. Nessa produção, houve uma preocupação em realizar uma aproximação dos jovens para com a grandeza do território, no sentido geográfico e suas ocupações indevidas por posseiros, madeireiros e colonos estabelecidos em vilas dentro do território.

Compreender as fronteiras de seu território é também compreender seus direitos e deveres. Esse trabalho realizado pelos alunos possibilitou a compreensão e discussão do processo de ocupação territorial, mas também a perda cultural por parte do povo tembé na medida em que o território era ocupado.

Devido à proximidade entre a cidade de Capitão Poço e as aldeias do Guamá, estas se tornaram mais vulneráveis e acabaram por sofrer maiores influências culturais de centros urbanos quando comparadas com as aldeias do Gurupi, que ficam um pouco mais distantes da cidade de Paragominas. Enquanto os indígenas do Gurupi preservam muito de sua cultura original, as influências sofridas pelas aldeias do Guamá impactaram de forma marcante suas características culturais, incluindo a prática de rituais, como a pintura corporal e a realização de festas tradicionais, bem como o domínio da língua Tembé, praticamente nulo entre os indígenas do Guamá<sup>93</sup>.

As discussões e produções do questionário e maquete do território, ajudaram os alunos a compreenderem um pouco mais os problemas sociais que os Tembé vêm enfrentando ao longo dos anos no Alto Rio Guamá, isso porque de certa forma acabou se materializando a ideia do tamanho do território e seus limites, até porque muitos indígenas jovens não conhecem a extensão do território e nunca andaram para além de suas aldeias correspondentes.

Boa noite, eu sou Tamisuíra Tembé e vim contar a minha experiência do trabalho que foi realizado no ano de 2023 com o professor Álvaro Gomes e vim comentar que foi um trabalho de suma importância na nossa cultura, aquela maquete sobre o nosso território. Foi importante para a gente conhecer melhor o nosso território, porque sinceramente eu não sabia nem 20% do que eu aprendi nesse trabalho com ele. E esse trabalho vai ser muito importante nas gerações futuras. Nós que estamos vindo agora para conhecer o território e gostaria que a gente tivesse mais trabalhos desses para as gerações se aprofundarem mais sobre nossa cultura. Porque vai ser uma coisa muito importante nas futuras lideranças<sup>94</sup>.

Portanto, a produção executada pelos alunos permitiu realizar reflexões que foram debatidas e dialogadas durante a Feira Cultural na aldeia São Pedro entre alunos e comunidade. Reflexões como essas podem aproximar ainda mais o jovem de sua comunidade e permitir uma compreensão melhor do seu espaço, história e como sujeitos históricos. Pensando nisso,

<sup>93</sup> Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Alto Rio Guamá: diagnóstico Etnoambiental e Etnozoneamento / Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – Belém: Ideflor-Bio, 2017. p. 41.

<sup>94</sup> Relato de experiência do aluno Tamisuíra Tembé sobre o trabalho produzido no qual ele fez parte no ano de 2023, junto com os outros alunos da 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio. Relato oral enviado via WhatsApp no dia 17 de junho de 2024.

instigamos os alunos a produzirem uma maquete de isopor representando o Território Indígena Alto Rio Guamá (Fiura 18) com seus limites geográficos, com intuito de aproximar o jovem com sua comunidade, através da produção artística.

Figura 18 - Produção de uma maquete de isopor representando o Território Indígena Alto Rio Guamá com seus limites geográficos



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

Já na Figura 19 (abaixo) temos a apresentação do trabalho pelos alunos da 1<sup>o</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> série do ensino médio na escola Francisco Magno Tembé, aldeia São Pedro em dezembro de 2023.

Figura 19 - Apresentação da maquete pelos alunos da 1º, 2ª e 3ª série do ensino médio na escola Francisco Magno Tembê



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

Cabe destacar que a maquete, ainda que modo figurativo, representa o Território Indígena Alto Rio Guamá, feita pelos alunos do ensino médio da escola Jacaré. A mesma possui o objetivo de representar o território e seus limites geográficos, além da topografia de seus principais rios e igarapés e vilas estabelecidas dentro do território indígena. Porém, é necessário que se perceba que a maquete não só a representa de modo figurativo o território e sim, vivências. Quando se materializa suas vivências, fortalece a relação passado/presente dentro de uma perspectiva individual e coletiva de um povo, esse fortalecimento para as populações indígenas é de suma importância para a sobrevivência, nesse sentido, falar do território é falar da sua própria história.

As cores destacadas representam o território dos municípios que fazem parte da TIARG, assim: amarelo: Nova Esperança do Piriá; azul claro: Cachoeira do Piriá; lilás: Centro Novo do Maranhão; vermelho Claro: Viseu; verde claro: Santa Luzia do Pará; vermelho escuro: Garrafão do Norte; verde escuro: Capitão Poço; verde marinho: Paragominas.

Como Podemos perceber pelas cores, Nova esperança do Piriá (amarelo), Paragominas (Verde marinho) e Santa Luzia do Pará (verde claro) são municípios que possuem boa parte de seus territórios dentro da TIARG, além de outros municípios que fazem limites com o território.

Isso é importante perceber, pois os avanços no processo de colonização e desenvolvimento agrícola, incidem diretamente no território indígena causando impacto nas populações indígenas e até mesmo de alguns colonos estabelecidos no território. Nesse sentido, discutir, entrevistar os mais velhos e apresentar essas vivências para à comunidade, faz parte do papel da escola e do jovem que necessita desse conhecimento do seu povo e de si mesmo.

### 3.3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E FILMAGENS DO MATERIAL AUDIOVISUAL PELOS ALUNOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA INDÍGENA JACARÉ

A aplicação do questionário pelos alunos ocorreu em dois momentos distintos, o primeiro no dia 05/12/2023 e o segundo no dia 15/12/2023. As entrevistas e filmagens foram realizadas em duas aldeias diferentes, Ytaputyr e Zawahur, ambas localizadas na Terra Indígena Alto Rio Guamá e com anciãos diferentes, Sr. Félix Tembé e Kelé Tembé.

Antes das aplicações dos questionários e filmagens pelos alunos, como professor de história das referidas turmas, fui até as residências do Sr. Félix Tembé e Kelé Tembé solicitar as entrevistas e as filmagens por parte dos alunos e explicar de fato <sup>95</sup> o que era o projeto que estava sendo desenvolvido pelos alunos juntamente com o aval da escola e comunidade.

A princípio, tinha selecionado quatro lideranças a serem filmadas e entrevistadas pelos alunos, de acordo com a devida relevância para o tema e para o Povo Tembé. Tazahu Tembé, liderança da aldeia Jacaré; Edmilson Tembé, indígena e chefe guerreiro; Félix Tembé, liderança e chefe guerreiro e Kelé Tembé, liderança e chefe guerreiro. Foram concretizadas apenas duas entrevistas e filmagens pelos alunos (as mais importantes no meu ponto de vista, que foram portanto priorizadas). Isso se deveu a dois fatores já mencionados anteriormente, o primeiro relativo ao tempo esgotado de se realizar as entrevistas e filmagens e o segundo, a indisponibilidade de Tazahu Tembé e Edmilson Tembé. Em relação ao tempo esgotado, deveu-se em grande parte ao meu problema de não conseguir articular logo com as lideranças e também por meus problemas pessoais, meu adoecimento.

---

<sup>95</sup> O primeiro contato com o Sr. Félix Tembé e Kelé Tembé, se deu por telefone, via WhatsApp, onde comuniquei minha intenção de pesquisa e marquei uma data e horário para conversar pessoalmente com os mesmos sobre o trabalho a ser realizado pelos alunos e o tema a ser debatido.

Em relação à disponibilidade das lideranças mencionadas, ocorreu que no momento que estávamos organizando as entrevistas e filmagens, ocorria também a desintrusão da Terra Indígena do Alto Rio Guamá. Assim, as lideranças estavam sobrecarregadas de reuniões com os poderes públicos, sendo muito difícil conseguir tempo na sua agenda para nos atenderem.

As quatro lideranças selecionadas, a princípio, obedeciam a uma perspectiva importante no trabalho a ser realizado, tanto pelo papel desempenhado pelo Povo Tembé nas lutas, nas políticas indigenistas quanto pela devida relevância com o tema a ser trabalhado.

A Liderança indígena Tazahu Tembé, morador da aldeia Jacaré é Cacique e participou da Batalha do Livramento chegando a ser prisioneiro dos posseiros sendo resgatado somente três dias depois pela Polícia Federal no ano de 1996. Já Edmilson Tembé, indígena e morador da aldeia Sede é um chefe guerreiro que participou em conjunto com outras lideranças nas pautas indigenistas e é ativo nas lutas em favor do Povo Tembé. Além disso, também participou e estava na Batalha do Livramento em 1996, sendo preso e resgatado apenas três dias depois pela Polícia Federal na Vila de mesmo nome.

Félix Tembé é indígena, liderança e morador da aldeia Ytaputyr. É um grande guerreiro, sendo nas décadas de 80, 90 e 2000 chefe guerreiro nas missões realizadas pelos indígenas e articulador das políticas indigenistas em favor Povo Tembé. Embora não tenha uma participação direta na Batalha do Livramento naquele momento, o mesmo é considerado um dos grandes anciãos do Povo Tembé na luta pela preservação cultural e territorial. Falante nativo da língua materna é reconhecido em todo Alto Rio Guamá pelo conhecimento e luta em prol das comunidades indígenas do Alto Rio Guamá.

Clemente Tembé, mais conhecido como Kelé Tembé, é morador da aldeia Zawahur localizada na Terra Indígena Alto Rio Guamá. O mesmo participou ativamente das lutas e políticas de demarcação da Terra Indígena Alto Rio Guamá, sendo um dos braços forte da FUNAI nas primeiras desintrusões da terra indígena, ajudando a localizar posseiros, fazendeiros e ajudando a realizar o pagamento de indenizações as famílias que estavam estabelecidas no território indígena e que estavam sendo retiradas da área indígena.

Nesse aspecto, os anciãos com notório saber do conhecimento sobre o povo tembé, que foram selecionados para participar do projeto envolvendo os alunos e comunidade, faz parte de um contexto de lutas e vivências em favor da garantia dos direitos individuais e coletivos do Povo Tembé e, portanto, essenciais no projeto que estava sendo desenvolvido.

### 3.3.1 Entrevista e filmagem com Félix Tembé

A primeira entrevista ocorreu no dia 05 de dezembro de 2023 às 09 horas na residência do Sr. Félix Tembé. Participaram da entrevista 03 alunos, sendo 01 aluno da 1ª série do ensino médio, 01 aluno da 2ª série do ensino médio e 01 da 3ª série do ensino médio.

Não participaram todos os alunos envolvidos nessa primeira entrevista devido a alguns problemas de locomoção alegados pelos alunos. Consegui levar um aluno na minha motocicleta e os outros dois alunos foram em outra motocicleta sendo o combustível custeado por mim.

A saída da aldeia Jacaré foi marcada para as 08 horas. Fomos todos de motocicletas, pois a estrada não facilitava outro tipo de transporte e não tínhamos apoio externo, todos os gastos, no entanto, foram de recursos próprio custeado por mim. A distância entre a aldeia Jacaré e a Ytaputyr é de cerca de 10 km e gastamos cerca de 40 minutos para chegar à residência do entrevistado.

As perguntas produzidas pelos alunos como discutido anteriormente, abordavam praticamente quatro áreas de conhecimento sobre o povo tembé, entre elas território, cultura, escola e conflitos agrários, isso porque era assuntos debatidos durante a execução do projeto em sala de aula. Nessa situação, a produção do questionário se baseou nessas áreas e dividiu as perguntas de acordo com as vivências de cada entrevistado, no caso do Sr. Félix Tembé foram utilizadas perguntas pautadas na cultura e o papel escola para o Povo Tembé.

Esse fator decorre porque o Sr. Félix Tembé é um dos anciãos que mais debate sobre esses temas e possui muitas participações como lideranças na defesa dessas áreas, o mesmo afirma que “o tembé sem cultura, perde sua essência”. Essas participações trouxe um grande arcabouço de conhecimento que se refletiram em anseios para as comunidades indígenas do Alto Rio Guamá.

Figura 20 - Félix Tembé, em sua residência, durante a entrevista com os alunos no dia 05 de dezembro de 2023



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

A entrevista com seu Félix Tembé trouxe elementos de sua vivência pessoal muito importante para o pensamento coletivo dos alunos, visto que além de participar na luta individual e coletiva, Félix Tembé é assíduo nos debates que envolvem a discussão sobre o futuro do Povo Tembé e sua relação com a natureza.

## Trechos da entrevista com Félix Tembé:

### **Tamisuíra Tembé**

*O senhor sabe que a reserva indígena foi criada em 1945, mas somente em 1993 que foi conseguido a homologação. O que essa homologação representa para o povo tembé?*

### **Félix Tembé**

*A homologação ela representa, eu acho que parte de muitas coisas, né? Porque se a Terra indígena, alto Rio Guamá, ela não fosse homologada com essa questão dessa, dessa forte invasão que ela teve, com certeza que nós já era.*

### **Félix Tembé**

*Então homologação, eu fiz parte dessa luta, né? Também falar que dentro desse processo aí tudo eu fiz parte aí. Eu posso até dizer ao senhor que foi um daqui da Terra indígena, eu e mais 4 companheiros, fomos os primeiros que pisamos em Brasília, né, pra tratar justamente dessa questão. Dessa luta, né?*

### **Félix Tembé**

*Essa luta dá homologação da Terra ela teve a participação muito importante também dos parentes do Gurupi, né? Tem uma pessoa que eu nunca vou deixar de citar, se chama Verônica Tembé, né? Ela Foi uma pessoa assim que, dentro de todo esse processo, aí ela deu muita força.*

### **Félix Tembé**

*Muita força. Eu sempre digo tudo que tudo que eu vou falar a respeito da nossa, da nossa Terra, da nossa cultura e tudo, eu sempre, nunca vou deixar de citar o nome dessas pessoas, né? Porque são pessoas como eram mais velhos e tinha esse conhecimento também dessa questão. E ela nessa luta aí, desse trabalho.*

### **Félix Tembé**

*Mas a homologação da Terra também. Ela teve muita uma contribuição muito grande de um grupo de deputado do PT na época, né? Qual o? Edmilson Rodrigues também, né? É criar comissão, né? E essa comissão? Ele, foi a Brasília, né? E deram muita força porque eu vou dizer para vocês a homologação da nossa Terra, não existiu em canto nenhum e acho que nenhum povo para conseguir uma Terra homologada, com posseiro dentro e a nossa Terra foi homologada com o invasor dentro da nossa área.*

### **Elinel Tembé**

*Quase toda a reunião ou assembleia se discute a preservação da natureza, o que a natureza significa para o senhor? De que forma o jovem pode se aproximar mais da natureza?*

### **Félix Tembé**

*Muito para nós, ela é a natureza. Vou dizer para vocês, ela, eu tenho uma visão que às vezes, sempre eu gostaria, assim que passasse ao menos um pouco, menos assim pra vocês né? Porque falar da natureza é fácil agora. Respeitar ela, né?*

### **Félix Tembé**

*A mãe natureza, ela se aproxima da gente, é se aproxima dela de quem respeita ela e quem não respeita ela. Ela, claro que ela vai, ela vai ficar. Ela vira até as costas pra gente, ela vira.*

### **Félix Tembé**

*Nós faz parte da natureza, não é o indígena. Ele faz parte da natureza, não é, não, é ela que faz parte de nós. É, é nós que faz parte dela a natureza. Nós sem ela nós não somos nada, não somos nada, o indígena sem natureza ele fica, né? Aí à toa e principalmente, a questão o respeito, né?*

### **Félix Tembé**

*Eu tenho muito respeito pela natureza, aí digo para vocês muito, quando eu vejo ela assim agredida. Fico assim, me perguntando como é que eles? Que nem tá agora, né? Tá? Recentemente, você vê aí, pensa esse olhar para ela é, você vê aí botar o fogo na mata, eu tava andando agora esses dias eu fui olhar. Eu vi tanta plantas que nós, que os mais velhos, fazem o remédio lá morto, né, morto? Aí você. Você já pensou um companheiro? As pessoas que fazem esse tipo de coisa, né não?*

**Félix Tembé**

*Hoje nós temos, nós temos poucas plantas medicinais, né? Aqui vai aqui, vai queimando muitas, muitas, ela, ela brota e tem um outro diz que não, que não, não. Então é uma quem faz esse tipo de coisa ele não respeita a natureza e nós?*

**Félix Tembé**

*E nós precisamos respeitar a natureza em todos os sentidos. A natureza, para mim ela é, faz parte da minha vida. Mãe, eu tenho muito isso, esse respeito com ela e seria muito interessante de ser muito levado hoje, isso assim.*

**Félix Tembé**

*A as salas de aula? Levar pessoas que que sabem de todas as importâncias conhece ela, né? Olha isso aqui precisa, né? Porque o futuro do nosso, do nosso povo são vocês, né? Vocês são as futuras lideranças, vão ser tudo, né? Os futuros professores, tudo são vocês, não é não? Então vocês têm que quem é que tem que passar isso para vocês são nós mais velho, porque quemé que sabe das coisas somos nós, não.*

**Félix Tembé**

*Nós, mais velhos, é que sabe, isso aqui é apenas uma, né? Uma conversa, né? Que a gente falando isso aqui, mas a coisa não tem melhor do que você aprender na prática, aprendervendo fazendo, né não?!*

**Muyra Tembé**

*Hoje os jovens muitas vezes estão mais afastados das pautas sociais a internet e outros meios digitais afastaram os jovens do seu povo. Como o senhor enxerga esses meios digitais dentro do nosso povo? Como o senhor vê eles?*

**Félix Tembé**

*Esse mundo da sociedade, esse mundo da sociedade envolvente. Ela vem agredindo o meu povo há muito tempo.*

**Félix Tembé**

*Porque quando. Quando nós tivemos esse contato com a sociedade envolvente, ninguém, chegou e falou assim pra nós, olha, vocês mostrar o que, o que é bom, o que o que não é, o que, o que atrapalha, o que não atrapalha, o que principalmente né? Então, isso não tem isso. Isso não teve para nós, né?*

**Félix Tembé**

*Com a sociedade envolvente, principalmente com esses meios de comunicação, foi uma das coisas que a liderança não tiver essa preocupação porque a gente vê muita. A gente vê liderança dizendo não, nós temos é que crescer. Nós temos que evoluir. Eu escuto liderança fazer isso sim, vamos crescer, vamos, vamos, vamos, vamos evoluir, mas não vamos esquecer que nós temos um nome, né? Que de uma forma e de outra, ele é usado né? Se tu vai paraa universidade, eu estou lá usando o nome de quê? Do tembé, não é não. Então nós temos que ter cuidado com esse nome. Isso aqui é a minha visão.*

**Félix Tembé**

*É um aparelho, é muito bom, ele é uma ferramenta muito boa. E na minha visão, saber usar ele, né? Saber usar.*

**Félix Tembé**

*Né? Não, não é como hoje, meu. Hoje eu tô vendo o jovem. A vida deles é dedicada, é só. É só dentro da casa e no telefone, né? Direto, mas dentro da vida vamos dizer do nosso povo, da realidade do nosso povo, ele não tem, ele não tem conhecimento, né? De nada ele não tem, né?*

Esses trechos da entrevista com Félix Tembé revelam a preocupação e anseio para que novas medidas sejam tomadas por parte da comunidade indígena, principalmente no que se refere aos jovens. Nesse sentido, a abordagem realizada pelo ancião trata de assuntos

extremamente importante para o Povo Tembé no que diz respeito à cultura, escola e a garantia desses direitos para à sobrevivência dos povos indígenas do Alto Rio Guamá.

Essa discussão que se faz presente dentro da escola, faz parte de um momento que o Território do Alto Rio Guamá está passando novamente por uma desintrusão e necessita do engajamento dos jovens onde essa discussão tem de ser realizada também no espaço escolar.

Onde esse jovem tem que ter a percepção da representatividade e coletividade e da importância de ser um Tembé, tudo isso para se ter uma garantia futura de sua sobrevivência em um território que constantemente é invadido, violado os direitos e garantias dos povos indígenas.

### **3.3.2 Entrevista e filmagem com Kelé Tembé**

A segunda entrevista ocorreu no dia 15 de dezembro de 2023, na aldeia Zawahur na residência do Sr. Kelé Tembé as 09 horas. Participou dessa entrevista três alunos, sendo 01 da 1ª série do ensino médio, 01 da 2ª série do ensino médio e 01 da 3ª série do ensino médio, ambos da escola Jacaré, da aldeia de mesmo nome.

Dos três alunos que participaram da segunda entrevista, apenas 01 participou das duas entrevistas com Sr. Félix e Sr. Kelé. Como não tínhamos transporte para todos, solicitei que os alunos que não tinham participado da entrevista com o Sr. Félix Tembé que participasse da entrevista com o Sr. Kelé Tembé.

A saída da aldeia Jacaré ocorreu as 08 horas e fomos em duas motocicletas, eu, levando um aluno e os outros dois alunos em outra motocicleta. Demoramos cerca de 50 minutos até à aldeia Zawahur, visto que essa aldeia fica cerca de 15 km de distância da aldeia Jacaré.

A entrevista com Kelé Tembé, diferente da entrevista com Félix Tembé que nos traz aspectos de uma discussão mais cosmológica e étnica do ponto de vista cultural do Povo Tembé, a discussão com o Sr. Kelé Tembé traz mais particularidades do ponto de vista territorial, geográfico e conflituoso que ocorreram e que estão acontecendo no Território Indígena Alto Rio Guamá.

Conflitos territoriais como a Batalha do Livramento ou as desintrusões que ocorrem dentro do Território do Alto Rio Guamá e que de certa forma permite a garantia desse território através dos conflitos agrários, que na maioria das vezes, armados, proporciona a união dos indígenas Tembé do Alto Rio Guamá em prol de uma unidade territorial e étnica cultural.

Isso é importante, porque dentro da discussão de etnicidade há uma pergunta clássica, o que caracteriza um grupo como étnico? Essa pergunta ela é importante para os Tembé porque acaba que define uma necessidade de se provar quem é o Tembé para quem olha de fora e não enxerga de imediato as características que podem ser atribuídas a esses indivíduos que se reconhecem com tal.

Portanto, quando analisamos o contingente populacional dos indígenas do Alto Rio Guamá, percebemos que não há uma “pureza de sangue”<sup>96</sup>, nem cultural e tampouco social, visto que a sociedade externa já se faz muito presente dentro das aldeias, então nos perguntamos, o que os torna os Tembé um grupo étnico?

E essa pergunta pode ser respondida de diversas formas dentro de cada campo de estudo, uma das formas que este trabalho conseguiu responder é que o que fazem os Tembé um grupo étnico é sua resiliência, é sua capacidade de se adaptar e superar os desafios impostos a sua população durante o processo de invasão e dominação.

Em outras palavras, união em prol de uma causa maior, sobrevivência. Portanto, as disputas territoriais, culturais, cosmológicas permitiu a união dos Tembé de diferentes lugares, sejam eles do Alto Rio Guamá, Gurupy ou Santa Maria.

A luta em favor de questões comum a todos, que marcaram a identidade desse povo, os torna um grupo étnico, mesmo que não haja uma “pureza de sangue” do ponto de vista biológico e nem de um território longe dos conflitos agrários.

Não existem grupos racialmente puros, mas populações que esqueceram o fato de serem originárias de uma fusão, e, como vimos, tal esquecimento é essencial para fundar o sentimento de Pertença comum<sup>97</sup>.

Esse sentimento de pertencimento comum é essencial do ponto de vista coletivo do Povo Tembé. Isso porque ao longo dos anos, a união foi e continua sendo essencial na garantia dos direitos já conquistados como Homologação do Território; Reconhecimento Externo; Escolas reconhecidas como escolas indígenas entre outros direitos conquistados que só foi possível graças a união de todos os indígenas que habitam o Território do Alto Rio Guamá.

---

<sup>96</sup>Utilizo esse termo entre aspas, “pureza de sangue” para designar que na Terra Indígena Alto Rio Guamá, há um processo de miscigenação muito forte que envolve vários grupos sociais distintos como quilombolas (mas que não se reconhecem como tal) colonos e indígenas, que ao longo dos anos de colonização passou por um processo de amalgamação muito forte. Porém, esse processo de amalgamação dos diferentes tipos de indivíduos ao longo dos anos, não descaracterizou o Povo Tembé, mas fortificou esse grupo que fez de sua mistura um ponto forte de sobrevivência perante a colonização do Alto Rio Guamá.

<sup>97</sup> BARTH, Fredrik. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras**. Tradução Elcio Fernandes. 2ª. Ed. São Paulo: ed. Unesp, 2011. p.36.

Nesse sentido, a entrevista com Kelé Tembé, revelando o processo de retomada do território e as desintrações que já ocorreram no Alto Rio Guamá, além da participação de diversos indivíduos que se autodenominam Tembé e se reconhecem como tal, é de extrema importância para os alunos jovens pensar o que é ser um Tembé.

Figura 21 - Sr. Clemente Cruz dos Santos (Kelé Tembé), durante a entrevista no dia 15 de dezembro de 2023 em sua residência na aldeia Zawahur



Fonte: Arquivo pessoal (Álvaro Gomes de Sousa, 2023).

Ser um Tembé, de acordo com os anciãos, vai muito além de se auto reconhecer como indígena, mas sim, compreender o processo de lutas para essa afirmação. A participação das decisões individuais e coletivas que fazem parte do grupo é essencial, além cultivar valores culturais e cosmológicos que os torna um Tembé, como o respeito à natureza que é afirmado por Félix Tembé.



## Trechos da entrevista com Kelé Tembé

**Wyharu Tembé**

*Quando ocorreu a Demarcação do território? Teve muito conflito?*

**Kelé Tembé**

*Foi em 1970.*

**Kelé Tembé**

*Em 75 foi que foi terminada a demarcação. Não, no tempo não. Quando houve a demarcação? Não, não, não houve conflito nenhum.*

**Kelé Tembé**

*Não houve conflito nenhum, porque era só mata. Ainda só tinha a mesma fazenda, né? Do Mejer lá, mas houve um protesto muito grande, porque o limite foi aberto até aqui. E aí ficou esse pedaço que não foi aberto, ficava na fazenda.*

**Kelé Tembé**

*E esse pico, na verdade, ele foi feito assim cada vez que eles abriram, ele abriu por um canto. E iam mudando, mudando quando foi agora na revisão da Terra, aí abriu o pico direto com um perito que o juiz mandou para fazer*

**Wyharu Tembé**

*Relacionado à Batalha do Livramento quais os motivos? Por que o sr. Acha que foram presos e violentados?*

**Kelé Tembé**

*Não ali. Aí foi uma coisa pior.*

**Kelé Tembé**

*Conflito com o povo, não. Ah, naquele tempo a confusão era mais com madeira.*

**Kelé Tembé**

*Bem, então antes de chegar lá, a gente começou a aprender assim e começou a articular. Começou a ir buscar, parceiro. Começamos a buscar apoio no Ministério público, que a gente não conhecia. A gente conseguiu fazer uma parceria com a polícia federal, que tinham o delegado da polícia federal. Era muito legal comigo era um que chamava o doutor Caetano Moreno, depois entrou outro Batista, mas era um cara bacana também.*

**Kelé Tembé**

*A gente foi buscar a parceria na assembleia Belém.*

**Kelé Tembé**

*A gente criou uma comissão institucional lá de 6 deputados. E então, essa comissão que começou dar o encaminhamento pra gente.*

**Kelé Tembé**

*Encaminhamento a gente começou a gente brigar com o prefeito do Piriá, nesse tempo o prefeito era o Ademar Silva incentivava o invasor e tudo. Eu tenho muitas brigadas dentro da Câmara mesmo. Eu chamei o Bararú eu chamei de ladrão lá dentro da Câmara. Você aí que mandou os invasores entrar lá entrar pra lá, que você ia dar terra para eles.*

**Kelé Tembé**

*Eu discuti muito com os caras.*

**Kelé Tembé**

*Da homologação, né? que foi 94.*

**Kelé Tembé**

*Foi uma confusão muito grande, porque a gente ia pra Brasília. A gente não tinha dinheiro, a gente não tinha recurso, a gente não tinha nada, a gente não levava nada.*

**Kelé Tembé**

*Aí a gente IA, a gente foi buscar apoio na Universidade Federal do Pará, a gente conseguiu o recurso lá com o reitor da Universidade Federal do Pará, vamos buscar apoio nas escolas.*

***Kelé Tembé***

*E aí tinha o deputado que fazia a ponte para Brasília. Aí com o Paulo Rocha era senador, ele que marcava as audiências em Brasília para a gente já saía daqui já sabendo o dia.*

***Kelé Tembé***

*E a nossa primeira reunião foi com Sidney Possuelo, que era o presidente da Funai. Para a questão da homologação da Terra.*

***Kelé Tembé***

*E tem um problema muito sério. Porque ainda chegamos a brigar com homem, e não levamos documento.*

***Kelé Tembé***

*E aí ele conversa com ele lá a gente deu umas porradas lá em cima da mesa dele, mas era um cara bacana. Ele.*

***Kelé Tembé***

*Eu vou mandar homologar a Terra de vocês? Cadê as cadernetas de campo que não tem?*

***Kelé Tembé***

*E quem mandou demarcar essa Terra? Quem demarcou essa Terra foi a empresa tal e tal e cadê as cadernetas de campo? Então deve estar em Belém, vão lá que está lá, deve estar.*

***Kelé Tembé***

*O doutor Amauri e o doutor Nonato, que ganhava o dinheiro do Mejer para proteger ele aí dentro. Na verdade, eles o protegiam e o juiz todo o tempo, para ir acumulando os processos, e não ser julgado.*

***Kelé Tembé***

*Quando chegamos de Brasília, que fomos procurar as cadernetas de campo, eles pediram a demissão da Funai e saíram todos. Aí nós fomos revirar o arquivo da Funai.*

***Kelé Tembé***

*Aí nós encontramos as cadernetas de campo, aí nós juntamos outra data para ir marcar. Ele é, mas tudo era uma data perto da outra, né? Aí nós começamos em 92, 93, 94, saiu a homologação.*

***Kelé Tembé***

*Aí o presidente nesse tempo era o Itamar Franco era um presidente interino que tinha o presidente atual tinha morrido, né? E aí ele ficou. E foi ele que homologou, até.*

***Kelé Tembé***

*Pensei aí nessa Terra não vai ser homologada nunca, porque está cheia de invasores. Aí o pessoal falavam que foi a maior, a maior Vitória que nós tivemos foi eles terem homologado a Terra cheia de invasão.*

***Kelé Tembé***

*Questão territorial é uma questão de todo mundo. Não é só eu não é só um que pode se envolver.*

***Kelé Tembé***

*Primeiro, defendeu o território é a coisa mais importante que tem, é defender o território. Você defendeu seu território, você está livre.*

***Kelé Tembé***

*Por nós, que acontece um problema entre uma invasão, porque ninguém nunca vai ficar livre. Por mais que tire todos os invasores, já saiu, da terra, mas sempre vai ter o tirador de açai. Vão entrar? Os caçadores, vão entrar. A gente não está lá todo dia, nem toda hora.*

***Kelé Tembé***

*A Terra é muito grande, entendeu? E a gente não vai ter o controle dela toda. Aí é a questão do territorial é ocupar o território, ocupar não é morar, é andar, é fiscalizar, é marcar presença, é andando.*

O relato de vida e experiência descrito pelo Sr. Clemente Temb , mais conhecido como Kel  Temb , marca um processo histórico de grande relevância para   sobrevivência ao longo dos anos do Povo Temb  pois engloba mudanças essenciais para essa garantia como, a homologa o e as primeiras desintrusões na área indígena.

É importante destacar que na fala do Sr. Clemente Temb  algumas informa es aparecem distorcidas como a data da homologa o<sup>98</sup>, mas nada que comprometa a vivência descrita durante a entrevista que faz parte de sua história como Temb  e como um indígena que além de vivenciar, lutou para essas conquistas.

É importante destacar que embora o Território do Alto Rio Guamá tenha sido criado em 1945, demarcado nas décadas de 80 e 90, homologado em 1993, o mesmo ainda nos dias atuais é palco de conflitos que envolvem para além da disputa territorial, mas sim, do comprometimento da existência cultural e étnica das popula es indígenas que habitam seu espaço geográfico atualmente.

Nesse sentido, transmitir as futuras gera es esse passado de lutas, perdas, mas também conquistas   se fazer presente na garantia dos direitos aos jovens indígenas que vivem atualmente no território. Essa necessidade   imprescindível do ponto de vista dos anciãos já que a cada dia os direitos dessas popula es são violados.

---

<sup>98</sup> Duas informa es descritas pelo entrevistado aparecem diferentes em documentos oficiais, a primeira diz respeito   homologa o da terra e a segunda sobre o presidente que assinou a homologa o. De acordo com os documentos oficiais, a homologa o da Terra Indígena Alto Rio Guamá ocorre através do Decreto n  22, de 04 de outubro de 1993, e não no ano de 1996 como havia afirmado o Sr. Kel  em entrevista. A segunda se refere ao Presidente da República, Itamar Franco, o mesmo assume a cadeira da presidência em decorrência do impeachment de ex Presidente Fernando Collor e não pela sua morte como destacou o entrevistado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após alguns anos pesquisando sobre o Alto Rio Guamá e seus agentes sociais, tornou-se perceptível que as transformações inerentes a região derivam de vários fatores, entre eles os processos migratórios que ocorrem ainda no século XIX com os indígenas Tembé e os Quilombolas se instalando na área as margens do rio Guamá.

Somado a isso, podemos acrescentar as ondas migratórias que ocorrem a partir da metade do século XX, pouco trabalhado ainda pela historiografia local. Essas últimas levas de migrantes para à região, acaba que trazendo uma nova dinâmica populacional que interfere diretamente nas zonas de produção agrícola e conseqüentemente na economia da região, visto que as rodovias abertas através dos incentivos governamentais, vai fazer com que a cidade de Ourém/PA perda parte de sua influência, agora dada a Capitão Poço/PA.

Todas essas transformações geram atritos entre os sujeitos que estão estabelecidos e outros que vão se estabelecendo, no Alto Rio Guamá não é diferente. Nesse sentido, Quilombolas, indígenas, ribeirinhos e nordestinos passam a compartilhar da mesma área e conseqüentemente disputa-la, não somente no espaço geográfico, mas no campo ideológico também.

Todas essas disputas de poder, conseqüentemente marginaliza alguns sujeitos que de modo geral não são tão aceitos pela sociedade dominante como Indígenas e quilombolas. Todavia, embora de certa forma marginalizados pela sociedade, esses grupos continuaram lutando, resistindo e conquistando seus espaços antes tomados e agora reivindicados.

Nesse sentido, as zonas de disputas na qual esse trabalho se dedica, os conflitos agrários e o Ensino de História, ganha novos significados a partir do momento em que esses conflitos que ocorrem na Terra Indígena Alto Rio Guamá, como a Batalha do Livramento e as desintrações, são potencializados do ponto de vista positivo no momento em que a educação escolar indígena se vale desses elementos para fortalecer seus laços coletivos.

Portanto, as ações de transformações que ocorrem na terra indígena ao longo dos anos de contato com invasores, embora tenha tido efeitos catastróficos como a perda da língua materna (Tenetehara), madeireiros, posseiros entre outros, fortaleceu uma memória comum e uma luta coletiva que nos dias atuais busca revitalizar essa cultura e unir ainda mais esse povo.

E praticamente todo esse processo passa pela relação escola/comunidade. A escola assumiu um protagonismo para além do campo do ensino, agora, também no campo das materializações culturais e identitárias do Povo Tembé.

Esse poder de materialização cultural que a escola assumiu, não só transformou o ensino em uma prática diferenciada que possa atender as necessidades da comunidade indígena, mas sim, garantir que essa escola possa participar efetivamente do crescimento dos jovens e sua ligação com as práticas culturais da comunidade.

E esse processo se dá através de duas formas, uma é através de materiais de apoio que possa garantir que a escola discuta eventos locais que foram essenciais para a conquista do território, cultura e identidade da comunidade indígena. Nesse caso, esse trabalho possui esse propósito de enriquecer esses materiais de apoio, visto que ainda há uma certa escassez desses materiais didáticos.

A outra forma é trazer para dentro da sala de aula os anciãos com suas vivências para dentro da comunidade. A maioria dos anciãos que participaram de conflitos agrários importante como a Batalha do Livramento, não possuem mais condições de sair de suas casas para palestrar em escolas do Alto Rio Guamá, nesse sentido, o material audiovisual poderá eternizar essas memórias tão importantes para o Povo Tembé.

Portanto, as práticas culturais que estão passando por um momento de reafirmação na Terra Indígena Alto Rio Guamá, estão entranhadas diretamente com o papel da escola. Não só no campo da coletividade, mas também no campo material, um exemplo dessa afirmação são as línguas maternas que há três ou quatro anos passou a ser ofertada em todas as escolas do Alto Rio Guamá.

E a prática do ensino da língua materna, o Tenetehara, é aplicado geralmente por uma pessoa de notório saber, muitas vezes sem nem a formação do ensino médio. Então, as práticas que envolvem os anciãos e o conhecimento da natureza passam diretamente pelo campo chão da escola e as vivências daqueles que lutaram e ainda dedicam seu tempo as causas da comunidade.

É importante perceber que, as reconquistas pelo povo tembé, seja elas territoriais, culturais ou cosmológicas, passam pelo crivo da comunidade e escola. Esse processo é perceptível no desenvolvimento de novas práticas de ensino que valorizam essas experiências individuais e coletivas.

Programas como cursos de aperfeiçoamento de docentes como as interculturais, promovidos pelas universidades federais e estaduais do Estado do Pará, proporciona um crescimento intelectual muito grande e a valorização do chão da escola aliada as práticas culturais além do reconhecimento das pessoas com notório saber.

Nos dias atuais já temos indígenas também formados com graduações, especializações e mestrados em ensino na Terra Indígena Alto Rio Guamá. Essas formações para docentes que atuam no campo da Educação Básica, proporciona um elevado desenvolvimento no aluno, visto que o professor indígena proporciona não só o saber acadêmico, mas também as vivências culturais que são compartilhadas dentro da sala de aula com os jovens.

Esse notório saber dos indígenas é muito importante para o crescimento individual e coletivo, além de proporcionar novas formas de pensar o mundo e suas relações com a natureza, em um momento mais que crucial para enxergar o meio ambiente. Nesse sentido, esperamos que os não-indígenas, possam aprender mais com os povos originários sobre nossa relação com o mundo natural.

Esse processo é tão importante, que recentemente, maio de 2024, foi realizada uma conferência no Território Indígena Alto Rio Guamá, na aldeia Frásqueira, para apresentar o Parfor Equidade. Esse programa tem o objetivo de levar cursos de graduação para capacitar os indígenas que atuam em seu território e que ainda não possuem uma formação acadêmica.

Essa conferência permitiu expor os objetivos individuais e coletivos das lideranças junto com suas comunidades indígenas, em prol do anseio por esses cursos que visam fortalecer ainda mais o papel da escola na terra indígena. Portanto, falar em escola é falar da capacidade de autoafirmação do povo também frente as dificuldades impostas a seu território e seu povo.

Nesse sentido, as relações que podemos estabelecer entre conflitos agrário e ensino de história, são de extrema relevância para podermos compreender o processo de autoafirmação do Povo Tembé no Alto Rio Guamá. Não podemos falar em lutas agrárias nas terras indígenas sem citar a importância da escola no fortalecimento dessas memórias.

Com isso, acredito que o um dos principais objetivos desse trabalho foi alcançado. Embora teve algumas ocorrências durante o percurso de sua produção, discutir, ainda de modo não tão profundo, como a escola tem relação com os conflitos agrários na Terra Indígena Alto Rio Guamá é compreender esse processo de superação do Povo Tembé frente duas lutas.

É evidente que falta muito a ser discutido, mas diante ainda dos poucos registros historiográficos sobre a relação escola/conflitos, esse trabalho ainda que de modo geral demonstra a necessidade em se olhar aos povos indígenas e sua relação com o ensino. Durante esses mais de seis anos ministrando aula nas aldeias Jacaré e Pirá, não sei quem mais aprendeu, se foi os alunos ou eu com os povos indígenas também.

Diante do exposto acima, temos que valorizar e reconhecer o papel desempenhado através da resiliência praticada pelos indígenas na luta pelo reconhecimento e suas lutas de afirmações. Hoje, o papel desempenhado pelos povos indígenas do Alto Rio Guamá é extremamente importante para a preservação da natureza e do meio ambiente como todo, além do exemplo de práticas sociais que servem para nos inspirar a ser melhor a cada dia.

Apesar das invasões territoriais que os Tembé vivenciam ao longo dos anos, inclusive agora no ano de 2024, os mesmos vivenciam um fortalecimento étnico que permite a cada dia novas conquistas e novos anseios que valorizam sua cultura e sua identidade perante as dificuldades que lhe são impostas.

Portanto, é importante destacar o papel das universidades que se fazem presente dentro das áreas indígenas, dando apoio e fortalecendo a discussão cultural e étnica desses povos. Entre elas, a Universidade Federal do Pará, que através do programa de mestrado, Profhistória, me permitiu um olhar mais atencioso as populações indígenas na qual eu faço parte no momento como docente de História.

Essas revisitações teóricas e acadêmicas através do Profhistória, contribuiu acintosamente para um olhar mais abrangente sobre as transformações que ocorrem no Alto Rio Guamá com os diferentes sujeitos que a compõe. Nesse sentido, partilhar essas informações é também uma forma de valorizar e denunciar as transformações que ocorrem nessa região.

Para tanto, finalizamos essa primeira parte dessa discussão apresentando o processo de ocupação e desenvolvimento do Alto Rio Guamá e seus problemas de colonização e ocupação ao longo dos anos, em especial a Terra Indígena Alto Rio Guamá, que ao longo dos anos sofre com incursões em seu território.

## BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Joelciléia de Lima. **Formação dos Professores Tembé Tenetehar no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UEPA**. Tese (Doutorado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação para à Ciência, Bauru-SP, 2020.
- ALONSO, Sara. **Os Tembé de Guamá: Processo de construção da cultura e identidade Tembé**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. 231f.
- BARBOSA, Regiane Francisca. História Indígena e ensino de História escolar nas escolas Indígenas: um olhar a partir dos relatos dos professores Indígenas que lecionam a disciplina. In: **I Seminário Internacional História do Tempo Presente**-ISSN 2237 4078. 2011. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/view/398>. Acesso em: 02 mai. 2023.
- BARTH, Fredrik. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras**. Tradução Elcio Fernandes. 2ª. Ed. São Paulo: ed. Unesp, 2011.
- BITTENCOURT, Circe. O ensino de história para populações indígenas. **Em Aberto**, v. 14, n. 63, 1994. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- BURKE, Peter; PORTER, Roy. **História Social da Linguagem**. São Paulo:UNESP, 1997.
- CAMACHO, Rodrigo. *et al.* Questão Agrária e Educação do Campo: Disputas/Conflitos Territoriais no Campo e a Conquista de Políticas Públicas pelos Movimentos Socio territoriais Camponeses. **XIV Encontro Nacional de Pós Graduação em Geografia**, edição online. Ed. Realize, 14 de junho de 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77629>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- CARVALHO, Ébio Alves. **A História da Educação em Capitão Poço**. Belém: QI Propaganda e Marketing Ltda, 2002.
- CHARTIER, Roger, **A História ou a leitura do Tempo**. 2. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- FERRICHE, Elisabel e MACÁRIO, Lincoln. **Educação no Campo sofre com fechamento de escolas e elevada taxa de analfabetismo**. Câmara dos Deputados, 15/09/2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 14 de jun. 2023.
- FRAGA, Maurício Alves Maria. O elogio da colonização: os “pioneiros”, a história de Coronel Vivida e construção de uma narrativa memorialístico/historiográfica no sudoeste paranaense. **Rev. Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 2 n° 2 p. 27-44 mai./ago. 2011 ISSN 2177-6644.
- HURLEY, Jorge. Viagem à aldeia dos Tembés, Alto Rio Guamá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, v. 3, p. 283-291. Out. 1920.
- JUNIOR, Henrique de Moraes. Et al. O Povo Tembé Tenetehara: história de resistência, (re)existência, luta e poder na Amazônia paraense. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 177-193, jul./set. 2022. p. 191. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

- KOSSELLECK, Reinhart, **Histórias de Conceitos: Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social** – 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.
- LOUREIRO, Violeta R. Estado, Bandidos e Heróis: Utopia e Luta na Amazônia. Belém: Cejup, 1997.
- NASSIF, Ricci Jordy Filho. **A Batalha do Livramento: exposição e silenciamento entre os Tembé-Tenetehara**. 2016. f.149. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- OLIVEIRA, Antônio Jefferson Paiva. **A Escola e a Terra, Ensino de História e Educação em situações de conflitos nas séries iniciais da escola José Valmeristo, assentamento Quintino Lira/Santa Luzia do Pará**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). – Unversidade Federal do Pará, Ananindeua, 2021.
- OLIVEIRA, Natália Araújo. Mitos de Origem e Memória Coletiva: Um estudo de grupos que migraram a partir de políticas oficiais de colonização para uma cidade legal brasileira. **Pós**, ano 2013. v.12. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/13600/11924>. Acesso em: 02 de fev. 2023.
- PENTEADO, Antonio Rocha. Ocupação racional do espaço da Amazônia Brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 21, p. 87-114, 1992.
- PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- PETRÔNIO, Medeiros. **Quilombo de Narcisa: Territorialidade, Limites de Respeito e Narrativas de Expropriação**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/url/view.php?id=3029974>. Acesso em: 13 de ago. 2023.
- RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. Viver na reserva, ressignificar a tutela e r-existir perante o SPI: o que os Tenetehar-Tembé contam dessa história? **Cadernos de Pesquisa do CDHIS | Uberlândia** | vol. 35 n.2 |p.67-100, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/66868>. Acesso em: 22 de mar. 2023.
- RIBEIRO, Hellen T. DE S.; CHEROBIN, Fabiana F. O fechamento de escolas do campo no Estado do Pará. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 4, n. 2, p. 222-235, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/ReDiPE/article/view/1863>. Acesso em: 28 de mar. 2023.
- RODRIGUES, Gilberto César Lopes. Quando a escola é uma flecha: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 8, Nº 3, p. 396 - 422, SET/DEZ, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5531/553159865016/html/>. Acesso em: 22 de mar. 2023.
- SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência: os Índios Tembé-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território**. Belém, UNAMA, 1999.

SAWYER, Donald R. Colonização da Amazônia: Migração de Nordestinos para uma frente Agrícola no Pará. **Rev. Econ. Fortaleza**, Fortaleza v. 10, n. 3, p. 773-812, jul./set. 1979. Disponível em:

<https://www.banconordeste.gov.br/revista/ren/citationstylelanguage/get/associacao-brasileira-de-normas-tecnicas?submissionId=2488&publicationId=2282>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira do Santos & GARCIA, Tania Maria F. Braga. A Formação da Consciência Histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set/dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 24 de set. 2023.

SILVA, Glauber Ranieri Martins. Et al, O que dizem os professores indígenas Tembé sobre a educação escolar e o futuro da aldeia: um estudo sobre as suas representações. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-22, e-17728, out./dez. 2019. p. 10-11. Disponível em: <file:///C:/Users/Alvaro/Downloads>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

SODRÉ, Raimunda Conceição. **“AQUI É UMA PARENTESA SÓ”: Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA** / Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. 231f.

SOUSA, Álvaro Gomes. **Os Tembé do Guamá: problemas de colonização e comércio no Alto Rio Guamá (1950-1985)**. Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018.

SOUZA, Pedro Bambil. **Impactos da Educação Não Indígena no Ensino Médio na Comunidade Pirákuæ Em Bela Vista, MS**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Amambai, 2020. 99f.

SULIDADE, Mariana. **A luta pela terra em sala de aula: Ensino de História no Maranhão Contemporâneo e Produção do Paradidático "Terra Livre"**. Dissertação ( Mestrado em História, Ensino e Narrativas). – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018. 129f.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação dos municípios. Universidade Federal do Pará. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, Belém. v.3, jan/jun. de 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 25 de agos. 2023.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo (Orgs.). **Os Índios Tenetehara, Uma Cultura em Transição**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1949.

## FONTES ESCRITAS

Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Alto Rio Guamá: diagnóstico Etnoambiental e Etnozoneamento / Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – Belém: Ideflor-Bio, 2017.

Governo autoriza uso da Força Nacional na Terra Indígena Alto Rio Guamá. **Correio Brasiliense**, 24 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2023/04/5089748-governo-autoriza-uso-da-forca-nacional-na-terra-indigena-alto-rio-guama.html>. Acesso em: 22 de jun. 2024.

Povos indígenas Tembé lutam por soberania e proteção da TI Alto Rio Guamá. Mapas de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2021. Disponível em:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 29 de jun. 2024.

PARÁ. **Jornal O Mensageiro**, edição n. 85, de jan.-fev. 1994, p. 17. Disponível em: <http://www.docvirt.com>. Acesso em: 21 de ago. 2023.

## **FONTES ORAIS**

Entrevista com o Sr. Edmilson Tembé, morador da aldeia Sede localizada na Terra Indígena Alto Rio Guamá. A entrevista ocorreu na residência de sua mãe no dia 17 de janeiro de 2024.

Entrevista realizada com a dona Maria Rosa de Souza Silva, 41 anos. Neta de um dos fundadores da aldeia indígena Jacaré conhecido como o Sr. José Preto. Entrevista realizada no alojamento da pequena escola na aldeia Jacaré às margens do rio Guamá, no dia 08/10/2018.

Entrevista realizada com Félix Tembé, no dia 16/12/2023 em sua residência na aldeia indígena Itaputyr às 10:00 da manhã.

Entrevista realizada com o Diretor de Ensino da Escola Indígena Félix Tembé, Francisco Kate de Moura, em sua residência no dia 21 de novembro de 2023.

Entrevista realizada com o Sr. Clemente Cruz dos Santos (seu Kelé), 66 anos, em sua residência na aldeia indígena Zawara'hú, às 17 horas, no dia 10 de outubro de 2018. O mesmo acompanhou o processo de demarcação das terras na década de 70 e fez parte do comércio praticado pelos indígenas com os chefes de posto e posteriormente com a cidade de Capitão Poço.

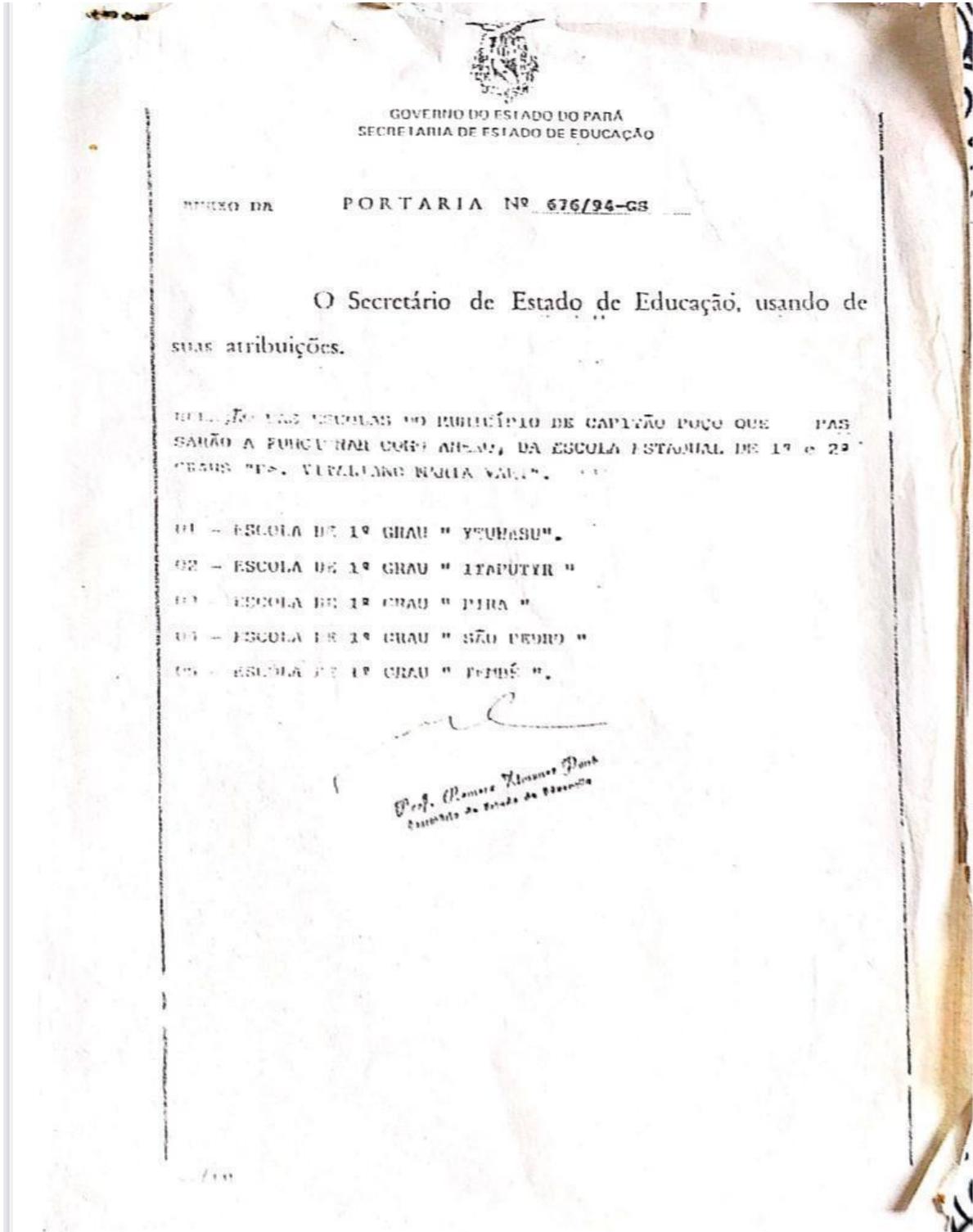
Magno Kamiran Tembé. Liderança da aldeia São Pedro, Cacique, professor de História e Diretor das escolas Francisco Magno Tembé; Anexo Jacaré; Anexo Pirá e Anexo Pakotyw. Entrevista concedida no dia 20/12/2022 às 11:00 horas em sua residência.

## **Vídeos**

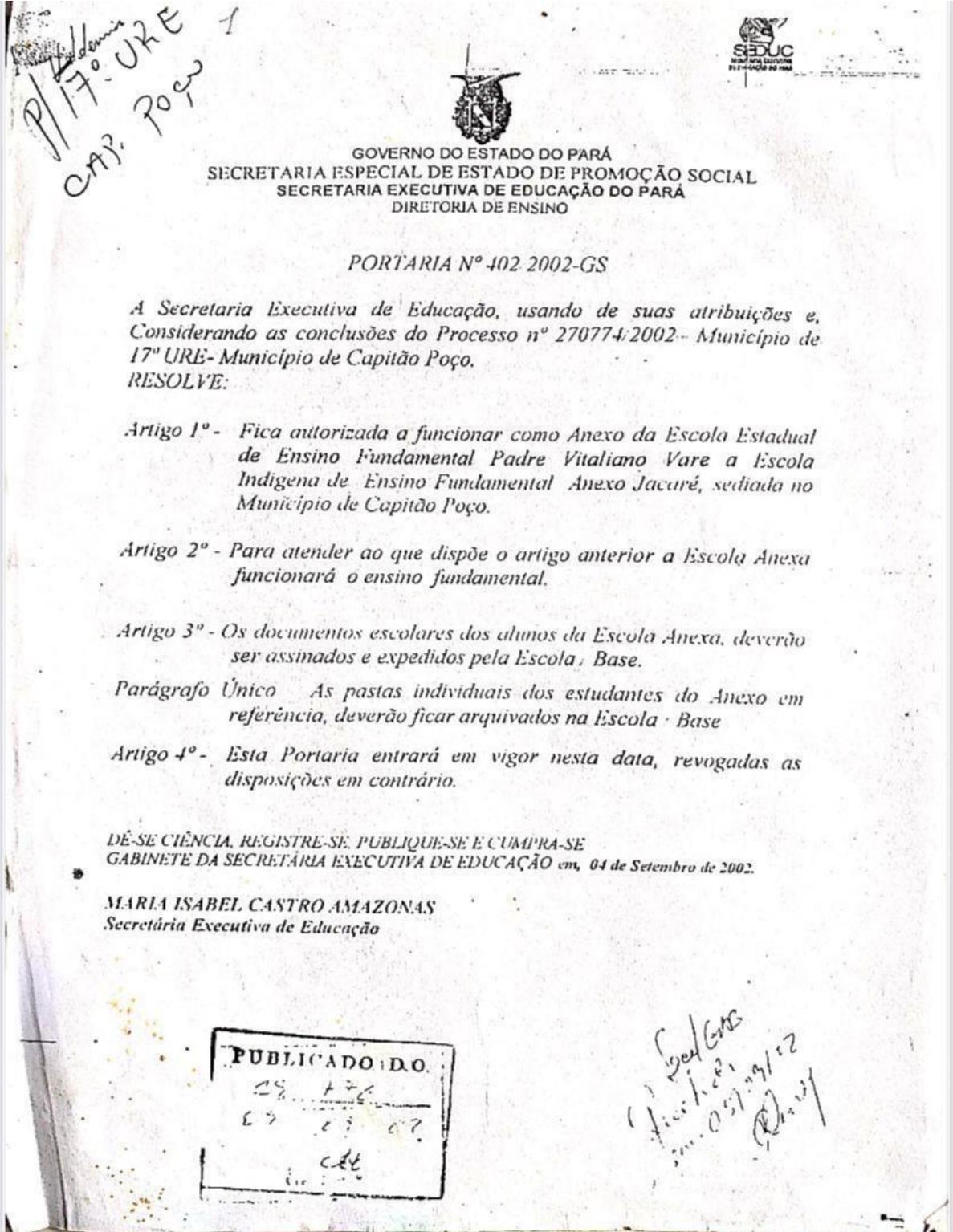
YouTube, 12 de maio de 2022. **A Batalha do Livramento**. Duração: 49:55 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=24uCTDQG4fM>

## ANEXOS

## ANEXO A - Portaria de criação e funcionamento da Escola Indígena Estadual Anexo Pirá



**ANEXO B – Portaria de criação da Escola Indígena Estadual Anexo Jacaré**



**ANEXO C – Portaria de funcionamento do ensino fundamental II e ensino médio na  
Escola Indígena Estadual Anexo Jacaré**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 351 DE 05 DE JUNHO DE 2014**

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, usando de suas atribuições, e de acordo com a decisão do Plenário, em sessão realizada no dia 05/06/14 – (Processo nº 2012/375700 - Parecer nº 236/2014-CEE/PA).

**RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:**

**EMENTA:** Autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, do Ensino Fundamental na modalidade EJA de 1ª a 4ª etapa, Ensino Médio 1ª a 3ª série e do Ensino Médio na Modalidade EJA 1ª e 2ª etapas – **Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Magno Tembê e suas escolas anexas – Capitão Poço/PA.**

**Art. 1º-** Fica autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, do Ensino Fundamental na modalidade EJA de 1ª a 4ª etapa, Ensino Médio 1ª a 3ª série e do Ensino Médio na Modalidade EJA 1ª e 2ª etapas, por um período de 18 (dezoito) meses, na Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Magno Tembê e suas escolas anexas, sediada à Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG, meio rural, município de Capitão Poço/PA.

**Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano**  
EIEEFM Jacaré – sito à Aldeia Jacaré  
EIEEFM Pirá - sito à Aldeia Pirá

**Art. 2º-** Fica assegurada a validação dos atos administrativos e pedagógicos do período em que a Instituição de Ensino funcionou sem Ato Autorizativo, desde que não contrariem a Legislação Educacional em vigor, mediante o envio de Relatórios de Aproveitamento Final a CODOE/SEDUC, no prazo de **90 (noventa) dias**.

**Art. 3º-** Determina-se que 60 (sessenta) dias antes do fim do prazo concedido a direção solicite a este CEE a verificação "in loco" para constatação do atendimento das recomendações constantes no parecer nº **236/2014-CEE**, identificados no instrumento de avaliação.

**Parágrafo único:** Ressaltamos que o não atendimento no prazo estabelecido no caput implicará na revogação dos atos autorizativos concedidos por este Conselho e providências, sujeitando a Instituição às sanções previstas na Resolução 485/2009/CEE/PA, sem prejuízo dos efeitos da aplicação da legislação civil e penal.

**Art. 4º-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ, em Belém, 05 de junho de 2014.

**SUELY MELO DE CASTRO MENEZES**  
Presidente

**ANEXO D – Errata nº 32705/2014 em relação ao funcionamento do ensino fundamental II e ensino médio na Escola Indígena Estadual anexo Jacaré**

**Diário Oficial Nº 32705 de 13/08/2014**

ERRATA DE EMENTA DE RESOLUÇÃO - CEE/PA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 729270

RESOLUÇÃO Nº 351 DE 05/06/2014, PUBLICADO NO

DIÁRIO OFICIAL DO DIA 14/07/2014.

Onde se lê:

EMENTA: Autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, do Ensino Fundamental na modalidade EJA de 1ª a 4ª etapa, Ensino Médio de 1ª a 3ª série e do Ensino Médio na modalidade EJA de 1ª e 2ª etapas – Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Magno Tembê e suas escolas anexas – Capitão Poço/PA.

Leia-se:

EMENTA: Autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, do Ensino Fundamental na modalidade EJA de 1ª a 4ª etapa, Ensino Médio de 1ª a 3ª série e do Ensino Médio na modalidade EJA de 1ª e 2ª etapas – Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Magno Tembê e suas escolas anexas – Capitão Poço/PA.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Belém, 11 de Agosto de 2014.

SUELY MELO DE CASTRO MENEZES

Presidente do CEE/PA

## ANEXO E – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido da entrevista realizada com o Sr. José Félix de Souza Tembê

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

- **LEMBRAR DE:** *Informar, claramente, sobre o uso de imagem e/ou áudio, se for o caso;*

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento, depois selecionar a opção correspondente no final dele (ACEITO PARTICIPAR ou NÃO ACEITO PARTICIPAR) e deixar um meio para contato contigo, pode ser seu e-mail ou telefone, como você preferir. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, tais como: objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

- Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa “A BATALHA DO LIVRAMENTO: ENSINO DE HISTÓRIA E CONFLITOS AGRÁRIOS NA ALDEIA INDÍGENA JACARÉ NA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ - TIARG”, cujo objetivo é “Analisar a relevância que os conflitos agrários desempenham no Ensino de História e a importância das lutas agrárias na conquista da terra bem como suas implicações dentro da sala de aula na Educação Básica no Ensino Escolar Indígena em fins do século XX e início do XXI na aldeia indígena Jacaré na Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG no Alto Rio Guamá”.

A pesquisa será realizada por meio de uma presencial em sua residência com os alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio da Escola Jacaré e Pirá, na qual falaremos sobre Território, Educação, Conflitos, Cultura.

O agendamento das entrevistas acontecerá entre 02/09/23 a 10/07/24.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição ou caso já tenha respondido, mas mesmo assim prefira retirar seu consentimento, basta enviar solicitação de retirada de participação da pesquisa pelo seguinte contato: (91)98543-4323 – Prof. Álvaro Gomes de Sousa.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Responsável: Álvaro Gomes de Sousa  
Contato: (91)985434323

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

CONTATO: \_\_\_\_\_ (telefone)

Jose Felix de Souza Tenb-e  
ASSINATURA

## ANEXO F – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido da entrevista realizada com o Sr. Clemente Cruz dos Santos

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

- **LEMBRAR DE:** *Informar, claramente, sobre o uso de imagem e/ou áudio, se for o caso;*

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar porque, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento, depois selecionar a opção correspondente no final dele (ACEITO PARTICIPAR ou NÃO ACEITO PARTICIPAR) e deixar um meio para contato contigo, pode ser seu e-mail ou telefone, como você preferir. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, tais como: objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

- Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa “**A BATALHA DO LIVRAMENTO: ENSINO DE HISTÓRIA E CONFLITOS AGRÁRIOS NA ALDEIA INDÍGENA JACARÉ NA TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ - TIARG**”, cujo objetivo é “Analisar a relevância que os conflitos agrários desempenham no Ensino de História e a importância das lutas agrárias na conquista da terra bem como suas implicações dentro da sala de aula na Educação Básica no Ensino Escolar Indígena em fins do século XX e início do XXI na aldeia indígena Jacaré na Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG no Alto Rio Guamá”.

A pesquisa será realizada por meio de uma presencial em sua residência com os alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio da Escola Jacaré e Pirá, na qual falaremos sobre Território, Educação, Conflitos, Cultura.

O agendamento das entrevistas acontecerá entre 05/09/23 a 30/07/24.

Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição ou caso já tenha respondido, mas mesmo assim prefira retirar seu consentimento, basta enviar solicitação de retirada de participação da pesquisa pelo seguinte contato: (91)98543-4323 – Prof. Álvaro Gomes de Sousa.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Responsável: Álvaro Gomes de Sousa  
Contato: (91)985434323

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO**

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento.

ACEITO PARTICIPAR

NÃO ACEITO PARTICIPAR

CONTATO: \_\_\_\_\_ (telefone)

Clemente Cruz dos Santos  
ASSINATURA

Acesse o produto por meio do  
qr code:

A BATALHA DO LIVRAMENTO:  
ENSINO DE HISTÓRIA E  
CONFLITOS AGRÁRIOS NA  
TERRA INDÍGENA ALTO RIO  
GUAMÁ - TIARG (1990-2024)



Link de acesso  
[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/16VFXJ-I-  
W4942SPRRSGSP\\_MRXQHXSLSL/VIEW?USP=DRIVE\\_LINK](https://drive.google.com/file/d/16vFxj-I-W4942SPRRsgSP_MrxqhXQSSI/view?usp=drive_link)

Link de acesso: [https://drive.google.com/file/d/16vFxj-I-W4942SPRRsgSP\\_MrxqhXQSSI/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/16vFxj-I-W4942SPRRsgSP_MrxqhXQSSI/view?usp=drive_link)